



Universidade de Brasília Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação – Modalidade
Profissional

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO ZOOLOGICO DE
BRASÍLIA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM AMBIENTE
NÃO FORMAL

JULIANA QUEIROZ FERREIRA

BRASÍLIA – DF
2019

JULIANA QUEIROZ FERREIRA

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO ZOOLOGICO DE
BRASÍLIA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM AMBIENTE
NÃO FORMAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Modalidade Profissional Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, Área de Concentração: Políticas Públicas e Gestão da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Remi Castioni
Faculdade de Educação – UnB

FF383p FERREIRA, Juliana Queiroz
Projeto Político Pedagógico no Zoológico de Brasília:
Educação Ambiental em ambiente não formal / Juliana
Queiroz FERREIRA; orientador Remi Castioni. -- Brasília,
2019.
147 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em
Educação
-- Universidade de Brasília, 2019.

1. Educação Ambiental. 2. Projeto Político Pedagógico. 3.
Educação não formal. 4. Zoológico. I. Castioni, Remi, orient
II. Título.

JULIANA QUEIROZ FERREIRA

Projeto Político Pedagógico no Zoológico de Brasília: Educação
Ambiental em ambiente não formal

Dissertação Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação –
Modalidade Profissional PPGEMP) da Faculdade de Educação (FE) da
Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em Educação. Área de Concentração: Políticas Públicas e
Gestão da Educação.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Remi Castioni
Universidade de Brasília / PPGEMP
(Orientador)

Prof. Dr. Valdir Steinke
Programa Pós-graduação em Geografia – PPGEIO / UnB
(Membro Externo)

Prof. Dr^a. Adriana Almeida Sales de Melo
Universidade de Brasília / PPGEMP
(Membro Interno)

Prof. Dr. Bernardo Kipnis
Universidade de Brasília / PPGEMP
(Suplente)

Defesa em: 08 de agosto de 2019.
Local: Faculdade de Educação
Campus Darcy Ribeiro
Universidade de Brasília.

Dedico à minha Mãe Maria Socorro e ao meu Pai Tarley, pois, com vosso apoio cheguei aqui. Ao meu filho João Pedro, razão de tudo. Ao meu Orientador, Remi Castioni, inspiração profissional.

AGRADECIMENTOS

Início meus agradecimentos por DEUS, já que Ele me permitiu caminhar por novos rumos e me abençoa diariamente para realizar meu sonho de me tornar mestra em educação.

Ao meu orientador Remi Castioni, minha gratidão por me acolher e por me guiar com dedicação e paciência.

Aos meus pais, Tarley e Maria Socorro, meu infinito agradecimento. Sempre acreditaram em minha capacidade em todos os desafios. Isso só me fortaleceu e me fez tentar, não ser a melhor, mas a fazer o melhor de mim. Obrigada pelo amor incondicional!

Ao meu filho João Pedro, minha estrelinha que ilumina minha vida e que torna tudo mais colorido! Meu pequeno filósofo, motivação para todas as manhãs nascerem especiais.

Ao meu companheiro Elton, por ser tão importante na minha vida. Sempre a meu lado e me fazendo acreditar que posso mais que imagino. Obrigada por fazer parte do meu sonho.

Aos meus irmãos, Francisco, Marcelo e Thiago meu agradecimento especial, pois, a seu modo, sempre se orgulharam de mim e confiaram em meu trabalho. Obrigada pela confiança!

As eternas crianças da minha vida, Maria Flor, Murilo, Beatriz, Marianna, Julinha e alunos. Tia Ju trabalha por um mundo melhor pra vocês, pois sei que também o preservarão.

A minha vovó Nadege que me abençoou para me tornar professora e aqui estou alçando novos voos.

Aos amigos que conquistei nessa jornada no mestrado e que a vida me presenteou com os momentos de troca de conhecimento e afago nas horas difíceis.

Aos profissionais no Zoológico de Brasília, que contribuem para esse trabalho se concretizar, em especial Daniele Melo, amiga querida de todas as horas.

Não venceria sozinha...

OBRIGADA A TODOS!

O mundo não é. O mundo está sendo. (...) meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da história, mas seu sujeito igualmente. No mundo da história, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar. (...) Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas constatando apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para a inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade. (...) É a partir deste saber fundamental: mudar é difícil mas é possível, que vamos programar nossa ação político-pedagógica, não importa se o projeto com o qual nos comprometemos é de alfabetização de adultos ou de crianças, se de ação sanitária, se de evangelização, se de formação de mão de obra técnica (Freire, 2000, p. 79-81).

Resumo

A educação ambiental pode ser incorporada aos programas dos zoológicos, enquanto ambientes não formais de aprendizagem, como um processo permanente, dinâmico e integral que viabiliza a relação do indivíduo com seu entorno, proporcionando, portanto, a construção de uma cultura ambiental. Nesta pesquisa foi identificado que o Zoo de Brasília não possui um documento próprio para as ações em Educação Ambiental. Este trabalho, portanto, teve como objetivo desenvolver projeto político pedagógico no âmbito da educação ambiental em espaço não formal para a Fundação Jardim Zoológico de Brasília – FJZB – com ações de Educação Ambiental por meio de atividades lúdicas e educativas e estudos voltados para as questões sociais e ambientais no espaço da Sala Verde, possuindo um caráter reflexivo e expressivo dos educadores envolvidos na educação para o desenvolvimento ambiental sustentável. A construção desse projeto, para além de um documento com caráter norteador da educação ambiental em ambiente não formal, procurou traduzir de fato as especificidades e particularidades de uma realidade educacional diferenciada em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e o Ministério do Meio Ambiente. A abordagem qualitativa na pesquisa-ação como alternativa metodológica vem da insustentabilidade de uma concepção da ciência baseada em regras inquestionáveis reduzindo os fatos sociais e naturais às suas dimensões observáveis e mensuráveis. O desenvolvimento desta pesquisa se deu a partir do cruzamento entre as fontes de informação documental, propostas institucionais, organização dos espaços expositivos e discurso sobre as propostas e a prática da FJZB, validado por teóricos que discutem as concepções de Educação Ambiental crítica e emancipatória; a abordagem relacional no processo educativo, bem como as relações de construção de um projeto político pedagógico para o ambiente não formal que complementarará a educação formal e seu currículo.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Zoológico, Educação Não formal, Projeto Político Pedagógico.

Abstract

Environmental education can be incorporated into zoo programs, as non-formal learning environments, as a permanent, dynamic and integral process that enables the relationship of the individual with their surroundings, thus providing the construction of an environmental culture. In this research it was identified that the Brasilia Zoo does not have its own document for the actions in Environmental Education, this work, therefore, aimed to develop a pedagogical political project in the field of environmental education in a non-formal space for the Brasília Zoo Foundation – FJZB – with Environmental Education actions through playful and educational activities and studies focused on social and environmental issues in the Sala Verde space, having a reflective and expressive character of educators involved in education for sustainable development. The construction of this project, in addition to a document that guides environmental education in a non-formal environment, sought to translate the specificities and particularities of a differentiated educational reality in partnership with the Federal District Department of Education and the Ministry of Education. Environment. The qualitative approach in action research as a methodological alternative comes from the unsustainability of a conception of science based on unquestionable rules, reducing social and natural facts to their observable and measurable dimensions. The development of this research took place from the intersection between sources of documentary information, institutional proposals, organization of exhibition spaces and discourse on the proposals and practice of FJZB, validated by theorists who discuss the concepts of critical and emancipatory Environmental Education; the relational approach in the educational process, as well as the relations of construction of a pedagogical political project for the non-formal environment that will complement formal education and its curriculum.

Keywords: Environmental Education, Zoo, Non-formal Education, Political Pedagogical Project

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AZAB	Associação de Zoológicos e Aquários no Brasil
CBO	Código Brasileiro de Ocupações
EA	Educação Ambiental
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
DDT	Dicloro-Difenil-Tricloroetano
DEAM	Diretoria de Educação Ambiental
FJZB	Fundação Jardim Zoológico de Brasília
FUB	Fundação Universidade de Brasília
IFB	Instituto Federal de Brasília
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDEA	Plano Distrital de Educação Ambiental
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
ProFEA	Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais.
Pronatec	Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego
ProNEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SZB	Sociedade de Zoológicos e Aquários do Brasil
SUEUP	Superintendência de Educação e Uso Público
WAZA	<i>World Association of Zoo and Aquariuns</i>

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 Inauguração Show da Nely 1970
- Figura 2 Cartilha Educação Ambiental – página 1 – Zoo/ BsB
- Figura 3 Cartilha Educação Ambiental – página 2 – Zoo/ BsB
- Figura 4 Painel informativo sobre Educação Ambiental na FJZB
- Figura 5 Painel de despedida na exposição história da FJZB
- Figura 6 Mapa FJZB
- Figura 7 Edificação “Espaço água” local destinado à Sala Verde.
Imagem fachada.
- Figura 8 Imagem interna Espaço água. Auditório destinado à Sala Verde.
- Figura 9 Biblioteca da FJZB
- Figura 10 Organograma Zoológico de Brasília

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 Referencial da Pesquisa-ação
- Tabela 2 Instrumentalização da pesquisa a partir dos objetos de análise propostos
- Tabela 3 Referencial Teórico
- Tabela 4 Comparação das informações sobre os projetos de Educação Ambiental da FJZB entre o período de outubro de 2017 e a atualização realizada no site da instituição em 16 de maio de 2019.
- Tabela 5 Estrutura de profissionais na Diretoria de Educação Ambiental do Zoo de Brasília 2017 e 2018
- Tabela 6 Comparação de receita da FJZB entre os anos de 2017 e 2019 nos meses de janeiro a maio.
- Tabela 7 Marcos da trajetória de políticas públicas para a Educação Ambiental no Brasil.
- Tabela 8 Sustentáculos do projeto político pedagógico e o amparo na legislação nacional.
- Tabela 9 Indicadores para políticas públicas em EA segundo RAYMUNDO (2017) e apropriação para aplicação na pesquisa.
- Tabela 10 Cronograma de atividades

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	15
INTRODUÇÃO.....	16
1.1 Objetivo.....	21
1.2 Metodologia.....	24
Instrumentos de pesquisa.....	30
Quadro resumo do Referencial teórico.....	31
CAPÍTULO I – EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM AMBIENTE NÃO FORMAL DE APRENDIZAGEM.....	32
1.1 O meio ambiente e a educação ambiental no espaço não formal de aprendizagem – do contexto histórico ao contemporâneo.....	33
1.2 Políticas públicas e ações educacionais em Educação Ambiental em ambiente não formal de aprendizagem.....	39
CAPÍTULO II – O ZOOLOGICO DE BRASÍLIA E A SALA VERDE PARA ESPAÇO NÃO FORMAL DE APRENDIZAGEM: POTENCIALIDADES DO ZOO DE BRASÍLIA PARA A ECOPEDAGOGIA.....	44
2.1 Quem são os profissionais que realizam a Educação Ambiental no Zoo de Brasília?.....	63
2.2 Da percepção da gestão da Educação Ambiental do Zoo de Brasília acerca de conceitos em educação e educação ambiental.....	71
2.3 Relevância no investimento nas ações em Educação Ambiental no Zoo de Brasília e a Sala Verde do Ministério do Meio Ambiente.....	75
2.4 Sala Verde no Zoológico de Brasília.....	78
CAPÍTULO III – PPP PARA O AMBIENTE NÃO FORMAL DE APRENDIZAGEM – A SALA VERDE COMO ESPAÇO ECOPEDAGÓGICO NA FJZB.....	83
CAPÍTULO IV – O PRODUTO: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA.....	96
4.1 Apresentação.....	96

4.2 O Projeto Político pedagógico.....	97
4.3 Histórico e justificativa.....	98
4.4 Missão.....	101
4.5 Programação de ações e metas e espaço físico:.....	102
4.6 Do planejamento das ações:.....	103
4.7 Das ações extras.....	103
4.8 Mapeamento e Identificação dos Recursos:.....	105
4.9 Atividades Sugeridas.....	107
4.10 Estratégias de monitoramento e avaliação.....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS.....	116
ANEXOS.....	120
ANEXO 1: Estatuto da Fundação Jardim Zoológico de Brasília	120
ANEXO 2: Roteiro de Visitas Guiadas em Educação Ambiental da FJZB.....	131
ANEXO 3: Instrução Nº 110, de 02 de outubro de 2017. GDF/FJZB.....	134
ANEXO 4: Dicionário de dados Projetos/Serviços do Zoológico de Brasília.....	140
APÊNDICES.....	144
Apêndice 1: Autorização para entrevistas.....	144
Apêndice 2: Questionário para entrevistas na FJZB – Gestores	146
Apêndice 3: Questionário para entrevistas MMA – Gestor.....	147

APRESENTAÇÃO

A ideia de realizar um Projeto Político Pedagógico – PPP – para a Educação Ambiental – EA – da Fundação Jardim Zoológico de Brasília – FJZB – em parceria com a Secretaria de Educação do Distrito Federal – SEEDF – e o Ministério do Meio Ambiente – MMA, nasceu da inquietude para o fazer pedagógico, a partir da observação participante da pesquisadora, enquanto pedagoga da instituição no período de fevereiro de 2017 a junho de 2018.

Ao observar que os projetos da Diretoria de Educação Ambiental do Zoo– DEAM – eram realizados por uma equipe de profissionais chamados de Recreadores, os quais não possuíam formação para a função de educadores, partiu a intenção de formatar as ações ditas recreativas em atividades contextualizadas para o aprendizado intencional e metodológico do currículo escolar ministrado em espaço não formal de ensino.

Nesse período em que atuei na instituição elaborando os planejamentos didáticos para as atividades na diretoria de museologia da FJZB, foi possível analisar e constatar que a instituição necessitaria de equipe capacitada para que as aprendizagens tivessem maior significado e melhor proveito ao receber instituições de ensino que visitavam o parque. Mas como capacitar profissionais sem um documento que designasse os parâmetros da educação ambiental do Zoológico e ainda norteasse as ações da equipe?

Será exposto neste trabalho que, por meio do projeto Sala Verde – parceria com o Ministério do Meio Ambiente – o Zoo de Brasília poderá otimizar seu trabalho em projetos internos designando espaço próprio para desenvolver a educação ambiental, aproveitando ainda todo espaço da área de preservação na qual dispõe para receber escolas, visando, portanto, a ecopedagogia e também a capacitação de docentes para a educação ambiental em ambiente não formal.

Da preocupação com ações imediatas para atender ao grande chamado pela conservação dos recursos naturais do planeta e nos tornarmos atores de ações para a sustentabilidade, veio a oportunidade, portanto, de aproveitar o momento em que eu participava de uma equipe de Educação Ambiental, numa unidade de conservação, com grande potencial de alcance aos diversos públicos que ali passavam, especialmente as escolas.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que o mundo está em constante mudança. No entanto, o ser humano ainda depende de recursos naturais e precisa estar conectado com o meio ambiente, de forma que se sinta parte desse meio, não apenas como seu habitat, mas como ser pertencente com ações efetivas de preservação para gerações futuras.

Em visita ao Museu do Amanhã no Rio de Janeiro, no ano de 2018, pude vivenciar uma imersão em muitos dados relacionados à vida do planeta e, em especial, um dado me chamou a atenção de forma mais preocupante: “desde 1950 alteramos mais o planeta do que em toda nossa existência de 200 mil anos”. Capra (2006) traz reflexão de isso se trata de uma crise complexa, que “afeta a saúde e o modo de vida, a qualidade do meio ambiente e das relações sociais, da economia, tecnologia e política. É uma crise de dimensões intelectuais, morais e espirituais [...]” (CAPRA 2006, p. 19).

O Museu expõe o termo Antropoceno que, segundo Paul Crutzen, prêmio Nobel de Química (1995), o popularizou por meio de publicações sobre como a influência humana é significativa na interferência de processos críticos no planeta, como uma nova era geológica da Terra (CRUTZEN, 2002). E Isso tem impacto direto nos níveis de pobreza de algumas populações que, na falta de recursos para sua subsistência, gera populações miseráveis, pois, segundo Paulo Nogueira-Neto (1992) “A erradicação da miséria é um problema ambiental central”.

A educação ambiental pode promover a aproximação do ser humano consigo, antes mesmo dele interagir com o meio externo, pois educação ambiental também é autoconhecimento para o sentimento de pertencimento enquanto sujeito no mundo.

Por sua vez, a Educação Ambiental em ambiente não formal passa a ser um desafio para o educador no planejamento de atividades que suplementam o ensino formal, na medida em que agrega o projeto escolar aos projetos de uma unidade de conservação ambiental como o Zoológico de Brasília. O currículo escolar pode ser fomentado por ações extraclasse e, de forma dinâmica, o

espaço não formal promove a integração entre os conteúdos, tendo assim, o prazer da experiência ativa com temas e atividades livres de paredes e muros.

Para que a integração institucional entre escolas do Distrito Federal – DF – e FJZB ocorra, fez-se necessária uma análise de conjuntura de como se dá a Educação Ambiental da FJZB e, para, além disso, organizar um Projeto Político Pedagógico para oferecer como aporte de novas ações que considerará o Projeto Sala Verde do Ministério do Meio Ambiente como espaço não formal para a Educação Ambiental, e ainda para a capacitação de educadores ambientais como multiplicadores do fazer didático em ecopedagogia.

Era preciso pesquisar os desafios, práticas e intervenções que os profissionais da educação na FJZB vêm fazendo nesse ambiente, no entanto, a trajetória da gestão da direção da Educação Ambiental passou por algumas mudanças, pois ao iniciar essa pesquisa havia uma equipe dessa diretoria que atendia ao público com profissionais denominados Agente de Educação e Lazer e também os Recreadores. Porém, em julho de 2018 houve uma mudança no contrato entre a empresa terceirizada e a FJZB, que modificou a equipe para somente dois supervisores em educação ambiental e, posteriormente, alguns profissionais denominados Tratadores de animais que seriam designados para a função antes realizada pelos Recreadores nos projetos em EA.

Dados os motivos para a realização dessa pesquisa, foi preciso ainda expor as razões para a relevância do papel do professor na Educação Ambiental no Zoológico de Brasília e como esse espaço pode ser melhor aproveitado enquanto espaço não formal de aprendizagem, em caráter suplementar ao currículo escolar formal.

A educação possui papel transformador e relevante na vida do indivíduo, bem como na formação de valores propícios para uma consciência plena de seu pertencimento na responsabilidade para com o meio ambiente. Esse processo transformador requer ação social e envolvimento direto de diversos órgãos públicos em conjunto com a escola com o objetivo de construir uma sociedade sustentável. Dentre os órgãos que podem contribuir para a educação para a sustentabilidade está o Zoológico de Brasília, que atualmente possui objetivos voltados para a preservação, conservação, pesquisa e também para a Educação Ambiental – EA.

Para além das estruturas formais de ensino, a pedagogia exerce papel importante para o desenvolvimento da cultura da sustentabilidade, uma vez que o aprendizado sobre meios de preservação ambiental precisa ser entendido como fator indissociável ao comportamento humano que influencia diretamente sobre as condições ambientais planetárias e leva consigo a responsabilidade de suas ações cotidianas. Com isso, a Ecopedagogia (GUTIERREZ, 2008), ou Pedagogia da Terra, se faz referência neste trabalho da educação voltada para valores intrínsecos aos seres humanos.

A ecopedagogia tem por finalidade reeducar o olhar das pessoas, isto é, desenvolver a atitude de observar e evitar a presença de agressões ao meio ambiente e aos vivos e o desperdício, a poluição sonora, visual, a poluição da água e do ar etc. Para intervir no mundo no sentido de reeducar o habitante do planeta e reverter a cultura do descartável. A tomada de consciência dessa realidade é profundamente formadora. O meio ambiente forma tanto quanto ele é formado ou deformado. Precisamos de uma ecoformação para recuperarmos a consciência dessas experiências cotidianas. Na ânsia de dominar o mundo, elas correm o risco de desaparecer do nosso campo de consciência, se a relação que nos liga a ele for apenas uma relação de uso. (Instituto Paulo Freire, 1999)

Ao se pensar em espaço ideal para a realização dessa ecopedagogia, por sua vez, o Zoológico de Brasília expõe sua missão no artigo 6º, descrito no Estatuto¹ da Fundação Jardim Zoológico de Brasília – FJZB – a transformação das áreas, sob sua competência, em centros de excelência destinados à educação e o lazer, dentre outras atribuições voltadas para a conservação e pesquisa. No entanto, essa é uma estrutura recente na história dos Zoológicos no mundo inteiro e no Zoo de Brasília, visto que há poucas décadas se tratavam de instituições responsáveis pela preservação das espécies, mas também instituições voltadas para o entretenimento humano e atrações turísticas. “O desenvolvimento histórico dos zoológicos tem sido um espelho das mudanças de opinião e sentimento acerca do relacionamento entre os seres humanos e animais” (MENCH & KREGGER, 1996).

A Associação Mundial de Zoológicos e Aquários – WAZA (*World Association of Zoo and Aquarists*) publica anualmente um relatório referente às

estratégias de atuação para os jardins zoológicos, que estabelece suas funções como instituição para promover a pesquisa, a educação e a conservação da biodiversidade.

Para a WAZA (2015), o papel primordial de atuação e visibilidade de um jardim zoológico é a Educação, que atende desde um simples visitante até grupos mais específicos, como alunos em visitas escolares. Dessa forma, seria possível desvincular de um jardim zoológico a função de entretenimento? Os Zoológicos são espaços usados para o lazer das pessoas e, inclusive, é o que auxilia a legitimação do repasse de recursos financeiros públicos para sua manutenção. Essa conjuntura política e estrutural de zoológico viabiliza, portanto, pesquisar seu espaço para a promoção da educação ambiental em ambiente não formal de aprendizagem.

De acordo com a Associação de Zoológicos e Aquários no Brasil – AZAB – a maioria dos zoológicos tem programas de educação formal para as escolas, com o objetivo de conectar as crianças com a natureza. No entanto, a educação não formal a todos os visitantes começou apenas nos últimos 10 a 15 anos. Embora a educação possa contribuir para a missão de conservação dos zoológicos, alguns não têm informação sobre como os visitantes podem realmente contribuir na troca de aprendizado (Broad *et al*, 1998).

A história da Educação Ambiental foi analisada nessa pesquisa observando que, historicamente, as preocupações voltadas para a preservação das espécies em seus biomas naturais seriam mais voltadas para as grandes catástrofes causadas por desastres químicos, desmatamento por grandes empresas, deixando assim de lado o foco no indivíduo como ser consciente de sua ação direta sobre o meio ambiente. No ano de 1972, a Organização das Nações Unidas – ONU realizou a conferência de Estocolmo, na Suécia e, com isso, alertou ao mundo sobre a imediata ação eficaz para a conscientização humana quanto à preservação do meio ambiente, além de colocar a Educação ambiental em evidência.

[...] Desde então, a Educação Ambiental passa a ser considerada como campo da ação pedagógica, adquirindo relevância e vigência internacionais. As discussões em relação à natureza da Educação Ambiental passaram a ser desencadeadas e os acordos foram reunidos nos Princípios de Educação Ambiental, estabelecidos no seminário realizado

em Tammi (Comissão Nacional Finlandesa para a UNESCO, 1974). Esse seminário considerou que a Educação Ambiental permite alcançar os objetivos de proteção ambiental e que não se trata de um ramo da ciência ou uma matéria de estudos separada, mas de uma educação integral permanente. (PÁDUA; TABANEZ, 1997, p. 228 – 259).

Com isso, o uso do jardim zoológico na Educação, pode ser considerado um local de aprendizagem e que pode contribuir para complementação dos currículos escolares (WAZA, 2015). Ainda segundo essa Associação, o ideal seria que a Educação permeasse todos os aspectos das atividades nos jardins zoológicos, pois se tratam de ambientes que atraem um número muito elevado de visitantes em todo o mundo, e com isso,

[...] descobriu que um número significativo de pessoas encerra a sua visita com maior compreensão da biodiversidade e um maior conhecimento das ações que ajudam a proteger a biodiversidade. Estes resultados são a evidência mais convincente até agora de que as visitas aos jardins zoológicos e aquários contribuem para aumentar o número de pessoas que entendem a biodiversidade e sabem das ações que podem tomar para ajudar a protegê-la [...] (WAZA, 2015, p. 48).

Com a ecopedagogia, a educação ambiental pode ser incorporada aos programas dos zoológicos, enquanto ambientes não formais de aprendizagem, como um processo permanente, dinâmico e integral que viabiliza a relação do indivíduo com seu entorno, proporcionando, portanto, a construção de uma cultura ambiental por meio da educação para o desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável tem um *componente educativo* formidável: a preservação do meio ambiente depende de uma consciência ecológica e a formação da consciência depende da educação. É aqui que entra em cena a ecopedagogia. Ela é uma pedagogia para a *promoção da aprendizagem do sentido das coisas a partir da vida cotidiana*. Encontramos o sentido ao caminhar, vivenciando o contexto e o processo de abrir novos caminhos; não apenas observando o caminho. É, por isso, uma pedagogia democrática e solidária. (GADOTTI, p 89. 2001)

De acordo com a produto deste trabalho, que foi o projeto de educação ambiental para o Zoológico de Brasília, cabe destacar as possibilidades práticas de educação ambiental em espaços de educação não formal, de

acordo com Guimarães e Vasconcellos (2006) os espaços de educação não formal possuem algumas características que os tornam fundamentais para o desenvolvimento de ações de educação ambiental. Isto porque, o caráter de (in) formalidade destes espaços permitem uma maior liberdade na seleção e organização de conteúdos e metodologias, o que amplia as possibilidades interdisciplinares, bem como contextualização dos temas abordados.

Neste sentido, os espaços de educação não formal vêm se constituindo em locais importantes para o desenvolvimento de ações de educação ambiental, em função da complexidade socioeconômica e cultural contemporânea, que em sua grande maioria não consegue ser acompanhada pelas escolas, em especial as públicas.

1.1 Objetivo

Desenvolver o Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental para a Fundação Jardim Zoológico de Brasília – FJZB – visando à educação para a sustentabilidade ambiental como reflexo nas ações sociais do público participante, em parceria entre a FJZB, a Secretaria de Educação do Distrito Federal e o Ministério do Meio Ambiente.

A partir desse objetivo principal, são os objetivos específicos:

- Tornar a Sala Verde do Zoo referência no Distrito Federal para o trabalho com educação ambiental estimulando o sentimento de pertença e a responsabilidade socioambiental;
- Desenvolver o projeto político pedagógico para educação ambiental e ensino de ciências no espaço não formal de forma complementar ao currículo escolar;
- Tornar o projeto político pedagógico uma ferramenta flexível para a gestão do projeto adequar às subjetividades educacionais dos estudantes como o atendimento às pessoas com necessidades especiais;
- Promover a integração do projeto político pedagógico com educadores da rede pública de ensino do DF para o uso da Sala Verde para possíveis capacitações, cursos e intervenções educativas e que

possam contribuir como multiplicadores para a sustentabilidade ambiental;

- Agregar os projetos oferecidos pela FJZB que focam a Educação Socioambiental, oferecendo espaços educativos para a troca de informações, reflexão, e a crítica para a construção de coletivos de educadores, promovendo assim, maior arrecadação suplementar às finanças do parque.

O produto dessa pesquisa será um Projeto Político Pedagógico para desenvolver a Educação Ambiental na FJZB com foco na educação para sustentabilidade e, com isso, aumentar a qualidade do trabalho pedagógico no zoológico e garantir uma presença mais transformadora da educação dentro das atividades realizadas no parque.

Os assuntos pertinentes aos resultados deste trabalho serão organizados em quatro capítulos que tratarão do tema de forma a proporcionar melhor compreensão. São eles:

CAPÍTULO I: Serão apresentados os conceitos no que diz respeito ao conteúdo abordado neste trabalho, que é a Educação Ambiental em ambiente não formal de aprendizagem.

CAPÍTULO II: O zoológico de Brasília enquanto espaço de entretenimento, lazer e educação e a Sala Verde na FJZB para a viabilidade de trabalho de Educação Ambiental na construção do espaço não formal de aprendizagem e as potencialidades do Zoo de Brasília para a ecopedagogia.

CAPÍTULO III: O projeto Político Pedagógico para o ambiente não formal de aprendizagem considerando a sala verde como espaço ecopedagógico enquanto suplemento para as ações dos projetos em Educação Ambiental da FJZB.

CAPÍTULO IV: Apresentação do produto desta pesquisa: o Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental para a Fundação Jardim Zoológico de Brasília.

Para aumentar a qualidade do trabalho pedagógico no zoológico e garantir uma presença mais transformadora da educação dentro das atividades realizadas no parque de preservação ambiental é preciso pesquisar os

desafios, práticas e intervenções que os profissionais da educação vêm fazendo nesse ambiente, para então elaborar projeto de política pública para o Zoológico que tem em seus objetivos a educação para sustentabilidade.

Em julho de 2018 o Zoo de Brasília concluiu seu portfólio de projetos e definiu quais pretende executar entre 2018 e 2022. Dentre as propostas inovadoras não há um projeto de Educação Ambiental, apesar de no mesmo ano a diretoria lançaria interesse na adesão à Sala Verde do Ministério do Meio Ambiente – MMA.

Desde 2018 a FJZB possui a Sala Verde, que é um projeto do MMA, que promove o desenvolvimento de múltiplas potencialidades em projetos para educação ambiental não formal e que podem desenvolver atividades diversas como: cursos, palestras, oficinas, eventos, encontros, reuniões, campanhas. Trata-se de espaço que viabilizará acesso à informação, oferecendo a possibilidade de reflexão e construção do pensamento/ação ambiental.

Este trabalho, portanto, terá o objetivo de desenvolver projeto político pedagógico no âmbito da educação ambiental em espaço não formal para a Fundação Jardim Zoológico de Brasília – FJZB – com ações de Educação Ambiental por meio de atividades lúdicas e educativas e estudos voltados para as questões sociais e ambientais no espaço da Sala Verde, possuindo um caráter reflexivo e expressivo dos educadores envolvidos na Educação Para Desenvolvimento Sustentável – EDS – (GADOTTI, 2008) e conservação em parceria com;

- A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF
 - Professores da SEEDF realizando a Educação Ambiental na FJZB;
- O Ministério do Meio Ambiente – MMA
 - Sala Verde do MMA na FJZB para realização dos projetos em Educação Ambiental.

A presente pesquisa se lançou à investigação em como se dá a Educação Ambiental na FJZB e qual seria o projeto ideal de EA, considerando ser um ambiente não formal de aprendizagem em uma unidade de conservação. Nesse contexto, vale lembrar que existem inúmeras outras variáveis envolvidas no processo educacional, sendo que não há uma em

detrimento da outra. Cabe aos profissionais se sensibilizarem e colocarem em prática aquilo que for mais adequado à situação em que se encontram, lembrando que nem sempre certa atuação terá o mesmo resultado em contextos diferentes.

Esse é o grande desafio dos educadores, executar ações adequadas em diferentes contextos educacionais. O mundo em que vivemos, assim como os vários contextos educacionais, está em constante mudança, sendo assim, os atores envolvidos na educação também necessitam estar em constante sintonia com tais desenvolvimentos e atualizações.

1.2 Metodologia

O trabalho foi organizado a partir da construção de um conjunto de aspectos descritivos por meio da metodologia qualitativa de cunho exploratório na pesquisa-ação, procurando estabelecer relações que possibilitassem a proposição de novas interpretações para os dados. Gil (1999) destaca que o levantamento bibliográfico e a pesquisa documental são requeridos por pesquisas dessa natureza.

Sendo assim, a pesquisa documental se baseou na legislação nacional e de documentos de órgãos reguladores de Zoológicos no mundo, além da pesquisa em documentos internos da FJZB que se encontram publicados para consulta popular. Para tanto, as etapas da pesquisa consistiram em:

- a. Conhecer a FJZB em seus documentos institucionais públicos: a proposta da instituição de conservação, bem como os documentos norteadores contidos em publicações no sítio do Zoo, além de todos os órgãos que regulamentam a Educação Ambiental, tais como documentos oficiais, textos, folhetos de divulgação e de pesquisas pertinentes ao assunto;
- b. Conhecer projetos da FJZB para a Educação Ambiental;

- c. Analisar os discursos sobre as propostas e as práticas institucionais obtidas por meio da aplicação de entrevistas semiestruturadas aos profissionais vinculados aos locais de estudo envolvidos na elaboração, administração e no desenvolvimento das suas propostas.
- d. Conhecer os espaços no Zoológico de Brasília onde ocorrem as atividades de desenvolvimento educacionais, descritos a partir da observação direta de aspectos pré-determinados;

O desenvolvimento desta pesquisa se deu a partir de informações colhidas em fontes documentais, da dialogicidade em entrevista semiestruturada junto aos gestores, além da observação da pesquisadora das experiências obtidas enquanto funcionária da FJZB entre fevereiro de 2017 e julho de 2018. Foram analisadas ainda as propostas institucionais, organização dos espaços expositivos e discurso sobre as propostas e a prática da FJZB e MMA.

Lüdke e André (1986) consideram a análise documental uma fonte de coleta de dados rica e estável, pois persistem ao longo do tempo, podendo ser consultadas várias vezes, além de constituir-se uma valiosa técnica para abordagem de dados qualitativos. De acordo com estes autores o documento utilizado para esta pesquisa é do tipo técnico.

Assim, o presente trabalho adotou o referencial qualitativo que se caracteriza segundo Lüdke e André (1986) por:

- Buscar significados e concepções explícitos ou implícitos;
- Construir os dados a partir de descrições;
- Ter caráter indutivo na análise de dados;
- Ter como fonte direta de investigação o próprio ambiente;
- Ter preocupação maior com o processo do que com o produto.

Além disso, a maior parte dos dados obtidos será construída a partir de:

[...]descrições detalhadas de situações, eventos, pessoas, interações e comportamentos observados, citações literais do que as pessoas falam sobre suas experiências, atitudes, crenças e pensamentos, trechos ou íntegras de documentos, correspondências, atas, ou relatórios de casos. (PATTON apud ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998, p.132).

A pesquisa em campo no Zoológico de Brasília possui critérios específicos para a autorização da realização da pesquisa na instituição. Para isso, foi submetida documentação obedecendo à Instrução N°78, de 3 de setembro de 2015 da FJZB, que se baseou na coleta de assinaturas da pesquisadora e de seu orientador nesta pesquisa nos seguintes requisitos:

Art.5°: Para realização de projetos de pesquisa na FJZB é necessário protocolar junto ao Núcleo de Documentação e Comunicação Administrativa – NUDOC da FJZB os seguintes documentos:

- I. carta de anuência para autorização de pesquisa: a solicitação deve ser redigida em papel timbrado e assinada pelo responsável da instituição;
- II. ficha de inscrição e termo de responsabilidade, preenchidos e assinados por todos os participantes do projeto (Anexos I e II);
- III. Projeto de pesquisa;
- IV. Currículo Lattes de todos os pesquisadores, segundo padrão da Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
- V. formulário unificado para solicitação de autorização para uso de animais em ensino e/ou pesquisa preenchido a ser submetido à Comissão de Ética no Uso de Animais da Fundação Jardim Zoológico de Brasília – CEUA / FJZB ou documentação comprovando aprovação da Comissão ao qual a pesquisa foi submetida; (GDF/FJZB 2015).

Quando esta pesquisa se iniciou no segundo bimestre de 2017, a FJZB contava com equipe da Diretoria de Educação Ambiental – DEAM – que era composta por uma conjuntura de trabalhadores que passou por modificações até os dias atuais. Disso compreende-se que a pesquisadora também necessitaria de rever sua forma de construir os dados colhidos dessas diferentes fases de organização interna do Zoo.

Em situações para as quais o alcance das pesquisas tradicionais não contempla de forma satisfatória as problemáticas que envolvem grupos

específicos de sujeitos, é possível a utilização da metodologia da Pesquisa-ação.

A utilização da pesquisa-ação é feita sobre a concepção epistemológica de transformação das pesquisas em Ciências Sociais, como uma metodologia específica para indivíduos ou pequenos grupos. Ela se apresenta como um instrumento de trabalho e investigação de grupos ou coletividades de pequeno ou no máximo médio porte, ou seja, atuando sobre uma visão microsocial. (BEZERRA E TANAJURA, 2015).

Essa conjuntura fez com que só fosse possível colher dados da equipe da Diretoria de Educação Ambiental do Zoo após a nomeação da diretora – DODF N°43 de 19/06/2019, pois ali se constituiria uma nova equipe composta por:

- 1 Diretora de Educação Ambiental;
- 1 Supervisora de Educação Ambiental;
- 5 Tratadores de animais

No Zoo, houve entrevista com o Superintendente de Educação e Uso Público, que ocupa hierarquia na instituição acima da Diretoria de Educação Ambiental e, no Ministério do Meio Ambiente há apenas uma gestora dos projetos Sala Verde que contribui para esta pesquisa em entrevista que aqui também foi considerada.

Visto que a pesquisa exploratória compreende também a análise das variáveis que possam surgir no decurso do pesquisador, pressupõe a observação do contexto social do objeto analisado, com o intuito de transformar sua conduta no uso de uma ação transformadora.

“A pesquisa-ação é uma atividade de compreensão e de explicação da práxis dos grupos sociais por eles mesmos, com ou sem especialistas em ciências humanas e sociais práticas, com o fito de melhorar sua práxis.” (Barbier, 2002).

A pesquisa-ação surgiu de forma diferente às metodologias tradicionais por transformar a realidade pesquisada de forma a envolver a teoria e a prática na solução de problemas levantados no decorrer do processo da pesquisa.

Isso foi suscitado desde o primeiro simpósio sobre pesquisa participante em 1977 na Colômbia, em que a preocupação da participação de grupos sociais no envolvimento de busca de solução para seus próprios problemas se designava para uma transformação social. (FALS BORDA, 1986). Desse tipo de pesquisa, não basta, portanto, a simples produção de saberes dos contextos analisados, mas sim, a promoção da dialogicidade entre teoria e prática para a produção de conhecimentos e, a partir das reflexões, o enfrentamento de problemas. (LEWIN, 1946; BARBIER, 2002; EL ANDALOUSSI, 2004)

A pesquisa acadêmica que considera a participação de todos os sujeitos envolvidos, seja pesquisador ou os indivíduos do contexto à ser pesquisado, se faz dialógica por seu caráter de reflexão/ação ao tempo em que há o empoderamento, por grupos sociais dessas reflexões, para tomadas de decisão para o coletivo. A pesquisa-ação, portanto, foi adotada, justamente pela maneira democrática e participativa no planejamento de um projeto político pedagógico.

Do contexto histórico da pesquisa-ação em (TOLEDO; e JACOBI; 2013), segue quadro contendo referencial e contextualização histórica que contribuiu para esta pesquisa:

Tabela 1: Referencial da pesquisa-ação

Autores:	Apud:	Temáticas abordadas:
(LEWIN, 1946); (CARR; KEMMIS, 1986); (THIOLLENT, 2011); (BARBIER, 2002); (EL ANDALOUSSI, 2004).		Necessidade de envolver diretamente os grupos sociais na busca de soluções para seus problemas, mas também de promover maior articulação entre a teoria e a prática na produção de novos saberes
(LEWIN, 1946);		Três fases fundamentais desenvolvidas de forma semelhante a uma espiral cíclica: 1) planejamento (<i>planning</i>), que envolve o conhecimento e reconhecimento da situação; 2) ação (<i>action</i>); e 3) encontro de fatos (<i>fact-finding</i>) sobre os resultados da ação, os quais devem ser incorporados na fase seguinte de retomada do planejamento e assim sucessivamente.
KURT LEWIN (1946)	(ADELMAN, 1993); (THIOLLENT, 2011); (BARBIER, 2002); (MORIN, 2004).	Contribuição para a elevação da autoestima de grupos minoritários e, por meio da pesquisa-ação, sustentada pela comunicação e cooperação entre pares, procurar fortalecer as relações sociais destes grupos.

(STEPHEN COREY.1979)		“ouvir dizer o que devemos fazer é muito diferente de descobrir pessoalmente o que devemos fazer”.
(THIOLLENT, M. 2011)		Sistema cíclico, porém há um ponto de partida, que é a fase exploratória, e um ponto de chegada, referindo-se à divulgação dos resultados, mas no intervalo haverá uma multiplicidade de caminhos em função das diferentes situações diagnosticadas ao longo do processo. O papel do pesquisador deve ser o de oferecer subsídios que propiciem a participação dos atores sociais envolvidos em todas as etapas e assegurar o rigor metodológico, o qual favorecerá o cumprimento dos objetivos propostos (instrumentais, educacionais, científicos, entre outros).
(BARBIER, R. A, 2002);		O desenvolvimento da pesquisa-ação intensificou-se fortemente no Brasil entre as décadas de 1980 e 1990. Requer uma reflexão constante sobre a ação em todas as etapas do processo.
(BARBIER, R. A, 2007)	ANGELIM et. all. 2012).	“A pesquisa-ação não é linear, é em espiral”. (BARBIER, 2007, p. 55). “ela é política, existencial e literária, não representativa.” (BARBIER, 2007, p. 78).
(PIMENTA. 2005)		Considera que na pesquisa-ação os sujeitos envolvidos em determinada problemática constituem um grupo com objetivos comuns, no qual assumem papéis diversos, inclusive o de pesquisadores

Fonte: Elaborada própria a partir de TOLEDO, Renata Ferraz de; JACOBI, Pedro Roberto. 2013.

Se para (LEWIN, 1946 apud TOLEDO; e JACOBI; 2013) “a metodologia da pesquisa-ação é considerada um sistema aberto, isso porque diferentes rumos podem ser tomados no decorrer do seu desenvolvimento em função das demandas encontradas”, as três fases do desenvolvimento da pesquisa por Lewin, 1946 designadas como cíclicas, foi abordada neste trabalho de forma que, na primeira fase de planejamento, houve o estudo da situação da Educação Ambiental do Zoo de Brasília, bem como a segunda fase para o planejamento de ações para a solução dos entraves encontrados para a implementação de um projeto novo. Disso surgirá a terceira fase, na qual será analisada somente após a implementação do projeto para então avaliar, retornando à primeira fase de planejar ações futuras e assim sucessivamente.

Instrumentos de pesquisa

Tendo em vista a investigação do potencial pedagógico da FJZB para desenvolver a Educação Ambiental com êxito o presente trabalho apoiou-se na análise dos seguintes objetos de investigação:

- a. A proposta da instituição de conservação, bem como os documentos norteadores contidos em publicações no sítio da FJZB e de todos os órgãos que regulamentam a Educação Ambiental, tais como documentos oficiais, textos, folhetos de divulgação e de pesquisas pertinentes ao assunto;
- b. Os espaços no Zoológico de Brasília onde ocorrem as atividades de desenvolvimento educacionais, descritos a partir da observação direta de aspectos pré-determinados;
- c. Os discursos sobre as propostas e as práticas institucionais obtidas por meio de entrevista semiestruturada aos gestores vinculados aos locais de estudo envolvidos na elaboração, administração e no desenvolvimento das suas propostas.

A tabela abaixo mostra de maneira sintética como foi realizada a instrumentalização e realização da pesquisa a partir dos objetos de análise propostos:

Tabela 2: Instrumentalização da pesquisa a partir dos objetos de análise propostos

Objetos de análises	Instrumentos de pesquisa	Método de investigação
1) Propostas	Materiais escritos	Análise do conteúdo
2) Espaço	Estrutura e organização	Descrição a partir de observação direta de aspectos pré-determinados
3) Etapas	Pesquisa in situ	1)Elaboração de entrevista mediante objetivo da pesquisa, sob forma de diálogo com os gestores

		2) Documentação para requisição de pesquisa nas instituições.
		3) Tramitação processual para autorização de pesquisa no Zoo.
		4) Entrevista com gestor do Zoo e gestora do MMA.
		6) Análise do conteúdo e considerações referentes à experiência profissional da pesquisadora na FJZB.

Fonte: Elaboração própria

Quadro resumo do Referencial teórico

Tabela 3: Referencial Teórico

Temáticas abordadas na pesquisa	Referencial teórico/quadro conceitual
Educação ambiental crítica e emancipatória	GUIMARÃES (2004); LOUREIRO (2003); GADOTTI (2008)
Abordagem relacional no processo educativo	MORAES (2003)
A crise socioambiental da atualidade e suas relações com a crise de paradigmas da sociedade atual.	Boff (1999, 2000); Capra (2006); Gadotti (2000); Grün (1996); Guimarães (2000, 2004); Gutiérrez e Prado (1999); Leff (2001); Loureiro et al. (2000,2002), Loureiro (2003); Morin (1997, 1999), Crutzen (2002).
Estudo de ciências em suas inter-relações com as questões ambientais	Tapia (2001)
Motivação intrínseca e a aprendizagem significativa	Ausubel (1968)
Educação não formal	Guimarães (2004), Libâneo (2002), Gohn (2008),
Educação Formal	Guimarães (2004); Viégas (2002); Grün (1996)
Contexto Socioambiental	SCHALL (2003)
Dimensão ambiental no processo educativo	BRASIL (2004)
O Projeto Político Pedagógico	GADOTTI, 2004; ROSSI (2004) e SALGADO <i>apud</i> MEDEL (2008); (BRASIL,1996); (VEIGA, 2011); (GANDIN, 1994); NOGUEIRA (2009);

Fonte: Elaboração própria

CAPÍTULO I – EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM AMBIENTE NÃO FORMAL DE APRENDIZAGEM

Segundo Reigota (1995), o meio ambiente é

“[...] um lugar determinado e/ou percebido onde estão em relações dinâmicas e em constante interação os aspectos naturais e sociais. Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e políticos de transformação da natureza e da sociedade” (REIGOTA, 1995, p.22).

Nessa perspectiva, o processo de consciencialização da sociedade para as questões ambientais, na educação brasileira, se baseia no contexto do currículo escolar de forma interdisciplinar, por isso é relevante que o conhecimento possa ser adquirido além dos muros da instituição formal de ensino, e ser desenvolvido em outros ambientes educativos, como os espaços não formais de aprendizagem, pois apesar do sistema educacional se encontrar voltado para as relações capitalistas de formação para o mercado de trabalho, a Educação Ambiental tem como ponto de partida uma reflexão crítica da contribuição do sujeito para com o Meio Ambiente.

Para Libâneo (1993),

A sociedade industrial e tecnológica estabelece (cientificamente) as metas econômicas, sociais e políticas, a sociedade treina (também cientificamente) nos alunos os comportamentos de ajustamento a essas metas [...] a educação é um recurso tecnológico por excelência. Ela é encarada como um instrumento capaz de promover, sem contradição, o desenvolvimento econômico pela qualificação da mão-de-obra, pela redistribuição da renda, pela maximização da produção e, ao mesmo tempo, pelo desenvolvimento da ‘consciência política’ indispensável à manutenção do Estado autoritário [...] a escola atua, assim, no aperfeiçoamento da ordem social vigente (o sistema capitalista), articulando-se diretamente com o sistema produtivo [...] seu interesse imediato é o de produzir indivíduos “competentes” para o mercado de trabalho (LIBÂNEO. p. 61, 1993).

Dessa forma, o trabalho interdisciplinar, transversal e multidisciplinar, característicos da Educação Ambiental, requer também que seja considerada a pluralidade de fatores sociais na construção de valores para a sustentabilidade, enquanto ação voltada para o bem comum a todos seres humanos, conforme artigo 1º da Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 1º Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para o meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial a sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, p. 1).

Esse é o grande desafio dos educadores, executar ações adequadas em diferentes contextos educacionais e também considerar diversos fatores envolvidos, como o contexto social do discente. O mundo em que vivemos, assim como os vários contextos educacionais, está em constante mudança, portanto, os atores envolvidos e os espaços para a educação também necessitam estar em constante sintonia com tais desenvolvimentos e atualizações.

1.1 O meio ambiente e a educação ambiental no espaço não formal de aprendizagem – do contexto histórico ao contemporâneo.

No conceito de Meio Ambiente, ocorre, frequentemente, uma associação pelo senso comum, atrelada às questões voltadas à natureza e sua preservação. Existem diversos conceitos para a palavra meio ambiente em fontes didáticas e acadêmicas, nas quais nos depararmos com os diversos termos existentes.

Como marco das reflexões sobre a crise do meio ambiente, no ano de 1962, a autora bióloga Rachel Carson teve trechos de seu livro “Primavera Silenciosa” publicados nos Estados Unidos pela revista New Yorker. No Brasil, o livro, foi publicado em 1964 pela editora Melhoramentos. Trata-se de um livro marcado por ser um alerta para o mundo no que diz respeito aos efeitos

nocivos do uso de agrotóxico Dicloro-Difenil-Tricloroetan – DDT – e questiona ainda os rumos da relação entre o homem e a natureza. O contexto do livro suscitou várias discussões acerca da preservação do meio ambiente, recebendo, inclusive, críticas de que a autora estaria contra o desenvolvimento econômico dos países que se encontravam em pleno crescimento econômico e industrial. No entanto, o livro promoveu reflexões sobre a importância devida às questões ambientais, e isso se deu em proporção mundial, ao ponto de órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas – ONU – realizar importante evento sobre meio ambiente.

A década de 1970 trazia, portanto, as questões no que diz respeito à preocupação para com o meio ambiente. Referente a isso, o governo sueco apresentou à ONU proposta de realização de um evento grandioso sobre meio ambiente, a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente Humano em 1972. Havia o entrave quanto às divergências entre chefes de Estado que se encontrariam resistentes em mudar a postura econômica de seus governos, frente as proposições de conservação e preservação em choque com o crescimento econômico e industrial em progressão.

Apesar disso, o evento foi realizado com enfoque nas questões ambientais e a Educação Ambiental teve sua importância ressaltada enquanto propulsora da mudança de comportamento humano, se tornando recomendada aos projetos governamentais em escala global.

Entre o rol de medidas analisadas, refletidas e recomendadas colocou-se, também, a responsabilidade do ser humano em sua relação com o ambiente, onde a educação adquire importância singular para a solução dos problemas. Manifesta-se a necessidade de mudança na intervenção do meio ambiente, e entende-se que isso é possível pela educação ambiental. Ocorre, assim, o primeiro pronunciamento oficial sobre a necessidade da EA em escala mundial, convertendo-se numa recomendação universal imprescindível, com a propagação de inúmeros projetos e programas para a sua implementação. (RAMOS, 2001. p. 204)

O evento foi pioneiro para outros que viriam a se tornar marcos para projetos para o meio ambiente, como a Conferência Intergovernamental de Tbilisi, realizada na Geórgia em 1977.

[...] o documento da Unesco “A Educação Ambiental: as grandes Orientações da Conferência de Tbilisi” converteu-se em referência para os órgãos, pessoas e instituições responsáveis pela EA no âmbito regional, nacional e internacional, constituindo-se num texto técnico com as finalidades, objetivos, princípios orientadores e estratégias para o desenvolvimento da EA. (RAMOS, 2001. Op., cit., p. 205)

Na forma da lei brasileira, o conceito de meio ambiente foi definido no Inciso I do Art. 3º da Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, como:

“meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (BRASIL, 1981);

A Constituição Federal de 1988 – CF/88 – fora chamada de constituição verde por ser a primeira Constituição brasileira a trazer itens explícitos sobre meio ambiente, educação ambiental e preservação do meio ambiente. Se distingue das constituições anteriores em seu Art. 225, que trata do amparo legal das questões ambientais, visto que o mundo se voltava para a preservação e conservação, de forma concomitante e conflitante aos interesses econômicos unilaterais por parte dos países ditos desenvolvidos na exploração de recursos naturais no Brasil.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...] VI – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente; (CF/1988).

Sendo assim, a Educação Ambiental vem inserida na CF/88 como forma de promoção da conscientização na preservação do meio ambiente, mas isso seria um grande desafio pela frente, visto que a educação brasileira passaria

por várias evoluções quanto aos paradigmas do conceito de educação ambiental. Reigota (2007) dá preferência ao termo “representações” em vez da palavra “conceito” em educação ambiental, esclarecendo que a comunidade científica não tenha entrado em consenso quanto ao que vem a ser a educação ambiental. Por isso, neste trabalho foram explorados os conceitos publicados em documentos oficiais, mas também abordando como a educação ambiental vem sendo trabalhada no espaço não formal de aprendizagem.

Se inicialmente se pensava em Educação Ambiental no âmbito de trabalhar com a consciência humana para preservar e reciclar, o pensamento contemporâneo de educação ambiental, infere na importância da ação direta do homem enquanto ser que pertence ao meio em que vive e não somente explora os recursos naturais e recicla, mas também que faz o consumo consciente não produzindo resíduos degradantes ao meio ambiente.

Compreender sobre o significado de meio ambiente pressupõe um melhor entendimento de como pode ocorrer a educação ambiental em zoológicos. Na década de 90, aconteceu um importante evento no Brasil denominado Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, ou também conhecido como ECO/92. O resultado dessa conferência foi o documento elaborado que promove um plano de ação chamado de Agenda 21 Global, no qual trata de dois objetivos para a educação ambiental no capítulo 36:

[...] 2. Desenvolver consciência do meio ambiente e desenvolvimento em todos os setores da sociedade em escala mundial e com a maior brevidade possível; 3. Lutar para facilitar o acesso à educação sobre meio ambiente e desenvolvimento, vinculada à educação social, desde a idade escolar primária até a idade adulta em todos os grupos da população. [...] (AGENDA 21, 1992)

Com isso, ao entender da importância em alcançar todos os setores da sociedade para a consciência ambiental da população mundial, pode se inferir que os zoológicos, com todo seu potencial de visitas e espaços favoráveis, se ajustam como meio de desenvolvimento de uma educação ambiental com aprendizagens significativas.

Ainda sobre o conceito de meio ambiente, este também pode ser entendido como um espaço relacional que permite aos organismos e ao contexto uma dinâmica de dependência, mas também de construção e

transformação. Um sistema que favoreça as dinâmicas de reorganização tanto dos organismos como do contexto sob a ideia de equilíbrio e regulação.

A educação ambiental, por sua vez, pode ser compreendida como meio para que a sociedade global alcance atitudes e valores congruentes com o equilíbrio natural do meio ambiente do qual depende para a própria subsistência.

Art.1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999).

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), por exemplo, é dito que o conceito ainda vem sendo construído e que ele é definido de modo diferente por especialistas de diferentes ciências.

O conhecimento sistemático relacionado ao meio ambiente e ao movimento ambiental são bastante recentes. A própria base conceitual — definições como a de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável, por exemplo — está em plena construção. De fato, não existe consenso sobre esses termos nem mesmo na comunidade científica; com mais razão, pode-se admitir que o mesmo ocorra fora dela. (BRASIL, PCN, 1997. p.25-26).

A Educação Ambiental, nos dias atuais, faz parte do currículo formal de ensino no Brasil e integra transversalmente os componentes curriculares permeando assuntos voltados para a preservação e proteção do meio ambiente. Isso se dá pela mediação do professor, que realizará a promoção do aprendizado no coletivo para as questões ambientais, mas não de forma isolada, visto que, em conjunto, as ações voltadas para a sustentabilidade possuem maior impacto.

Além disso, a educação ambiental pode gerar no indivíduo o impacto para a consciência ambiental, quando o ambiente escolar se esgota em seus recursos didáticos no ambiente formal de ensino e parte para a expansão da busca pelo conhecimento íntimo de pertencimento ao meio, e esta seria a real

finalidade da educação ambiental. Ou seja, a promoção do ensino formal para além dos muros da escola, permite a prática social do contexto estudado e, com isso, a conquista da aprendizagem significativa. Segundo Ausubel:

“A essência do processo de aprendizagem significativa é que as ideias expressas simbolicamente são relacionadas às informações previamente adquiridas pelo aluno através de uma relação não arbitrária e substantiva (não literal).” (AUSUBEL, et al,1980).

A descoberta individual pela pesquisa na visita ao ambiente não formal de aprendizagem também se encontra permeada de significados, pois o educando apreende cognitivamente seus interesses integrando os novos conceitos aos já aprendidos.

Segundo Ausubel, na aprendizagem por recepção, o que deve ser aprendido é apresentado ao aprendiz em sua forma final, enquanto que na aprendizagem por descoberta o conteúdo principal a ser aprendido deve ser descoberto pelo aprendiz. (MOREIRA, 1995).

Gohn (2010) enfatiza que a educação não formal não substitui a educação formal pela relação de complementaridade entre ambas. Nessa mesma obra, Gohn coloca que, se a educação não formal na década de 80 era realizada pelos movimentos sociais e pela educação de adultos, na década de 90 a educação não formal era referenciada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1996), na qual abria espaço para essa complementaridade de ensino quando coloca que a educação ocorre em inúmeros espaços.

LDB – Art.1º- A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996).

A possibilidade de criação de novos conhecimentos pela educação não formal já era defendida por Gohn (1999) inferindo que a educação não formal, em seu caráter de complementaridade ao ensino formal, pode alcançar aprendizagens significativas, já que o ensino no ambiente formal encontrará maiores possibilidades didáticas.

A educação não formal capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. Um modo de educar surge como resultado do processo voltado para os interesses e as necessidades que dele participa. (Gohn, 2006).

Para a Educação Ambiental, promover o aprendizado em ambiente não formal de ensino, permitirá a educação para a vida social pela associação dos conteúdos estudados no espaço formal de forma prática e significativa, e também gerará novos conhecimentos a partir das vivências individuais. A idéia de complementaridade não se esgota nos conteúdos do ensino formal, para, além disso:

O trabalho de Educação Ambiental deve ser desenvolvido a fim de ajudar os alunos a construir uma consciência global das questões relativas ao meio para que possam assumir posições afinadas com os valores referentes à sua proteção e melhoria. Para isso é importante que possam atribuir significado àquilo que aprendem sobre a questão ambiental. E esse significado é resultado da ligação que o aluno estabelece entre o que aprende e a sua realidade cotidiana, da possibilidade de estabelecer ligações entre o que aprende e o que já conhece, e também da possibilidade de utilizar o conhecimento em outras situações. (BRASIL, PCN, 1997. p.35)

1.2 Políticas públicas e ações educacionais em Educação Ambiental em ambiente não formal de aprendizagem

A Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA (1999) foi implantada no Brasil em 1999, quando se deu início a uma intensa preocupação com as questões ambientais no Brasil. Isso fez com que esta prática educativa fosse instituída como obrigatória em todos os níveis de ensino e considerada componente urgente e essencial da educação básica, técnica e superior. Neste sentido, ressalta-se aqui que, de acordo com o Art. 1º da Lei Federal nº 9.795 de 27 de abril de 1999,

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e da sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999).

A educação ambiental é recomendada nos espaços formais de ensino, por meio da legitimação da Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que define que “os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios” (BRASIL 1996). De acordo com a Lei Federal nº 9.795, em seu Art. 9º:

“Entende-se por educação ambiental na educação escolar, a desenvolvidas no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando a educação básica: educação infantil; ensino fundamental e ensino médio. Também abarca os níveis de educação superior, educação especial, educação profissional e educação de jovens e adultos” (BRASIL, 1999).

Sendo assim, na contemporaneidade, os processos e práticas em educação ambiental estão presentes na Educação Básica, por meio de políticas do Ministério da Educação – MEC – que vem estimulando as práticas educativas em educação ambiental, instituindo a temática enquanto um dos temas transversais destacados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN – (BRASIL, 1998).

Convém esclarecer que a PNEA reconhece a necessidade das práticas de educação ambiental, que transcendam o espaço escolar, se estendendo à sociedade como um todo. Neste sentido, reconhecemos a importância desta lei relacionada às necessidades educativas nos espaços de educação não formais. De acordo com a Lei Federal nº 9.795, em seu Art. 2º:

“a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal” (BRASIL, 1999).

Com isso, esse campo educativo tem sido fertilizado de maneira transversal, o que possibilita a realização de experiências concretas de educação ambiental em diversos lugares, de forma criativa por diversos segmentos da população e níveis de formação. São nestes momentos e com os diversos segmentos sociais que as ações de educação ambiental podem e devem ser realizadas nos espaços de educação não formais, assim como este trabalho pensa o espaço do Zoológico como o lugar ideal para realizar diversas ações educacionais de forma a atender variados públicos, apesar deste projeto inicialmente focar em atividades em parceria com a Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Neste sentido, é interessante ressaltar que de acordo com a Lei Federal nº 9.795, em seu Art. 13º,

“entendem-se por educação ambiental não formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente” (BRASIL, 1999).

Além disto, esta norma jurídica legitima que cabe ao Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivar a difusão desta prática educativa, pelos meios de comunicação de massa, com informações e campanhas educativas acerca de temas relacionados ao meio ambiente. Recomenda ainda que seja necessária a participação dos espaços de educação formal e de organizações não governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não formal (BRASIL, 1999).

O Poder Público pode incentivar a participação do Estado no desenvolvimento de programas de educação ambiental de forma que as escolas públicas assumam o papel na sensibilização para com as unidades de conservação, bem como as práticas de educação ambiental e a sensibilização ambiental.

[...] a maior parte dos PPP locais, regionais, municipais – e mesmo os de porte nacionais (tais como LDB e PNE) que envolveram segmentos da sociedade brasileira – teve curta duração, foram excluídos, diluídos ou assimilados e

descharacterizados pelo Estado. Diferente das propostas do Banco Mundial e da atual LDB, os PPP mais duradouros foram financiados pelos poderes públicos municipais ou estaduais, mantiveram certa autonomia pedagógica [...]. (ROSSI, 2005).

Cabe destacar a importância do documento apresentado pelo Ministério do Meio Ambiente que aponta as diretrizes, os princípios e a missão que orientam as ações do Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA, que dá ênfase no caráter educativo da educação ambiental. Sendo assim, o ProNEA sinaliza para um novo patamar de compreensão do processo educativo.

Alguns princípios norteadores se referem a um entendimento pedagógico crítico e democrático da educação ambiental: respeito à liberdade, liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; transversalidade construída a partir de uma perspectiva inter/transdisciplinar e também à vinculação da Educação na construção da cidadania.

Pode-se citar aqui outra política pública criada com objetivos de assegurar a preservação dos elementos ambientais, cujas ações se dão em espaços alheios ao território escolar: o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC – criado por meio da instituição da Lei Federal nº. 9985 de 28 de julho de 2000. Trata-se de um marco importante no que se refere à história da educação ambiental em nosso país, pois, de acordo com o Art. 2º I desta norma jurídica, o termo unidade de conservação consiste em um dado

“espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (BRASIL, 2000).

Neste sentido, entende-se que a realização das práticas de educação ambiental precisa considerar a realidade dos atores sociais envolvidos, incluindo o reconhecimento das especificidades, para que possibilite que estes indivíduos interajam com o meio ambiente de forma autônoma e passem a

serem capazes de levantar e reconhecer a situação do seu cotidiano, intervindo no meio ambiente com o propósito de melhorá-lo.

CAPÍTULO II – O ZOOLOGICO DE BRASÍLIA E A SALA VERDE PARA ESPAÇO NÃO FORMAL DE APRENDIZAGEM: POTENCIALIDADES DO ZOO DE BRASÍLIA PARA A ECOPEDAGOGIA

Os Zoológicos existem desde meados da Revolução Francesa (séc. XVIII) e, nessa trajetória, percebe-se uma relação direta com diferentes posicionamentos da ação humana em relação aos animais e as diferentes funções que foram exercendo na sociedade e na cultura ao longo da história do mundo.

Na intenção de despertar a curiosidade dos visitantes e atrair o público, os zoológicos promoviam apresentações dos animais, como no caso da Elefante Nelly “encantou o público candango e multidões, pois já havia trabalhado em circo.” (BRITO et al, V.7, 2002), que era exposta guiada por um tratador em arena de forma semelhante a um circo (Figura 1). Isso se deu nas décadas de 1960 e 70 em Brasília, no entanto, a história dos zoológicos no Brasil, como espaço para exposição de animais, já existia desde a última década do século XIX no Museu Emílio Goeldi, no Pará e, posteriormente, no zoológico do Rio de Janeiro.

Nessa trajetória da história dos zoológicos no Brasil, a legislação nacional foi se reformulando, e isso fez com que órgãos voltados para preservação do meio ambiente procurasse novos significados para o espaço do zoológico, visto que ambientalistas questionavam a permanência de animais em cativeiro.

A educação ambiental viria então como importante ação em benefício da nova consciência para preservação e sustentabilidade e o espaço do zoológico seria um dos locais ideais para isso, visto seu diversificado público visitante.

Figura 1: Inauguração Show da Nely 1970



Fonte: (BRITO et al, 2012.; apud. Arquivo público do DF).

No ano de 1977 a Sociedade de Zoológicos do Brasil – SZB – foi fundada junto à concepção de uma nova perspectiva para os zoológicos, que seria a ideia de que esses seriam espaços voltados para a preservação e conservação dos animais. Após congresso em 2018, a SZB se tornou AZAB – Associação de Zoológicos e Aquários no Brasil – na intenção de abranger mais instituições que tenham o mesmo objetivo que é “conservação *ex situ* e educação para conservação, através do engajamento em campanhas educacionais”.

A visão da AZAB compõe as seguintes ações:

Integrar e representar os Zoológicos e Aquários brasileiros, inserindo-os na comunidade zoológica internacional e sendo uma referência em conservação *ex situ*

no país, participando dos programas oficiais de reprodução de espécies ameaçadas e colaborando com campanhas nacionais e internacionais de educação para a conservação. (AZAB, 2018).

Observa-se que a associação não expõe a educação ambiental propriamente dita, mas infere com a ideia de educação para a conservação. Assim como a *World Association of Zoos and Aquariums* – WAZA – coloca que “os zoológicos e aquários oferecem uma oportunidade única para aumentar a compreensão das espécies selvagens, suas necessidades ambientais e sua capacidade de adaptação.” (WAZA, 2005. p.37). Ou seja, os zoológicos são conhecidos hoje como espaço para a preservação, conservação e também para a consciência ambiental, além da pesquisa científica com amostras observadas em longo prazo para, inclusive, uma possível reintegração do animal à natureza.

Uma recente avaliação global dos impactos educacionais de visitas a zoológicos e aquários conduzida pela WAZA, como parte da campanha ‘Biodiversidade somos nós, descobriu que um número significativo de pessoas encerra a sua visita com maior compreensão da biodiversidade e um maior conhecimento das ações que ajudam a proteger a biodiversidade. Estes resultados são a evidência mais convincente até agora de que as visitas aos jardins zoológicos e aquários contribuem para aumentar o número de pessoas que entendem a biodiversidade e sabem das ações que podem tomar para ajudá-la [...] (WAZA, 2015. P 48).

Na intenção de realizar levantamento de quantos Zoológicos havia no Brasil, foi enviado, em maio de 2019, um e-mail à AZAB a pergunta para obter esse dado. A resposta chegou em 25 de julho de 2019 com a descrição de que o último levantamento sobre isso teria ocorrido em 2013 que, portanto, não poderia responder com precisão sobre isso. Disse ainda que, “entre encerramento de algumas instituições e abertura de outras, o país deve possuir mais de 100 instituições em funcionamento, sendo a maioria localizada no estado de São Paulo.”

Diversas mudanças têm acontecido nesta última década dentro dos Zoológicos, Parques e Unidades de Conservação, em relação à Educação Ambiental. Nos dias atuais não se consegue manter um zoológico apenas para

abrigar animais, sejam eles raros ou em risco de extinção. Na programação atual, é possível identificar como a Educação Ambiental permite reconhecer formas alternativas de considerar o papel dos Zoológicos como espaços de aprendizagem.

Após estas mudanças na sociedade que levaram o conceito de Zoológicos a ser constantemente repensado, no que diz respeito à conservação da diversidade biológica, também realizam outras atividades como pesquisas científicas, educação ambiental e programas de manejo integrado de espécies. Assim como outros espaços, não podem se reduzir a contextos de entretenimento das pessoas. Embora envolvam atividades de lazer, as condições de educabilidade da sociedade estão presentes nesse tipo de contexto. Nesse sentido, a educação não formal, mediante processos que permitam a organização de espaços reflexivos para toda a população, torna-se indispensável um projeto político pedagógico para melhor aproveitamento desse ambiente.

Com isso, tornou-se necessária a ação imediata com base em políticas públicas que consideram a biodiversidade e ações para a conservação do meio ambiente, de forma que tais ações sejam efetivas e eficazes para alcançar uma proporção relevante da população cultural e economicamente carente, ou seja, promoção da consciência para a sustentabilidade.

Dentro deste contexto a educação ambiental pode ser incorporada aos programas dos zoológicos como um processo em permanentes ajustes com as necessidades educacionais cotidianas, isso o tornaria dinâmico proporcionando a construção de uma cultura ambiental, visto que a educação para a consciência ambiental transcende a mera aquisição de conhecimentos acerca da importância de se preservar o meio ambiente, mas sim, sentir-se parte desse meio e se tornar agente da cultura da sustentabilidade.

Pois para discutir e se engajar como cidadão no enfrentamento dos problemas socioambientais, a população precisa estar cientificamente alfabetizada, politicamente consciente e engajada. Entendemos o sentido de “alfabetização” dado na obra de Paulo Freire como domínio da leitura não reduzido ao “bê a ba” em um juntamento de letras, ou seja, ao domínio da técnica, mas como uma leitura de mundo que dê sentido a compreensão e ação do/a educando/a sobre a realidade. É inerente a este sentido a

dimensão política que possibilita ao educando/a tornar-se sujeito na história pela ampliação do exercício da cidadania a partir de sua alfabetização. (Guimarães, Mauro; Vasconcelos, 2006).

Ao pesquisar sobre as potencialidades do Zoológico para a educação ambiental, foi preciso identificar ainda como a instituição se organiza na esfera pública, e como seus documentos internos regulamentam os projetos para realizar ações enquanto unidade de conservação, pesquisa e preservação ambiental para a implantação da Sala Verde.

A FJZB se reconhece como uma instituição socioambiental que tem foco no desenvolvimento de projetos voltados para a preservação e conservação da fauna brasileira, bem como ações em Educação Ambiental. Na esfera burocrática, é vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA – trata-se de órgão da administração pública indireta e desenvolve pesquisa científica e outros projetos por meio de vínculos como:

Possui ainda contrato entre entidades de cooperação técnica, que visa agilizar a conservação e o manejo sustentável de espécies de animais silvestres, especialmente da região do cerrado:

- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa): O banco de germoplasma² do Zoo é mantido em parceria com a Embrapa,

“em temperatura controlada e espaço adequado para que permaneçam vivos, materiais genéticos de 23 espécies do parque — dez delas com alto risco de extinção — são mantidos pela Fundação Jardim Zoológico de Brasília” (Brasília, 2018).

- Fundação Universidade de Brasília (FUB), com acordo de cooperação técnica visando à parceria para desenvolvimento de programa de Residência Médico Veterinário;
- Instituto Federal de Brasília (IFB), que ofereceu cursos técnicos do Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) para a capacitação de cuidadores de animais silvestres.

² “Entende-se como Germoplasma o material que constitui a base física da herança sendo transmitida de uma geração para outra. Significa a matéria onde se encontra um princípio que pode crescer e se desenvolver, sendo definido ainda, como a soma total dos materiais hereditários de uma espécie.” (BRASIL, 2019).

Em sua dimensão territorial, o Zoológico de Brasília compreende ampla área, conforme Estatuto, INSTRUÇÃO Nº 57, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016:

Art. 2º – A FJZB será responsável pela gestão do complexo ecológico composto pelas seguintes áreas e unidades de conservação, conforme memoriais e plantas inscritas no Cartório de 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Capital, sob as matrículas 27.611 e 99.037:
I. A área anteriormente ocupada pelo Jardim Zoológico de Brasília – FJZB, inclusive a área objeto da concessão do direito real de uso para a instalação do Parque Temático de Brasília;

II. A área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE do Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo;
III. A área do Parque das Aves.

Parágrafo Único – É de responsabilidade da FJZB o acerto de contrapartidas, a supervisão durante o processo de implementação e a interveniência durante todo o período de duração do contrato de concessão de direito real de uso de parte da área da FJZB para o empreendimento registrado como Parque Temático de Brasília.

O parque foi inaugurado aos seis dias de dezembro do ano de 1957 com objetivo inicial de proporcionar entretenimento às pessoas que chegavam para a construção da nova capital, os Candangos, que eram os trabalhadores pioneiros e que chegaram em 1956.

Ainda do Estatuto da Fundação Jardim Zoológico de Brasília consta que esta foi instituída nos termos da Lei n.º 1.813, de 30 de dezembro de 1997 como entidade da Administração Indireta vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA, com regime jurídico de direito público, dotada de patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira. (BRASIL, Art.3º INSTRUÇÃO Nº 57, 13/12/2016)³. No documento do Zoo de Brasília contém ainda a Missão de transformação das áreas referidas no art. 2º deste Estatuto em um centro de excelência voltado para a conservação, a pesquisa, a educação e o lazer. (Ibidem, Art.6º, 2016).

Por conseguinte, consta dentre suas metas no Inciso III:

“Promover a conscientização ecológica dos visitantes por meio da manutenção de programas interativos de educação ambiental que permitam o envolvimento e a participação do usuário nas atividades, programas e projetos da entidade” (BRASIL, 2016).

O Estatuto do Zoo de Brasília expõe que a instituição tem por finalidade pesquisar, desenvolver e difundir novas metodologias voltadas à educação ambiental em seus diversos aspectos conforme prevê o Inciso IX do artigo 8º.

Neste documento pode-se constatar a previsibilidade da necessidade de desenvolvimento de um projeto de Educação Ambiental para que contemple não apenas o que está previsto em estatuto, quanto possa atender à nova perspectiva de Zoológicos no mundo que, longe daquela instituição voltada para mera exposição e animais e entretenimento, hoje se encontra engajada em projetos que fomentam o comprometimento com a preservação das espécies enquanto estratégia mundial dos zoológicos e aquários segundo World Association of Zoos and Aquariums (WAZA).

O mundo contemporâneo vem exigindo cada vez mais que ocorra a articulação entre os conhecimentos científicos para a promoção das concepções ambientais. Dessa forma, a educação e a ciência exercem função social para a construção de um comportamento sustentável e crítico nos cidadãos para as questões ambientais. Senso assim, a educação não formal atua em conjunto com a educação formal em caráter complementar inferindo na dimensão de suas ações educativas, potencializando a intervenção da construção de uma nova realidade socioambiental.

O Ministério do Meio Ambiente passou a incentivar a implantação de Salas Verdes no ano de 2000 como uma estratégia de encaminhar as demandas que estavam surgindo referentes a um apoio maior do Ministério do Meio Ambiente para além da mera distribuição de livros e materiais ambientais. A Sala Verde, portanto,

“[...] é um espaço definido, vinculado a uma instituição pública ou privada, que poderá se dedicar a projetos, ações e programas educacionais voltados à questão ambiental. Deve cumprir um papel dinamizador, numa perspectiva articuladora e integradora, viabilizando iniciativas que propiciem uma efetiva participação dos diversos segmentos da sociedade na gestão ambiental, seguindo uma pauta de atuação permeada por ações educacionais, que caminhem em direção à sustentabilidade”. (BRASIL, 2017).

O projeto político pedagógico pensado para a FJZB conta com o aproveitamento desse espaço, bem como da Biblioteca que o Zoo possui, que visa desenvolver atividades diversas de Educação Ambiental como: cursos, palestras, oficinas, eventos, encontros, reuniões, campanhas. Com isso, agrega-se o estatuto do Zoológico de Brasília, que prevê as ações de educação ambiental, ao projeto Sala Verde que será exitoso, pois contará com um processo constante e continuado de construção, implementação, avaliação e revisão de seu Projeto Político Pedagógico.

O ato educativo realizado pelo pedagogo atualmente tomou dimensões que extrapolam os muros da escola, hoje é possível encontrar o trabalho pedagógico em diferentes lugares como nas empresas, no campo, cinema, centros socioeducativos de crianças e adolescentes, enfim, e também dentro do ambiente de um parque ecológico, mas especificamente na área da educação ambiental, é admissível a presença do profissional da educação.

A pedagogia voltada para ensino de ciências naturais está procurando conquistar cada vez mais seu campo de atuação em todos os ambientes de aprendizagem divulgando seu trabalho para aqueles que a desconhecem, e também para a equipe de especialistas em Biologia, Zootecnia, Medicina Veterinária, enfim, procurando assim realizar um trabalho multidisciplinar com todos os profissionais que trabalham no campo da preservação ambiental, para melhor educar em sua globalidade.

O trabalho do professor alfabetizador, enquanto mediador desse processo de alfabetização científica é fundamental, pois não se trata apenas de ensinar Ciência “para escola”, e sim de ajudar os alunos a fazerem uso dos conhecimentos científicos em suas práticas sociais, ou seja, ajudá-los a mobilizar estes conhecimentos na resolução de problemas que se apresentam no contexto social.

Com isso, aumentar a qualidade do trabalho pedagógico no zoológico e garantir uma presença mais transformadora da educação dentro das atividades realizadas no parque de preservação ambiental é preciso pesquisar os desafios, prática e intervenções que os profissionais da educação vêm fazendo nesse ambiente para então elaborar projeto de política pública para o Zoológico foco em educação para sustentabilidade.

Os projetos de Educação Ambiental da FJZB são regulamentados pela instrução Nº110, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017⁴, na qual estabelece as normas e valores de acesso do público visitante à Fundação Jardim Zoológico de Brasília, conforme autos do processo nº 196.000.111/2017. Ao analisar a Instrução Nº110, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017 e comparar com as informações contidas no site sobre os projetos de Educação Ambiental, observa-se que as atualizações no site contêm novas informações, no entanto, tais informações se encontram em desacordo entre si e demonstram uma espécie de comercialização dos serviços oferecidos, o que pode ser melhor analisado na instrução Nº 110 de 2017.

No período em que essa pesquisa iniciou consultando o Site da Fundação Jardim Zoológica de Brasília, havia poucas informações a respeito das atividades realizadas no parque, de forma que se apresentasse o que é realizado para a Educação Ambiental. Isso pode ser observado pelo teor do texto que se refere às atividades como “Serviços oferecidos” no site da instituição.

As informações sobre os projetos da FJZB para Educação Ambiental foram atualizadas na data de 16 de maio de 2019 e aqui serão descritas conforme constam no site do GDF/FJZB na atualidade, com os textos colocados na íntegra do conteúdo disponível. No mesmo Site constam informações sobre os Projetos desenvolvidos no parque, em uma área de acesso denominada “ações e programas”, que também serão aqui acrescentados. Observa-se que, para a atualização do site da instituição, as informações contidas em abas distintas se encontram descritas de formas diferentes, o que será exposto em fonte sublinhada na tabela 3.

Nesta tabela constam dados colhidos do site da FJZB em outubro de 2017 e, numa segunda consulta, em maio de 2019. Observa-se que foram atualizadas as informações sobre alguns projetos e, onde se lê “não constavam informações no site sobre este projeto” infere-se que na atualização foram acrescentadas ou suprimidas.

4 - Anexo 3

As informações compiladas consistem em:

- Dados do Site FJZB, localizados na aba “Educação Ambiental”.
 - Dados de 2017;
 - Dados de 2019 na atualização
- Dados do Site FJZB localizados na aba “Ações e Programas”.
 - Dados de 2017;
 - Dados de 2019 na atualização

Foi observado que a instituição atualizou o site mantendo duas abas distintas que falam sobre o mesmo assunto que são os projetos de EA efetivos, no entanto, há informações diferentes entre si, comparando uma aba com a outra. Há ainda projetos que foram atualizados no site, mas que não estão sendo oferecidos pela diretoria de Educação Ambiental que, ao responder questionário sobre quais projetos estavam em atividade no Zoo, foi informado que somente o Zoo experiência e o Zoo noturno.

Ao comparar as informações colhidas em diferentes épocas na mesma plataforma e constatar incongruências dessas informações, demonstra a necessidade da Diretoria de Educação Ambiental melhorar sua organização quanto aos projetos. A Tabela 4 demonstra como as informações foram dispostas em 2017 e após atualização em 2019.

Tabela 4: Comparação das informações sobre os projetos de Educação Ambiental da FJZB entre o período de outubro de 2017 ⁵ e a atualização realizada no site da instituição em 16 de maio de 2019.			
Projeto	Dados do Site FJZB		
	Dados de outubro de 2017	Atualização do Site para essas informações em 16/05/2019	
	Acesso em uma única aba: “Educação Ambiental”	Dados do Site FJZB localizados na aba “ <u>Educação Ambiental</u> ”	Dados do Site localizados na aba “ <u>Ações e Programas</u> ”.
Zoo Noturno	Não constavam informações no site sobre este projeto.	<p>Caminhada orientada para o público a partir de oito anos de idade, em roteiro predeterminado, durante a qual o visitante conhece animais de hábitos noturnos da Fundação Jardim Zoológico de Brasília (FJZB) em uma abordagem didático-pedagógica que contempla a problemática ambiental. São oferecidas <u>40 vagas por edição.</u></p> <p><u>Agendamentos devem ser feitos com, no mínimo, 5 dias úteis de antecedência pelo e-mail.</u></p> <p><u>A Diretoria de Educação Ambiental (Deam) enviará um formulário obrigatório para agendamento e as sugestões de roteiros para visitas guiadas. O agendamento só é confirmado após o reenvio do formulário devidamente preenchido. Valor R\$ 15,00 meia e R\$ 30,00 a inteira.</u></p>	<p>Caminhada orientada para o público, em roteiro predeterminado, durante a qual o visitante conhece animais de hábitos noturnos da Fundação Jardim Zoológico de Brasília (FJZB) em uma abordagem didático-pedagógica que contempla a problemática ambiental.</p>
Zoo Noturno Kids	Não constavam informações no site sobre este projeto.	<p>Visita guiada aos animais de hábitos noturnos, para as crianças de até sete anos de idade acompanhadas de pelo menos um responsável, com roteiro diferenciado e abordagem adaptada para a faixa etária. A recepção é feita com apresentação do teatro de fantoches. São oferecidas <u>40 vagas por edição.</u> O agendamento deverá ser realizado pelo telefone (61) 3445-7007, nas datas divulgadas pela FJZB. Os solicitantes deverão preencher o Formulário de Agendamento disponibilizado via e-mail pela Diretoria de Educação Ambiental (Deam).</p> <p>Valor – R\$ 15,00 meia e R\$ 30,00 a inteira.</p>	<p>Para crianças até 07 anos de idade, acompanhadas do responsável, é uma caminhada noturna guiada com roteiro predeterminado e adaptado ao público infantil. É realizado na última 3º feira de cada mês, das 19h às 21h. É utilizada uma abordagem lúdico-didática, promovendo o conhecimento dos hábitos, curiosidades e história dos animais de hábito noturno da FJZB. O agendamento é feito por telefone e o número máximo de <u>participantes por edição, é de 60 pessoas.</u></p>

⁵ A data da primeira pesquisa no site da instituição ocorreu em outubro de 2017 e a segunda pesquisa, após a atualização da página da instituição, em 16 de maio de 2019.

Zoo Camping	<p>Zoo Camping: Pernoite no Zoo de Brasília para o público a partir de 8 anos, com atividades teóricas e práticas sobre educação ambiental, como trilha de imersão, passeio noturno e diurno, trilha sensorial no Museu de Ciências Naturais, vídeos e palestras. O projeto visa contribuir no processo de lazer educativo em caráter não formal, por meio da sensibilização, a fim de estimular hábitos e práticas voltadas à preservação do meio ambiente.</p>	<p>Zoo Camping: O que é? Serviço disponibilizado a grupos de escoteiros, instituições de ensino e comunidade, com um pernoite no Zoológico, palestras, visitas guiadas diurna e noturna, trilha ecológica e atividade lúdica.</p> <p><u>Quando?</u> <u>Um fim de semana por mês.</u> <u>Escoteiros:</u> <u>Início: 8h30 do sábado.</u> <u>Encerramento: 11h do domingo.</u> <u>Comunidade e Escolas:</u> <u>Início: 19h da sexta-feira.</u> <u>Encerramento: 17h do sábado.</u> <u>Valor R\$ 35,00 meia e R\$ 70,00 a inteira.</u> <u>Como participar?</u> <u>Agendamento pelo telefone (61) 3445-7007. Os solicitantes deverão preencher o Formulário de Agendamento disponibilizado via e-mail pela Diretoria de Educação Ambiental.</u> <u>Vagas limitadas.</u></p>	<p>Serviço disponibilizado a grupos de escoteiros, instituições de ensino e comunidade, com um pernoite no Zoológico, palestras, visitas guiadas diurna e noturna, trilha ecológica e atividade lúdica.</p>
Zoo com ciência	<p>Zoo Ciências: A proposta é desenvolver técnicas de microscopia, despertar e estimular a curiosidade nos estudantes do ensino fundamental e médio de escolas da rede pública de <u>ensino</u>.</p>	<p>Zoo com ciência: Atividade que envolve experimentos com foco na preservação de espécies de fauna, flora e recursos hídricos. Uma vez por semana, o projeto atende a comunidade e as escolas mediante agendamento prévio. As instituições públicas têm isenção da taxa de participação. Mais <u>informações pelo telefone (61) 3445-7007.</u></p>	<p>Zoo com ciência: Atividade que envolve experimentos com foco na preservação de espécies de fauna, flora e recursos hídricos. Uma vez por semana, o projeto atende a comunidade e as escolas mediante agendamento prévio. As instituições públicas têm isenção da taxa de participação.</p>

Zoo em Ação	<p>Zoo em ação: Voltado para estudantes da rede pública e privada de ensino e entidades. Este projeto visa levar às escolas um diálogo entre a Fundação Jardim Zoológico de Brasília (FJZB) e os alunos. Desse modo, o Jardim Zoológico participa do processo educativo em caráter não formal para que a educação ambiental seja um componente essencial de transformação, no ponto em que as pessoas possam compreender um pouco melhor as relações do homem com o seu ambiente, nos limites daquilo que uma concepção moderna de zoológico pode contribuir, sem que o aluno precise sair da escola. São atividades itinerantes adaptadas à faixa etária, escolaridade e objetivo do solicitante, atendendo em escolas, empresas, parques, shoppings e eventos, apresentando teatro de fantoches, palestras (recursos hídricos, reciclagem, combate ao <i>Aedes Aegypti</i>, combate a incêndios florestais, posse responsável de animais domésticos e etc.) e exposições (material biológico em meio líquido, dentre outros).</p>	<p>Zoo em Ação: O que é? Atividades itinerantes desenvolvidas pela Superintendência de Educação e Uso Público, quando a equipe de educação ambiental da Fundação Jardim Zoológico de Brasília (FJZB) visita instituições de ensino públicas e privadas, repartições públicas, secretarias, administrações públicas, eventos do Governo do Distrito Federal (GDF), entre outros, desenvolvendo ações lúdicas (teatro de fantoches, oficinas), palestras e exposições. Todas as apresentações são vinculadas aos temas disponibilizados pelo Zoo e escolhido pelo solicitante.</p> <p><u>Quando?</u> <u>Terça a sexta-feira, de 9h às 15h30</u> <u>Valor R\$ 350,00 por período (exceto instituições públicas de ensino e/ou filantrópicas cadastradas e autorizadas pela FJZB)</u> <u>Como participar?</u> <u>Agendamento pelo telefone (61) 3445-7007 ou presencialmente na Diretoria de Educação Ambiental (Deam), localizada na Superintendência de Educação e Uso Público (Sueup).</u> <u>Os solicitantes deverão preencher o Formulário de Agendamento, disponibilizado via e-mail pela Diretoria de Educação Ambiental, e efetuar o pagamento da taxa para participação no projeto na Tesouraria da Fundação Jardim Zoológico de Brasília(FJZB), no caso de instituições particulares e comunidade.</u></p>	<p>Atividades itinerantes desenvolvidas pela Superintendência de Educação e Uso Público, quando a equipe de educação ambiental da Fundação Jardim Zoológico de Brasília (FJZB) visita instituições de ensino públicas e privadas, repartições públicas, secretarias, administrações públicas, eventos do Governo do Distrito Federal (GDF), entre outros, desenvolvendo ações lúdicas (teatro de fantoches, oficinas), palestras e exposições. Todas as apresentações são vinculadas aos temas disponibilizados pelo Zoo e escolhido pelo solicitante.</p>
--------------------	--	---	--

<p style="text-align: center;">Zoo Com Vivência:</p>	<p>Zoo Com Vivência: A proposta da Fundação Jardim Zoológico de Brasília (FJZB) é proporcionar às pessoas idosas uma vivência mais próxima da natureza, aliada à prática de atividades físicas e recreativas, a fim de aumentar seu desempenho físico, suas habilidades motoras, capacidade de concentração, de reação e de coordenação, facilitando a realização das atividades diárias e a manutenção de um estilo de vida mais saudável.</p>	<p>O que é? Atendimento a grupos da terceira idade, pessoas com deficiência, grupos em tratamento de dependência química, centros de referência e assistência social, grupos em tratamento médico, entre outros, com roteiros e atividades diferenciadas de acordo com os interesses, limitações e necessidades destes públicos. <u>Quando?</u> <u>Às quintas-feiras (apenas grupos agendados).</u> <u>Valor</u> <u>O projeto é gratuito, exceto para grupos da comunidade. Valor de R\$ 15,00 por pessoa para grupos da comunidade.</u> <u>Como participar?</u> <u>Agendamento pelo telefone (61) 3445-7007, para as datas disponibilizadas pela Diretoria de Educação Ambiental.</u> <u>Os solicitantes deverão preencher o Formulário de Agendamento encaminhado via e-mail pela Diretoria de Educação Ambiental.</u></p>	<p>Atendimento a grupos da terceira idade, pessoas com deficiência, grupos em tratamento de dependência química, centros de referência e assistência social, grupos em tratamento médico, entre outros, com roteiros e atividades diferenciadas de acordo com os interesses, limitações e necessidades destes públicos.</p>
<p style="text-align: center;">Colônia de Feras</p>	<p>Colônia de Feras: Serviço disponibilizado no período do recesso escolar, onde crianças de 06 a 12 anos participam, durante uma semana, de atividades lúdico-didáticas, interagindo e aprendendo em um ambiente de imersão no meio natural proporcionando a construção de uma nova consciência ambiental a partir do conhecimento e do sentimento de pertencimento ao meio. Uma forma de aprender brincando.</p>	<p>Colônia de Feras: O que é? Atividades lúdico-didáticas com crianças de 5 a 11 anos, que promovem a interação e o aprendizado em um ambiente de imersão no meio natural. <u>Quando?</u> <u>Durante uma semana no mês julho, no período de recesso escolar.</u> <u>Valor R\$ 150,00 por criança.</u> <u>Como participar?</u> <u>Inscrições e pagamento presencialmente na Diretoria de Educação Ambiental (Deam), que fica localizada na Superintendência de Educação e Uso Público (Sueup), nas datas divulgadas pela Fundação Jardim Zoológico de Brasília.</u> <u>Mais informações pelo telefone (61) 3445-7007.</u></p>	<p>Atividades lúdico-didáticas com crianças de 5 a 11 anos, que promovem a interação e o aprendizado em um ambiente de imersão no meio natural.</p>

Zoo Ressocialização	<p>Ressocializando:</p> <p>O Projeto de Ressocialização no Jardim Zoológico é uma parceria entre a Secretaria de Estado da Criança do Governo do Distrito Federal e a Fundação Jardim Zoológico de Brasília (FJZB). Consiste em uma medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) em meio aberto, na qual os jovens, com idade entre 16 e 20 anos, em processo de ressocialização são capacitados a executar durante dois (2) meses, com jornada máxima de até oito (8) horas semanais, tarefas de rotina da FJZB, a fim de que seja despertado neles o interesse pelo trabalho e que seja favorecida sua formação profissional, buscando prevenir a reincidência de atos infracionais, desenvolver uma consciência cidadã e ampliar a noção de convivência e valores junto à comunidade onde está inserido.</p>	<p>Zoo Ressocialização:</p> <p>O Projeto de Ressocialização no Zoo é uma parceria entre a Secretaria de Estado da Criança do Governo do Distrito Federal (SECriança) e a Fundação Jardim Zoológico de Brasília (FJZB). Consiste em uma medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) em meio aberto, na qual o jovem em conflito com a lei realiza tarefas não remuneradas no Zoo, a fim de cumprir a determinação judicial.</p> <p><u>Mais informações pelo telefone (61) 3445-7007.</u></p>	<p>O Projeto de Ressocialização no Zoo é uma parceria entre a Secretaria de Estado da Criança do Governo do Distrito Federal (SECriança) e a Fundação Jardim Zoológico de Brasília (FJZB). Consiste em uma medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) em meio aberto, na qual o jovem em conflito com a lei realiza tarefas não remuneradas no Zoo, a fim de cumprir a determinação judicial.</p>
Gingado ecológico	<p>Havia link para essa atividade, mas não constava descrição.</p>	<p>Não constavam informações nesta aba sobre este projeto.</p>	<p>Não constavam informações nesta aba sobre este projeto.</p>

Visita Guiada	<p>Visita Monitorada: Serviço disponibilizado para as escolas da rede pública, privada de ensino (fundamental, médio e superior) e grupos organizados pela comunidade. Trata-se de uma visita técnico-pedagógica com roteiro pré-definido, com abordagem diferenciada de acordo com a faixa etária, escolaridade e objetivos ou a opção de o solicitante elaborar seu próprio roteiro com até 15 animais.</p>	<p>Visita Guiada <u>O que é?</u> <u>Visita técnico-pedagógica com roteiro predefinido e abordagem diferenciada atendendo à faixa etária, escolaridade e objetivos do solicitante. Há com conteúdos que abordam a biologia, os cuidados e trabalhos desenvolvidos pelo Zoológico de Brasília sobre as espécies que abriga.</u> <u>Quando?</u> <u>De terça a sexta-feira.</u> <u>Valor R\$ 15,00 por pessoa (exceto instituições públicas de ensino e/ou filantrópicas cadastradas e autorizadas pela Fundação Jardim Zoológico de Brasília).</u> <u>A cada 10 alunos, um professor ou acompanhante é isento.</u> Como participar <u>Agendamentos devem ser feitos com, no mínimo, 5 dias úteis de antecedência pelo e-mail atendimento.deam@gmail.com. A Diretoria de Educação Ambiental (Deam) enviará um formulário obrigatório para agendamento e as sugestões de roteiros para visitas guiadas. O agendamento só é confirmado após o reenvio do formulário devidamente preenchido.</u></p>	<p>Atendimento às instituições públicas e privadas e comunidade, por meio de visita guiada com roteiro predefinido escolhido pelo solicitante. A abordagem é diferenciada de acordo com a faixa etária, escolaridade e objetivos. Atendimento gratuito para instituições públicas. O quantitativo a ser atendido dependerá do número de educadores ambientais disponíveis. O agendamento é feito por telefone.</p>
----------------------	--	---	--

Visitas não guiadas	<p>Não constavam informações no site sobre este projeto.</p>	<p>Visitas não guiadas <u>O que é?</u> <u>Passeio sem monitoria pelo Zoo de Brasília para todos os públicos.</u> <u>Quando?</u> <u>De terça-feira a domingo.</u> <u>Valor</u> <u>Instituições públicas de ensino, crianças até 5 anos, pessoas com deficiência e seu acompanhante são isentas da taxa de ingresso. Instituições privadas e público em geral pagam o valor do dia na bilheteria.</u> <u>No caso de instituições de ensino, a cada 10 alunos um professor é isento.</u> <u>Pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, e seu acompanhante, pagam meia entrada.</u> <u>Como participar</u> <u>O agendamento é necessário apenas para instituições e deve ser realizado pelo telefone (61) 3445-7007 com, no mínimo, 5 dias úteis de antecedência a fim de que obtenham as devidas isenções.</u> <u>Os solicitantes deverão preencher o Formulário de Agendamento disponibilizado via e-mail pela Diretoria de Educação Ambiental.</u></p>	<p>Não constavam informações nesta aba sobre este projeto.</p>
Capacitações Palestras	<p>Não constavam informações no site sobre este projeto.</p>	<p>A equipe de Educação Ambiental apresenta palestras gratuitas sobre diversas temáticas ambientais. Agendamento pelo telefone (61) 3445-7007 ou presencialmente na Diretoria de Educação Ambiental (Deam), localizada na Superintendência de Educação e Uso Público (Sueup).</p>	<p>A equipe de Educação Ambiental apresenta palestras gratuitas sobre diversas temáticas ambientais. Agendamento pelo telefone (61) 3445-7007 ou presencialmente na Diretoria de Educação Ambiental (Deam), localizada na Superintendência de Educação e Uso Público (Sueup).</p>
Cartilhas e jogos	<p>Não constavam informações no site sobre este projeto.</p>	<p>Cartilhas e jogos Em comemoração ao Dia Mundial dos Animais, a Fundação Jardim Zoológico de Brasília preparou uma atividade relacionada à conservação para toda criança. Para fazer o download Boa diversão!</p>	<p>Não consta informações no site sobre este projeto.</p>

Museu Itinerante	Não constavam informações no site sobre este projeto.	Não constavam informações nesta aba sobre este projeto.	Atividade itinerante realizada pela Diretoria de Museologia, adaptada à faixa etária, escolaridade e objetivo do solicitante, atendendo em escolas, empresas, parques, shoppings e eventos, apresentando peças do acervo taxidermizado. O agendamento é feito por telefone.
Trilha Sensorial	Não constavam informações no site sobre este projeto.	Não constavam informações nesta aba sobre este projeto.	Atividade lúdico-didática da qual o público participa com os olhos vendados, e guiados por monitores a balcões onde peças do acervo museológico estão dispostas para o toque e manipulação, a fim de que sejam reconhecidas e identificadas a partir da forma, tamanho, textura e odor. Os monitores conduzem o público participante à descoberta, utilizando a metodologia investigativa na transmissão das informações.
Visita Monitorada	Não constavam informações no site sobre este projeto.	Não constavam informações nesta aba sobre este projeto.	Visita técnico-pedagógica com roteiro predefinido e abordagem diferenciada atendendo à faixa etária, escolaridade e objetivos do solicitante. O passeio pode incluir jogos de tabuleiro, memória, pintura, quebra-cabeças, confecção de máscaras, teatro de fantoches, palestras e condicionamento dos animais do plantel.

Fonte: Tabela elaborada pela autora. Site da FJZB (GDF, 2019).

Ainda sobre as informações contidas no Site da FJZB, encontra-se uma cartilha, com duas páginas que apresentam atividades relacionadas à conservação, que foi publicada em comemoração ao Dia Mundial dos Animais (Figuras 2 e 3).

Figura 2: Cartilha Educação Ambiental – página 1 – Zoo/ BsB



Fonte: Site da FJZB⁷

Figura 3: Cartilha Educação Ambiental – página 2 – Zoo/ BsB



Fonte: Site da FJZB

7 - Disponível em: www.zoo.df.gov.br/cartilhas-e-jogo/ Acesso em: 19/05/2019.

2.1 Quem são os profissionais que realizam a Educação Ambiental no Zoo de Brasília?

A estrutura de gestão do Zoológico de Brasília baseia-se em Servidores públicos, cargos comissionados e funcionários terceirizados nas seguintes proporções, conforme publicação no site do Zoo⁸:

- Total de ocupantes em cargo em comissão: 53
- % de cargos ocupados em cargo de comissão, ocupados por servidores efetivos: 47,2%
- % de cargos ocupados em cargo de comissão – Servidores sem vínculo 52,8%
- % de servidores sem vínculo/ total 41,18%

Conforme Termo de Referência SEI/GDF – 16123439⁹ que estabelece contrato entre a FJZB e a empresa terceirizada Interativa Serviços, consta a contratação de 114 funcionários que exercem diversas funções, dentre as quais colaboram para a Diretoria de Educação Ambiental:

- 37 Tratadores de animais
 - 5 estão lotados na Diretoria de Educação Ambiental para realizar as atividades em EA.
- 2 Supervisores de Educação Ambiental
 - 1 está lotado na Diretoria de Educação Ambiental

Nessa logística apresentada, os cargos em comissão são indicações políticas, que podem ser modificadas a qualquer momento e sempre que muda de gestão no Governo do DF. Quanto aos funcionários terceirizados, as licitações de contratação das empresas que prestam serviços possuem período contratual estipulado, podendo ou não renová-lo. Infere-se disso que a rotatividade de funcionários é muito grande e em pouco período de tempo, e a

8 - Disponível em: <http://www.zoo.df.gov.br/servidores-2/> Acesso em 29/07/2019.

9 - Disponível em: http://www.zoo.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/SEI_GDF-16123439-Termo-de-Refer%C3%AAncia.pdf Acesso em 29/07/2019.

mudança de gestão pode ou não dar continuidade aos projetos que já se encontravam em curso.

Para as funções destinadas à Diretoria de Educação Ambiental do Zoo de Brasília, não há, no momento, nenhum profissional licenciado em educação, pois os critérios para contratação não exigem essa formação. Portanto, será tratado aqui sobre a adequação da descrição ocupacional para exercer a função de Educador Ambiental para que os projetos em Educação Ambiental no Zoo de Brasília possam ter caráter da educação formal em ambiente não formal de ensino e aprendizagem.

Visto que este trabalho visa a implementação de um projeto de EA para o Zoológico em parceria institucional entre a Fundação Jardim Zoológico de Brasília, Ministério do Meio Ambiente e Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, faz-se necessário, primeiramente, formalizar uma estrutura de gestão para que não se altere a cada mudança de gestão ou contrato licitatório, de forma a atender permanentemente às escolas do DF.

Para execução de Programas relacionados à Educação Ambiental em ambiente não formal, podem-se primar por alguns fundamentos e princípios, os quais tornam a prática mais efetiva. A começar pela plena oportunidade de participação dos envolvidos, o que permite o questionamento, a proposição de ações e soluções para a consecução dos objetivos que se pretende alcançar. Pois muitas vezes, a oposição a um determinado Programa decorre principalmente da falta de informações do público-alvo sobre o mesmo.

As práticas em Educação Ambiental devem sempre considerar a realidade local, levando em conta toda sua perspectiva histórica, pois ela diz muito sobre os aspectos culturais e sociais do público-alvo, além de que, possibilita que a situação futura desejada seja condizente com os anseios e com as possibilidades dos envolvidos. Assegurando o respeito às diversas formas de vida e expressão da cultura, estimulando o convívio entre os diferentes, a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, usando estratégias democráticas e de interação.

Visto a relevância da prática da EA, segue a conjuntura orgânica da DEAM mediante as mudanças contratuais e o impacto disso nos projetos da diretoria.

Esta pesquisa no Zoo de Brasília teve início no segundo semestre de 2017, período esse em que havia uma Diretoria de Educação Ambiental contando com equipe de profissionais denominados Recreadores e Agentes de Educação e Lazer, para a realização das atividades destinadas tanto ao público visitante, quanto aos grupos escolares com visitas agendadas, e ainda, com as visitas que a equipe realizava às escolas do Distrito Federal.

No ano de 2017 foi admitida a sala verde do Ministério do Meio Ambiente na FJZB que se organizava para sediar o 42º congresso da Sociedade de Zoológicos e Aquários do Brasil e também realizava novas ações, como reformas no parque e participação no Fórum Mundial das Águas.

As atividades realizadas pela diretoria de Educação Ambiental da FJZB possuíam equipe composta por cargos de confiança para a gestão da diretoria e, contava até julho de 2018, com profissionais terceirizados sem critério de formação em Educação, para trabalhar em função denominada Recreador, na qual era ocupada por trabalhadores com nível de escolaridade compreendida entre ensino fundamental um e nível superior de diversas áreas.

A DEAM passou o período de julho de 2018 até meados de junho de 2019 contando somente com uma Supervisora de Educação Ambiental para atendimento ao público nos projetos. Contava ainda com voluntários que provém do projeto de voluntariado do GDF – portal do voluntariado.

Na atualidade, as atividades dos projetos da diretoria de educação ambiental são realizadas por profissionais de função denominada “Tratador de Animais”, ou seja, o mesmo profissional que cuida dos animais nos recintos da instituição. Contam com duas Supervisoras de Educação Ambiental e cinco Tratadores de Animais, dos quais, dois são designados para postos fixos no atendimento ao borboletário e ao Museu da Diretoria de Museologia (DIMUS), enquanto que os outros três tratadores ficam incumbidos das demais atividades da Diretoria de Educação Ambiental. O cargo de Assessor não há mais na estrutura de 2019.

Tabela 5: Estrutura de profissionais na Diretoria de Educação Ambiental do Zoo de Brasília 2017 e 2018

DEAM	Disponibilização em função por N° de profissionais designados em contrato entre a Empresa terceirizada Interativas Serviços SA e a FJZB.							
	Contrato de Fevereiro de 2017 a julho de 2018		Contrato de agosto de 2018					
	Estrutura da Diretoria de fevereiro de 2017 a julho de 2018.		Estrutura da Diretoria de agosto a dezembro de 2018.		Estrutura da Diretoria de janeiro a maio de 2019		Estrutura da Diretoria de julho de 2019 aos dias atuais.	
	Comissionado	Terceirizado	Comissionado	Terceirizado	Comissionado	Terceirizado	Comissionado	Terceirizado
Diretora	1	-----	1	-----	-----	-----	1	-----
Gerente de Projetos Educacionais	Não havia essa função		1	-----	1	-----	1	-----
Chefe no Núcleo de Biblioteconomia	1	-----	1	-----	1	-----	1	-----
Agente de Educação e Lazer	-----	2	Extinto					
Recreadores	-----	6	Extinto					
Supervisor de Educação Ambiental	Não havia essa função		-----	1	-----	1	-----	1
Tratadores de Animais	Função destinada aos cuidados para com a fauna silvestre do plantel do Zoo.							5

Fonte: Contratos disponíveis no Portal GDF disponível em: e dados colhidos em entrevistas.

Do contrato realizado no ano de 2018, ficaram na DEAM somente a diretora de EA e uma supervisora de EA. Em dezembro de 2018 a diretora foi exonerada e permaneceu somente a funcionária terceirizada.

No ano de 2019, somente no mês de junho foi nomeada uma nova diretora de EA para o Zoo e a equipe se configurou da seguinte maneira:

- 1 Diretora de Educação Ambiental – cargo em comissão pelo GDF;
- 1 Supervisora de Educação Ambiental – Terceirizada;
- 5 Tratadores – Terceirizados dentre os quais:
 - 2 são lotados em postos fixos – Um no Borboletário e outro no Museu de Ciências Naturais.

Da tabela 5 compreende-se que a FJZB passou por mudanças de licitações em contratos para trabalhadores terceirizados em empresa destinada à manutenção. A qual não possui Classificação Brasileira de Ocupações – CBO para Educador Ambiental e, por isso, destina trabalhadores nomeados como Recreadores e tratadores de animais para a realização das atividades da diretoria.

Os profissionais contratados como tratadores de animais, eram os mesmos funcionários que exerciam função de Recreadores no contrato anterior. O salário de Recreador era superior ao de Tratador de animais, mas como não há mais a função de Recreador exerce nova nomenclatura de função, mas realizando as mesmas atividades que antes desenvolviam no contrato anterior.

Do profissional Tratador de Animais, foi encontrado Termo de Referência número 16123439¹⁰ que descreve a função desse profissional da seguinte maneira:

3.10 – A partir de 2011, por meio da Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011, a atribuição da regulamentação de zoológicos passou para os Órgãos Ambientais Estaduais. No caso do Zoológico de Brasília, especificamente, para o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental – IBRAM. No entanto, por meio da Instrução Normativa nº 34, de 13 de fevereiro de 2014, do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM foi definido, em seu cargo 1º, que no âmbito do

10- Disponível em: http://www.zoo.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/SEI_GDF-16123439-Termo-de-Refer%C3%AAncia.pdf – Acesso em 16/04/2019.

Distrito Federal, as normas do IBAMA aplicadas a gestão de fauna e flora deverão ser seguidas pelos Zoológicos até que seja publicada regulamentação específica.

3.11. São atribuições específicas dos tratadores, de acordo com a Convenção Brasileira de Ocupações, o manejo, a alimentação e o monitoramento da saúde e do comportamento dos animais; o condicionamento e adestramento dos animais sob orientação de veterinários e técnicos; o tratamento da sanidade dos animais; a manipulação e a aplicação de medicamentos e vacinas; a higienização dos animais e recintos; a aplicação de técnicas de inseminação e castração; e a realização de atividades de apoio, assessorando em intervenções cirúrgicas, exames clínicos e radiológicos, pesquisas, necrópsias e sacrifícios de animais.

Em referência ao Código Brasileiro de Ocupações – CBO:

11.1.2. Código CBO: 6230-20 – Ocupação: Tratador de animais

a) Formação/Exigências: Certificado de conclusão do ensino médio devidamente registrado no Ministério da

Educação, experiência comprovada de, no mínimo, 06 (seis) meses e curso básico de qualificação de, no mínimo, 200 (duzentas) horas-aulas;

b) Atividades: Manejam, alimentam e monitoram a saúde e o comportamento de animais da pecuária. Condicionam e adestram animais. Sob orientação de veterinários e técnicos, tratam sanidade de animais, manipulando e aplicando medicamentos e vacinas, higienizam animais e recintos; aplicam técnicas de inseminação e castração. Realizam atividades de apoio, assessorando em intervenções cirúrgicas, exames clínicos e radiológicos, pesquisas, necrópsias e sacrifícios de animais. (GDF/2018).

Na hierarquia administrativa da DEAM há, abaixo da diretora, o Gerente de Projetos Educacionais que, em entrevista esclareceu que não há CBO para educador ambiental no Zoo, por isso utilizam o Recreador e voluntários para as atividades da diretoria.

Observa-se, portanto, que a FJZB tem designado profissionais que, longe do campo de atuação na educação, conforme a CBO, fazendo com que as ações dos projetos em Educação Ambiental possam se restringir à exposição dos conhecimentos que esses profissionais possuem. Mas será que haveria a aprendizagem significativa, segundo Ausubel (1982), já que a curiosidade da criança em observar a fala do próprio cuidador dos animais pode gerar mais interesse pelo assunto exposto?

No entanto, a prática pedagógica se faz necessária para a intencionalidade no ensino, principalmente falando de Educação Ambiental, onde o conhecimento de pertencimento ao meio não vem somente de informações básicas a respeito de um hábito animal, mas sim da relação que o ser humano tem para com as suas ações enquanto ser responsável por esse meio no qual vive e preserva para as gerações futuras.

[...] é o caráter pedagógico que introduz o elemento diferencial nos processos educativos que se manifestam em situações históricas e sociais concretas. Precisamente pelo fato de a prática educativa se desenvolver no seio de relações entre grupos e classes sociais é que é ressaltada a mediação pedagógica para determinar finalidades sociopolíticas e formas de intervenção organizativa e metodológica do ato educativo. (LIBÂNEO, p. 9. 2001).

Faz-se necessária uma ponderação quanto à observação de não educadores realizarem a Educação Ambiental da FJZB, pois esta pesquisa elabora projeto de Educação Ambiental para o ambiente não formal de ensino, numa ação conjunta à Secretaria de Educação do Distrito Federal, que utilizaria o espaço para além da sala de aula, seja para o ensino de ciências, seja para a Educação Ambiental, enquanto assunto de caráter transversal e interdisciplinar para os componentes curriculares da educação formal. Ou seja, não se trata da Educação não formal, mas sim da educação ambiental em ambiente não formal de aprendizagem.

Dessa forma, questionar o profissional tratador de animais enquanto ator da educação ambiental nos projetos, suscita a dúvida de como são as estratégias pedagógicas realizadas nas atividades dos projetos do Zoo, visto que a educação ambiental é ainda

“Um processo educativo eminentemente político, que visa ao desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores social geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais. Busca uma estratégia pedagógica do enfrentamento de tais conflitos a partir de meios coletivos de exercício da cidadania, pautados na criação de demandas por políticas públicas participativas conforme requer a gestão ambiental democrática.”
(LAYRARGUES, 2002)

Nos dias entre 8 e 12 do mês de julho de 2019 a Diretoria de Educação Ambiental do Zoo de Brasília promoveu a “Colônia de Feras” no parque com atividades programadas. As atividades eram mediadas por profissionais uniformizados com a camiseta escrita nas costas “Tratador de animais” e, a pesquisadora, estando em campo para colher dados, questionou o Tratador de animais sobre sua atividade profissional e o trabalhador respondeu que estava incumbido de realizar as atividades para a diretoria de educação ambiental, assim como os outros Tratadores de animais que ali se encontravam trabalhando no projeto de EA, junto às crianças.

Ao pesquisar o contrato¹¹ entre a empresa terceirizada, na qual os Tratadores de animais são funcionários, pode-se observar que não há contratação de Recreadores, mas somente dois funcionários designados ao cargo de Supervisor de Educação Ambiental, que é descrito em CBO 4101-05 de

Condicionamento Animal, de Educação Ambiental, de Enriquecimento Ambiental e de Manejo de Fauna. [...] desenvolver tarefas de comandar turmas para fins de elaboração e execução de serviços afetuosa sua área de atuação, orientar e controlar a execução dos serviços afetos a cada área pelos funcionários que lhe são diretamente subordinados, promover a requisição e o fornecimento do material necessário para utilização de seus subordinados. (GDF, p.9 2018)

No mais, ao se pensar em atividades diversificadas em Educação Ambiental, o profissional Tratador de Animais poderia fazer parte de projetos em que há momentos em que demonstra suas atividades de rotina nos cuidados com os animais. Assim como poderia se fazer com o veterinário, com o nutricionista ou com qualquer outro profissional que lida com a preservação das espécies do plantel do Zoo. No entanto, a presença de um professor nesse espaço, para realizar os planos dos projetos e executar as atividades pedagógicas é indispensável.

Sendo assim, pode-se inferir que, para realizar um projeto de Educação Ambiental exitoso na FJZB, pressupõe essa análise de conjuntura que ocorre

11 - Termo de Referência SEI/GDF 16123439

junto à formulação de um novo projeto político pedagógico para a instituição, na qual contará com educadores da SEDF.

2.2 Da percepção da gestão da Educação Ambiental do Zoo de Brasília acerca de conceitos em educação e educação ambiental.

No mês de julho de 2019 foi aplicado um questionário¹² destinado aos gestores da FJZB que estão diretamente envolvidos com as ações da diretoria de Educação Ambiental – DEAM. As perguntas foram realizadas na intenção de pesquisar qual, ou quais objetivos, a DEAM tem para a instituição.

Numa percepção geral da gestão do Zoo, acerca dos conceitos de Educação e educação Ambiental, compreende a Educação como: “Processo que envolve o aprendizado e as mediações e a ele relacionadas. Conjunto de práticas que sustentam as relações de ensino e aprendizagem.” Sobre a Educação Ambiental, denominou como “ações voltadas para um ensino vinculado às práticas sustentáveis. Parte da premissa que todo processo de educação é permeado por essas ações.” (Entrevista 1).

As intenções da FJZB para com a Educação Ambiental, segundo ainda entrevista 1, partem de temas geradores para que haja a promoção da reflexão das ações para com a sustentabilidade e isso é realizado pela “mediação junto ao público”, sem, portanto, especificar que tipo de mediação seria utilizada. Quando questionado sobre quais documentos norteia as ações da EA no Zoo nos dias atuais, foi respondido que é a *Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)*, o Plano Distrital de Educação Ambiental (PDEA) e PEA, que foi descrita essa sigla sem especificar se seria um plano de educação ambiental interno, pois no GDF, há um programa do “Brasília Ambiental” de projetos em Educação Ambiental que possui uma atividade ampla para com a comunidade circunvizinha

12 - Apêndice 2.

tendo como Objetivo:

“O PEA é direcionado aos grupos sociais localizados na área de influência direta e indireta da atividade ou empreendimento objeto do licenciamento. O trabalho deve ser realizado de acordo com o que foi levantado no Componente 0, pois esse é o ponto de partida para planejamento e realização dos projetos deste Componente 1 e deve refletir um acordo com a comunidade. Sabe-se que o ambiente é conflituoso em torno do uso de bens naturais e que o PEA deverá atuar fundamentalmente na gestão dos conflitos de uso e distributivos ocasionados pelo empreendimento, objetivando garantir: a) a apropriação pública de informações pertinentes; b) a produção de conhecimentos que permitam o posicionamento responsável e qualificado dos agentes sociais envolvidos; c) a ampla participação e mobilização dos grupos afetados em todas as etapas do licenciamento e nas instâncias públicas decisórias; d) o apoio a movimentos de reversão dos processos assimétricos no uso e na apropriação da natureza, tanto em termos materiais quanto simbólicos.” (GDF, p. 4 2016).

Dessa forma, se o Zoo de Brasília tem a intenção de gerir conflitos das comunidades circunvizinhas, questiona-se a Educação Ambiental realizada na instituição, tornando ainda mais pertinente a apropriação de um projeto político pedagógico próprio para objetivar melhor suas ações.

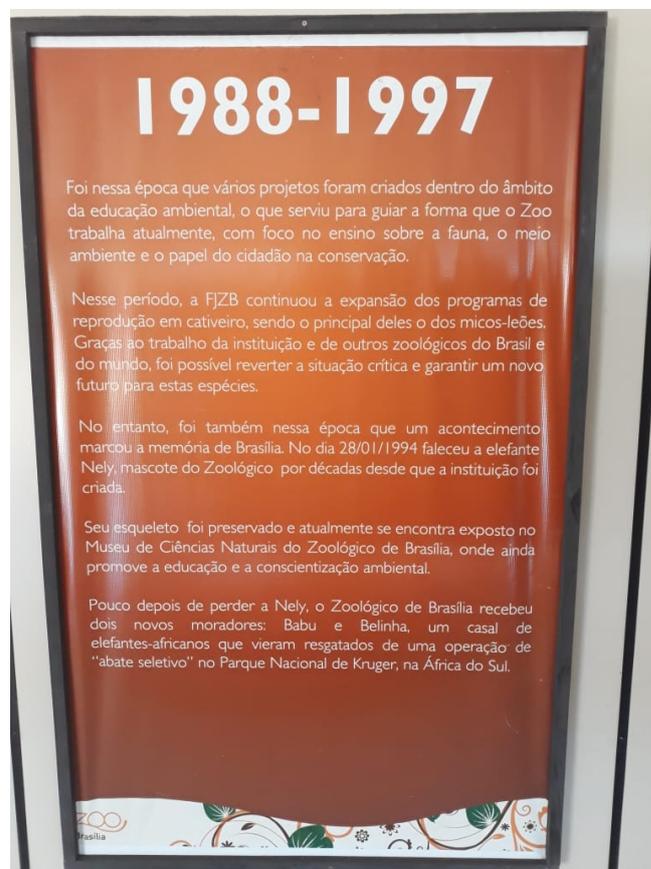
As respostas sobre quais instituições fazem parceria com a FJZB, foi citado o Instituto Federal de Brasília – IFB – e, de forma genérica: “Instituições de Ensino Superior”, sem citar quais nem qual o tipo de parceria, mas no capítulo II desta pesquisa consta a relação de parcerias institucionais do Zoo.

Quanto aos projetos realizados no Zoo, apesar de constar no site da instituição vários projetos, ao responder sobre como estão sendo realizados e quais profissionais atuam nos projetos, foi citado somente o Zoo experiência e o Zoo noturno. Porém, ao ligar na Diretoria de Educação Ambiental e perguntar se há projetos que vão à escola, a atendente respondeu que vai à escola o projeto Zoo em ação – descrição dessa atividade no anexo 4.

A ilustração do painel informativo demonstra o contraste entre a informação do gestor responsável pela Educação Ambiental do Zoo e a apresentação histórica disponível ao público no parque, pois, a questão número 3 do questionário designado aos gestores, o questiona em qual

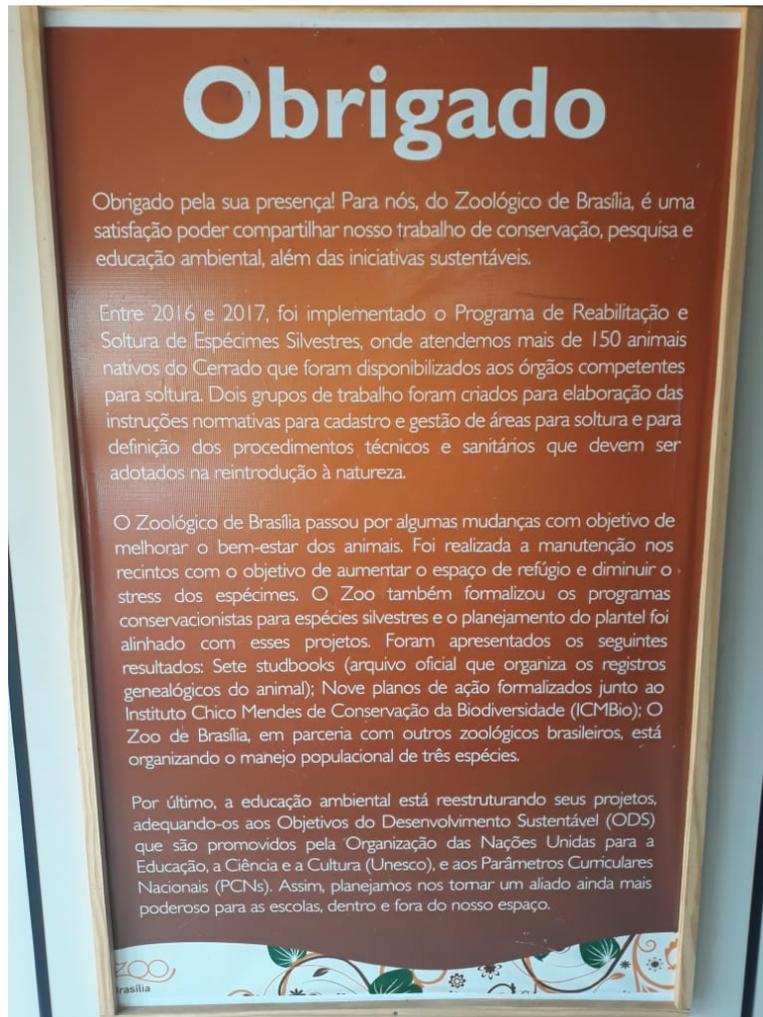
período que os projetos de EA do Zoo de Brasília iniciaram e quais características possuíam. Nesse item, o gestor entrevistado respondeu que não pode afirmar com precisão quando iniciaram e que modalidade educacionais eram praticadas. Ao sair da sala da diretoria de EA da FJZB encontra-se uma exposição da história do Zoo e algumas curiosidades da inauguração até os dias atuais. Esse painel informa que a Educação Ambiental no Zoo tem seu marco na época entre 1988 e 1997, período em que vários projetos foram criados. Informa ainda que “aquela forma de projetos serviu para guiar como o Zoo de Brasília trabalha atualmente. Com foco no ensino sobre a fauna, o meio ambiente e o papel do cidadão na conservação”. (Figura 4)

Figura 4: Painel informativo sobre Educação Ambiental na FJZB



Fonte: Acervo da autora. (julho 2019)

Figura 5: Painel de despedida na exposição história da FJZB



Fonte: acervo da autora (julho 2019).

No painel de despedida da exposição informa que “a educação ambiental está reestruturando seus projetos adequando-os aos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) e aos Parâmetros Curriculares Nacionais PCN. Planejamos nos tornar aliado ainda mais poderoso para as escolas dentro e fora do nosso espaço.” (Figura 5)

Se o painel da figura 5 informa que o Zoo de Brasília considera os ODS da UNESCO em suas ações, ao consultar a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, foi observado que, o plano para a erradicação da pobreza como desafio grandioso para o desenvolvimento sustentável, tem em seu objetivo número 4 “assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidade de aprendizagem ao longo da vida.”

(Nações Unidas, p.10 2015). Das metas contidas neste objetivo, nenhum fala especificamente sobre educação ambiental, mas sim às garantias de acesso ao ensino, eliminar as disparidades de gênero na educação e aquisição de conhecimento necessário para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Isso pode ser promovido por meio da EA, no entanto, faz-se necessária a junção de forças institucionais como a FJZB e a Secretaria de Educação do Distrito Federal para a promoção da educação para a sustentabilidade e é isso que o Projeto Político Pedagógico desta pesquisa sugere em seu plano de ação para a capacitação de professores mediadores no ensino em ambiente não formal de aprendizagem.

2.3 Relevância no investimento nas ações em Educação Ambiental no Zoo de Brasília e a Sala Verde do Ministério do Meio Ambiente

Para enfatizar a importância de investimento nos projetos em Educação Ambiental, na próxima planilha podem ser observados os atendimentos realizados nos projetos da FJZB e como geram receita para a instituição.

Comparados os registros entre os meses de janeiro a maio dos anos de 2017 e 2019, observa-se uma perda significativa de entrada de recursos para o zoológico após a mudança na estrutura de ação dos projetos em Educação Ambiental do Zoo, que se baseava em equipe de profissionais terceirizados que realizavam o atendimento ao público nas ações em EA. Isso não poderia ser justificado pelo menor número de visitantes, pois a instituição obteve receita triplicada em bilheteria no mesmo período do ano de 2019, comparado ao ano de 2017, conforme tabela 4.

Não foi possível comparar os dados de 2017 e 2019 ao ano de 2018, pois, até a data desta consulta – conforme tabela 4 – não constava publicação do mesmo quadro para análise.

Tabela 6: Comparação de receita da FJZB entre os anos de 2017 e 2019 nos meses de janeiro a maio.

Dados do Site da FJZB			Observações
Janeiro a maio	Projetos EA	Bilheteria	
2017	R\$ 20.890	R\$ 1.172.672	Ano em que havia equipe de educação ambiental com número de profissionais suficiente para as atividades desenvolvidas com o público.
2019	R\$ 7.455	R\$ 3.664.116,16	Ano em que as ações em EA diminuíram devido às limitações quanto ao número de profissionais disponíveis para realizar atividades.

Fonte: tabela elaborada pela autora – Informações do Site GDF / FJZB ¹³

Para melhor apresentar a Educação Ambiental a FJZB, expõe um dicionário de dados e Projetos/Serviços do Zoológico de Brasília¹⁴ que coloca a Sala Verde como um de seus projetos, mas sem dizer exatamente qual tipo de ação realiza nesse espaço.

O Projeto Sala Verde, coordenado pelo Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA), consiste no incentivo à implantação de espaços socioambientais para atuarem como potenciais Centros de informação e Formação ambiental. A dimensão básica de qualquer Sala Verde é a disponibilização e democratização da informação ambiental e a busca por maximizar as possibilidades dos materiais distribuídos, colaborando para a construção de um espaço, que além do acesso à informação, ofereça a possibilidade de reflexão e construção do pensamento/ação ambiental. Sala Verde é um espaço definido, vinculado a uma instituição pública ou privada, que poderá se dedicar a projetos, ações e programas educacionais voltados à questão ambiental. Deve cumprir um papel dinamizador, numa perspectiva articuladora e integradora, viabilizando iniciativas que propiciem uma efetiva participação dos diversos segmentos da sociedade na gestão ambiental, seguindo uma pauta de atuação permeada por ações educacionais, que caminhem em direção à sustentabilidade. A Fundação Jardim Zoológico de Brasília atende demandas de instituições subsidiando com ações de educação ambiental e aumentando a visibilidade aos espaços de ensino não formais. (GDF/FJZB, 2018)

¹³ – Disponível em: <http://www.zoo.df.gov.br/visitantes-pagantes-do-zoologico-de-brasilia/>
Acesso em: 24/05/2019.

¹⁴ – Anexo 4

Sendo assim, a FJZB pode contar com o apoio de outras instituições como a Sala Verde, projeto do Ministério do Meio Ambiente com reconhecimento da área do Zoo para novos projetos. “Em qualquer comunidade onde uma instituição zoológica está localizada, haverá uma variedade de vizinhos corporativos com os quais possam se engajar.” (WAZA, 2005. p.26).

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) conta com o Departamento de Educação Ambiental (DEA/MMA) na coordenação do Projeto Sala Verde, que tem objetivo voltado no incentivo à realização de espaços propícios para a Educação Ambiental, no sentido de formar educadores ambientais e democratizar informações e reflexões para o pensamento ambiental e para a sustentabilidade.

Trata-se de um projeto Nacional, pois consta no cadastro de Salas Verdes no Brasil que há apenas seis zoológicos com o projeto reconhecido. A publicação sobre os dados das Salas Verdes é realizada no site do Ministério do Meio Ambiente e a última atualização se deu na data de 03 de agosto de 2018.

Nessa publicação o Zoo de Brasília é reconhecido como espaço contemplado pela Sala Verde definindo o conceito de sala verde como:

[...] um espaço dedicado ao desenvolvimento de atividades de caráter educacional voltadas à temática socioambiental e cultural, que visam contribuir e estimular a discussão crítica, a organização e o pacto social, o fortalecimento de identidades grupais, levando à formação de cidadãos mais informados, participativos e dedicados ao processo de construção de sociedades sustentáveis. (MMA, 2017)

No entanto, segundo informações do Ministério do Meio Ambiente, colhidas em entrevista nesta pesquisa, relata que ainda não solicitou relatório referente ao ano de 2018 para a FJZB, bem como a gestão do zoo informou via questionário, que não há ação da Sala Verde ocorrendo na instituição.

2.4 Sala Verde no Zoológico de Brasília

Na Fundação Jardim Zoológico de Brasília, o projeto de Educação Ambiental seguirá seus normativos institucionais e agregará a Sala Verde, designada enquanto espaço físico, para a ação prevista em projeto político pedagógico que esta pesquisa oferece para se tornar um espaço socioambiental referência em formação e informação ambiental.

O projeto da verde do Ministério do Meio Ambiente – MMA – é conceituado como

[...] um espaço definido, vinculado a uma instituição pública ou privada, que poderá se dedicar a projetos, ações e programas educacionais voltados à questão ambiental. Deve cumprir um papel dinamizador, numa perspectiva articuladora e integradora, viabilizando iniciativas que propiciem uma efetiva participação dos diversos segmentos da sociedade na gestão ambiental, seguindo uma pauta de atuação permeada por ações educacionais, que caminhem em direção à sustentabilidade. (BRASIL/MMA 2019)

Entendendo o projeto enquanto espaço que viabiliza as ações destinadas à Educação Ambiental, o Zoo de Brasília se submeteu ao edital da Sala Verde na chamada MMA – N° 1/2017 para então se tornar instituição que destinará ambiente propício para a efetivação de um projeto político pedagógico. O espaço destinado à Sala Verde no Zoo de Brasília foi o Espaço Água que hoje se encontra fechado, sendo utilizado somente um dos três espaços, o que é designado como berçário de animais.

Há ainda a biblioteca do Zoo de Brasília que contém acervo diversificado para assuntos em Educação Ambiental, que também foi designada como mais um espaço para funcionamento da Sala Verde.

Além disso, o MMA oferece acervo e outros recursos para a instituição que recebe a Sala Verde, como Kits Circuito Tela Verde, envio de Banners e materiais às novas salas verdes, mediante prazo no cadastro para recebimento desses itens.

O MMA oferece ainda cursos à distância para capacitação de educadores ambientais com turmas exclusivas para a Sala Verde:

Consultoria técnica para a produção de conteúdos e proposta pedagógica para contribuir com processo de formação em educação ambiental para integrantes de salas verdes, estruturas e espaços que atuam com processos educativos, envolvendo atividades presenciais e à distância, no âmbito das ações de formação e capacitação desenvolvidas pelo Departamento de Educação Ambiental da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente – DEA/SAIC/MMA.

Produto 1 - Documento técnico contendo proposta pedagógica de processo formativo semipresencial para integrantes de salas verdes, coletivos educadores, coletivos jovens e outros espaços e estruturas educadoras, bem como estrutura de tópicos do roteiro, metodologia de formulação e definição dos conteúdos a serem desenvolvidos. (ibidem, 2019).

Sobre o espaço no Zoológico destinado à Sala Verde, além do Espaço Água e da Biblioteca, há ainda toda a área do parque que oferece o plantel de animais, silvestres que se encontram expostos para os visitantes, e áreas diversas para possíveis atividades ao ar livre.

Figura 6: Mapa da FJZB. Sala Verde: onde se lê Zoo Berçário – canto inferior à direita na imagem.



Fonte: Site FJZB – maio/2019.

No mapa disponível na Figura 3, a Sala Verde será implantada no Espaço Água que está denominado “Zoo Berçário”, no canto direito inferior.

Logo acima do Zoo Berçário, encontra-se uma edificação denominada SUEUP (Superintendência de Educação e Uso Público) que é sede da Diretoria de Educação Ambiental e onde se encontra a biblioteca.

O espaço água é uma edificação que contém três ambientes e somente um deles se encontra em funcionamento como berçário de animais. Esse espaço fora designado para receber a sala verde e, para isso, era preciso uma reforma dos ambientes que se encontram abandonados.

Figura 7: Edificação “Espaço água” local destinado à Sala Verde. Imagem fachada.



Fonte: A autora (julho/20190)

Figura 8: Imagem interna Espaço água. Auditório destinado à Sala Verde.



Fonte: A autora (julho/20190)

Além desses espaços que podem ser aproveitados para os projetos de educação ambiental e capacitação de professores, o zoo também dispõe de toda a sua área externa e, ainda sob a diretoria de Educação Ambiental, encontra-se a biblioteca, que contém acervo diversificado para exploração dos visitantes.

Figura 9: Biblioteca da FJZB



Fonte: a autora (julho/2019)

Em entrevista aos gestores do Zoo de Brasília, ao serem questionados sobre a existência de alguma ação para a sala verde, foi respondido sucintamente que não. Ao ser indagada se o Zoo de Brasília já encaminhou algum relatório de ações para a sala verde, a gestão do projeto Sala Verde do Ministério do Meio Ambiente respondeu que

“O Ministério do Meio Ambiente ainda não solicitou o Relatório Anual de Atividades referente ao ano de 2018 às Salas Verdes aprovadas no edital nº01/2017. O MMA trabalha nesse momento na elaboração do Sistema do Projeto Salas Verdes, no qual será feito o registro dos relatórios pelas Salas Verdes.” (entrevistada gestão MMA, julho. 2019)

Da entrevista realizada com a gestão do projeto Sala Verde do MMA, no mês de julho de 2019, observa-se que há entraves a serem sanados por um planejamento mais em conjunto com as instituições que recebem a sala verde, visto que o investimento para melhores recursos também somam às ordens de fatores que agravam a situação de implantação do projeto e, além disso, a transitoriedade dos gestores responsáveis pelas Salas Verdes, conforme relata em questionário:

As maiores dificuldades relatadas pelas instituições que fazem parte do Projeto são: falta de recursos financeiros, mudanças na gestão da instituição e mudanças na coordenação da sala verde, que algumas vezes afetam a

continuidade das ações planejadas ou até mesmo da própria Sala Verde. (Entrevista MMA1)

Quanto às dificuldades técnicas encontradas pelo projeto Sala Verde, foram citados os desafios em âmbito nacional para a gestão das 640 Salas Verdes espalhadas pelo Brasil. Tais dificuldades foram elencadas no que diz respeito à gestão, já que o Ministério do Meio Ambiente tem o objetivo de consolidar o alcance do Projeto.

- Estabelecer parcerias com as Secretarias Estaduais de Meio Ambiente para realização de uma gestão compartilhada do Projeto, que possibilite um maior apoio, monitoramento e acompanhamento das ações realizadas pelas Salas Verdes na ponta;
- Aprimorar os processos de comunicação e troca de conhecimentos e experiências entre as Salas Verdes;
- Aprimorar o monitoramento e acompanhamento das ações realizadas pelas Salas Verdes;
- Divulgar e valorizar as instituições, o trabalho e a equipe das Salas Verdes; e
- Identificar novas formas de apoiar às Salas Verdes em sua atuação, pois no contexto atual não há mais a produção de materiais impressos para ampla distribuição no MMA e outros ministérios, e o envio de publicações e materiais está cada vez mais reduzido. (Entrevista MMA1)

O Ministério do Meio Ambiente trabalha na implementação de duas ferramentas, o Portal e o Sistema de Informações do Projeto Salas Verdes.

O Portal do Projeto Salas Verdes (salasverdes.mma.gov.br) foi implementado em junho/2019, tornando-se o espaço oficial de divulgação e acesso às notícias e informações do Projeto Salas Verdes; o Sistema do Projeto Salas Verdes está em fase de elaboração e, após implementado, será a plataforma de gestão das informações do Projeto. Serão fundamentais o empenho e a dedicação dos coordenadores de Salas Verdes na apropriação e uso dessas ferramentas para que o Projeto possa dar esse salto em termos de divulgação, comunicação e gestão das informações. (Entrevistada MMA1).

CAPÍTULO III – PPP PARA O AMBIENTE NÃO FORMAL DE APRENDIZAGEM – A SALA VERDE COMO ESPAÇO ECOPEDAGÓGICO NA FJZB

Não restam dúvidas de que articular, elaborar, construir projeto pedagógico próprio, implementá-lo e aperfeiçoá-lo constantemente, envolvendo de forma criativa e prazerosa os vários segmentos constitutivos da comunidade(...), com suas respectivas competências, num processo coletivo, é um grande desafio. E o é em razão da necessidade e das expectativas pela melhoria da qualidade dos serviços educacionais e dos resultados desses serviços (Bussmann, 2002:48)

O Projeto Político Pedagógico (PPP) precisa nortear as ações de um processo educacional em movimento, que se traduz por seu caráter de permanente construção. Ele reflete a tentativa de quebra de paradigmas uma vez que busca a construção de um ambiente educacional inovador não só no que diz respeito ao seu formato escolar e pedagógico, mas, sobretudo, com relação a seus aspectos simbólicos.

O PPP não é apenas um produto, uma cartilha normatizadora, mas um processo de gestão contínua, orientado pelos princípios e objetivos educacionais de um grupo. O documento traz uma visão de educação pautada em uma visão de sociedade e que, a partir de seus sujeitos e realidade, traçam uma proposta de ação pedagógica e social. É, portanto, um documento identitário, no qual os sujeitos se veem e atuam sobre as suas demandas e planos, que serão periodicamente revistos e sistematicamente reconstruídos. (SILVA, 2005)

Com a promulgação da Constituição de 1988, permitiu-se a abertura da gestão democrática nas instituições escolares. Essa constituição foi elaborada com base nos princípios democráticos.

[...] a Constituição de 1988 trouxe, pela primeira vez, em seu capítulo dedicado à educação, a gestão democrática do sistema de ensino público como princípio norteador da igualdade de condições de acesso à escola e garantia do padrão de qualidade. (Rossi 2000, p. 13)

Sendo assim, as inovações ocorridas a partir da promulgação da nova Carta Magna, implicaram na mudança da forma de gerir as instituições de

ensino, bem como, no desenrolar dos processos ligados às escolas como também às tomadas de decisões. Neste sentido, podemos perceber que a Constituição de 1988 abriu novos horizontes para a educação, permitindo inovações nas relações no âmbito das escolas, de modo a sistematizar e socializar a dinâmica do processo de construção de um novo modo de relações interpessoais, como também de poder, e a partir daí organizar e conduzir encaminhamentos que possibilitem uma participação ativa de todos que compõem a comunidade escolar. Passando a escola, portanto, a ser responsabilidade de todos que fazem parte da instituição, gerir as demandas democráticas.

Dessa forma, falar da gestão democrática para a escola é enfatizar que o gestor escolar pode ampliar os espaços educacionais para além da escola e isso pode ser previsto já no PPP construído coletivamente com o corpo docente que agregará ao documento as possibilidades de aprendizagem nos espaços não formais de ensino.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996 (LDB 9.394/96), em seus primeiros incisos dos Art. 12, 13 e 14, fica claro o novo modo de gestão que deve orientar o caminhar educacional nas escolas públicas, formalizando, dessa forma, o discurso da gestão democrática, e dando condições e orientações para a organização das instituições.

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I – Elaborar e executar sua proposta pedagógica;

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I – Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

(BRASIL, LDB. 1996)

O Projeto Político Pedagógico para a Educação Ambiental – PPEA – é melhor exposto pelo Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA – representados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Ministério

da Educação (MEC), que a partir de 2004 lançou o Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais – ProFEA. Esse programa estaria responsável pela elaboração de projetos políticos pedagógicos para estruturar a formação de educadores em diversos lugares, abrangendo variadas comunidades. A PNEA foi instituída pela Lei Federal 9795/99 de 27 de abril de 1999.

Para melhor demonstrar esses marcos da trajetória de políticas públicas para a Educação Ambiental no Brasil, seguem dados levantados por RAYMUNDO (2017).

Tabela 7: Marcos da trajetória de políticas públicas para a Educação Ambiental no Brasil.

Ano	Marco da trajetória de políticas públicas para a Educação Ambiental no Brasil.
2004	Lançamento do ProFEA - Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais pelo Órgão Gestor (MMA/MEC) da Política Nacional de Educação Ambiental. O ProFEA indica a estratégia metodológica de elaboração de projetos político-pedagógicos nas instituições diversas, nos coletivos educadores e seus territórios.
2005	Lançamento da publicação do DEA/MMA sobre Projeto Político Pedagógico aplicado a Centros de Educação Ambiental e Salas Verdes. MMA lança o Edital do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) para a formação de “Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis”, sendo uma das estratégias dos Coletivos Educadores a elaboração de projetos político-pedagógicos nos territórios.
2007	MMA e ICMBio lançam a ENCEA – Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no âmbito das Unidades de Conservação, apontando a importância da UC como espaço educador com a realização de planejamento e projetos político-pedagógicos.
2011	Início da construção do Projeto Político Pedagógico do ICMBio. Conclusão em 2016.
2012	Lançamento oficial do PEAAF - Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar – PEAAF (MMA), que traz entre suas estratégias metodológicas a elaboração de PPP nos territórios, como unidades de conservação por exemplo.
2014	Construção do PPP do Ministério do Meio Ambiente e instituições vinculadas.
2016	MMA e ICMBio elaboraram os primeiros Projetos Político Pedagógicos de Unidades de Conservação. Floresta Nacional (Flona) de Tefé / AM. Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Itatupã Baquiá /PA ICMBio apresenta o texto: “O PPPEA em Unidades de Conservação Federais e na Gestão da Biodiversidade”. Este texto do ICMBio é a busca por estimular e fortalecer a realização de processos de construção de Projetos Político Pedagógicos em suas Unidades de Conservação e Centros de Pesquisa

Fonte: RAYMUNDO, et.al, (2017).

Para a construção do PPP para o Zoo de Brasília, foi considerado o documento norteador para as salas verdes, descrito na tabela 5, referente ao ano de 2005. O “PPPEA em Unidades de Conservação Federais e na Gestão da Biodiversidade” citado na mesma tabela, do ano de 2016 não foi considerada, pois é mais específica para tratar de assuntos que promovam a participação social qualificada na gestão pública da biodiversidade, contribuindo para a justiça ambiental.

A construção de projeto político-pedagógico (PPP) para uma unidade de conservação ambiental tornou-se um desafio, visto que o PPP se encontra fundamentado para a educação formal. Assim, a proposta de educação ambiental para o Zoológico de Brasília terá fundamentos na legislação para educação que dialogue com o currículo escolar considerando as especificidades de se trabalhar o ensino em ambiente não formal de aprendizagem.

“O Projeto Político Pedagógico da escola é um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola. Em razão disso, ao procurar retratar a realidade da escola como um todo, o PPP, realmente, nunca está pronto e acabado. Assim, assume um caráter contínuo, um processo de constante reconstrução.” (GADOTTI, 2004, p. 42).

Para tanto, as especificidades que levam a Educação Ambiental a estar em consonância com um projeto político pedagógico, é trazido por Veiga (2010, p.4) que, baseada na LDB, denomina de “sustentáculos do PPP” os seguintes conceitos:

Tabela 8: Sustentáculos do projeto político pedagógico e o amparo na legislação nacional.

“Os sustentáculos de um projeto político-pedagógico” (VEIGA, 2010)	LDB – Lei N° 9394/1996	CF/1988
a) Liberdade que é um princípio constitucional.	Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o	Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à

	saber; IV – Respeito à liberdade e apreço à tolerância;	liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade
		Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
b) Solidariedade, também um princípio constitucional.	Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: IV – O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.	Observação: a palavra solidariedade não foi encontrada na CF/88.
c) Pluralismo de ideias entendido como o respeito ao outro, às diferentes opiniões, à diversidade do pensar e agir.	Art. 3º III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;	Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: V – O pluralismo político. Art. 205 – A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
d) Igualdade de condições para acesso	Art. 206. I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;	Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à

		liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade
e) Qualidade, que não pode ser privilégio de minorias econômicas e sociais.	Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: IX – Garantia de padrão de qualidade;	Art. 205 VII – garantia de padrão de qualidade.
	Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: IX – Padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.	Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. § 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.
	Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a: IV – Levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;	Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: Inciso III – melhoria da qualidade do ensino;
f) Transparência do projeto político-pedagógico com envolvimento dos diferentes segmentos nas discussões e na socialização das informações, o que gera o sentimento de pertença, de confiança e de clareza das intencionalidades.	Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.	Art.205. VI – Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
g) Participação, que implica criação e ampliação de canais e espaços públicos para o diálogo, a discussão	Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as	Art.205. VI – Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

e o debate a serviço de um projeto político pedagógico de qualidade assentado no pilar da educação emancipatória.	suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.	
---	---	--

Fonte: Dados compilados a partir de VEIGA (2010).

No item “e” da tabela 6, o qual diz respeito à qualidade no ensino, entende-se que buscar estratégias para melhorar a aprendizagem em Educação Ambiental, por suplementação didática nas áreas de espaço não formal de ensino, requer aprimoramento deste ensino a ser oferecido como se sugere esta pesquisa ao elaborar um projeto político pedagógico para a FJZB. Além disso, eleva a importância no investimento nas universidades federais que, segundo Art. 70 da LDB/1996, para buscar a qualidade no ensino, é importante haver a pesquisa para aprimoramento da qualidade e expansão do ensino.

Observa-se ainda que a gestão democrática é chave para a construção de um projeto político pedagógico, pois assim o espaço atenderá às demandas institucionais e também à população que usufruirá do novo projeto, o qual precisa ser flexível, ou seja, necessita estar em constante avaliação para atender às prováveis mudanças de estratégias que atendem às variáveis encontradas no decorrer das atividades e períodos do calendário escolar.

Quanto ao significado do projeto ser político-pedagógico, se dá no âmbito da proposição que o projeto proporcionará para a educação ambiental no Zoológico de Brasília, uma vez que, enquanto espaço não formal de aprendizagem, receberá escolas da rede oficial de ensino com ações educativas e intencionais para a educação ambiental. VEIGA (2008) o Projeto Político Pedagógico da seguinte maneira:

Na dimensão política reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade (VEIGA, 1998, p.13).

A Fundação Jardim Zoológico de Brasília (FJZB) apesar de não ser uma instituição formal de educação, realiza a educação ambiental para os visitantes e para a rede de ensino de escolas públicas e privadas do DF e, promover mudanças para a implementação de um projeto político pedagógico para a instituição, requer esforço da gestão para que as atividades em Educação Ambiental obtenham sucesso.

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (GADOTTI, 1994, p. 579 apud VEIGA, 1998 p.11).

Logo, ao levar essa ideia para uma unidade de conservação, entende-se que o PPP expresse a sua íntima relação com a realidade da comunidade a ser atendida em suas atividades, aqui no caso, as escolas públicas do Distrito Federal em visita ao Zoológico de Brasília.

A Lei N° 9.795, de 1999, dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Nessa lei são expostos os objetivos fundamentais em seu Art. 5º

I– O desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II– A garantia de democratização das informações ambientais;

III– o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV– O incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

Com isso, a proposta de se elaborar um projeto de educação ambiental para a FJZB corresponde à garantia de democratização das informações ambientais. Porém, compreende-se que a legislação por si só não modifica integralmente uma realidade. Para a unidade de conservação é preciso

elaborar um projeto político pedagógico flexível de educação ambiental para contemplar a identidade sociocultural dos sujeitos envolvidos no processo pedagógico, visto que serão atendidos públicos diversificados, ainda que sejam alunos matriculados na rede de ensino.

Pensar numa proposta político-pedagógica de educação para o ambiente não formal significa superar a visão homogeneizadora, pois é a escola que vai caminhar junto aos educandos para defender valores culturais, para avançar diante das transformações pelas quais a sociedade está passando. E, a partir dela, virem à tona questionamentos que motivem esses sujeitos a refletirem por ações que criem melhores condições de vida, e não apenas ser modelados para atender à demanda da produção e do mercado.

Enfatiza-se aqui que a construção desse projeto, para além de um documento com caráter norteador da educação ambiental em ambiente não formal, procura traduzir de fato as especificidades e particularidades de uma realidade educacional bastante diferente. Compreendendo, portanto, a dinamicidade das relações, a não permanência dos objetos, a transformação dos cotidianos carregado de concepções, emoções, valores, crenças e inquietações bem próprias de educadores que fazem do seu papel uma busca constante de aprendizado, e, tendo em vista seus princípios éticos, estéticos e políticos.

Assim, o PPP propõe o rompimento de qualquer relação de dominação seja ela socioeconômica, étnico-racial, regional, linguística, de gênero e etc. formando sujeitos críticos, participativos, emancipados e protagonistas da sua história, pois há projetos político-pedagógicos que tendem a corroborar a preservação da ideologia da classe dominante. “Contra essa tendência dominante, caminha e se forma uma tendência popular inspirada numa concepção dialética” (GADOTTI, 2003. p 165).

Todo esse pensamento sobre o PPP para o Zoológico de Brasília vai de encontro com sua característica, enquanto espaço democrático, em poder dinamizar a Educação Ambiental de forma lúdica, pois sua história está arraigada de conquistas para que se torne o lugar ideal para ser ministrado o ensino de ciências, bem como a educação ambiental para a sustentabilidade. Assim, o presente projeto tem a intencionalidade de abrir espaços para

contínuos debates com as escolas que serão atendidas no Zoológico de Brasília e com a comunidade como um todo.

Os projetos deste PPP se basearão em Gadotti, que se refere ao livro de Gutiérrez e Prado (2008) “Ecopedagogia e cidadania Planetária” para falar do desenvolvimento de novas capacidades quando se supõem educar para a cidadania planetária, são elas:

- 1) sentir, intuir, vibrar/
 - 2) imaginar, inventar, criar e recriar/
 - 3) relacionar e interconectar-se, auto organizar-se/
 - 4) informar-se, comunicar-se, expressar-se;
 - 5) localizar, processar, utilizar a imensa informação da “aldeia global”;
 - 6) buscar, causar e prever consequências;
 - 7) criticar, avaliar, sistematizar e tomar decisões;
 - 8) pensar em totalidade (holisticamente).
- (GUTIÉRREZ, 1997:41).

Na construção de um PPEA ocorre a qualificação de indicadores para a consolidação das estratégias a serem adotadas na construção desse documento. É pressuposto metodológico uma análise diagnóstica da realidade na qual será modificada pelo novo projeto. Sendo assim, trata-se de um indicador relevante.

O campo da EA tem como premissa a leitura crítica e contextualizada da realidade para que a intervenção político-pedagógica esteja de acordo com as suas necessidades, desafios, potencialidades e demandas. Deste modo, um diagnóstico representa a estratégia metodológica para subsidiar a construção, implementação, monitoramento e revisão de uma PPEA. Considera-se, portanto, o diagnóstico de forma continuada, num processo incremental que aprimora e aprofunda constantemente a PPEA. (RAYMUNDO et.al, p.12. 2017).

Para a realização de um diagnóstico das ações em EA realizadas pelo Zoológico de Brasília, foram considerados os indicadores que, segundo RAYMUNDO (2017) são utilizadas para avaliação e monitoramento em políticas públicas de Educação Ambiental. Seguem indicadores na tabela abaixo, que estão relacionados às observações da realidade encontrada na FJZB.

Tabela: 9 – Indicadores para políticas públicas em EA segundo RAYMUNDO (2017) e apropriação para aplicação na pesquisa.

Indicadores	Conceito	Aplicabilidade na pesquisa
<i>Dimensão Diagnóstica:</i>	Trata de um processo humanizado de contextualização histórica da territorialidade com suas relações sociais, econômicas, políticas, ecológicas e culturais, além da identificação dos interesses, necessidades, potencialidades, problemas e suas causas, o tempo e o espaço dos acontecimentos junto à sociedade.	Levantamento histórico da instituição por meio de documentos públicos e pesquisas acadêmicas. Levantamento dos entraves para a Sala Verde implantar o projeto nas diversas regiões brasileiras. Levantamento dos entraves no Zoo de contratação de profissionais para continuação dos projetos.
<i>Dimensão da Participação e Construção Coletiva</i>	Refere-se à necessidade de criação e fortalecimento dos espaços democráticos permanentes de participação e controle social. Prioriza a sensibilização, mobilização social, organização comunitária e empoderamento da sociedade na construção coletiva.	A construção do projeto político para a Educação Ambiental da FJZB promove a participação no planejamento participativo para a sensibilização e ação coletiva.
<i>Dimensão da Formação Dialógica</i>	Compreende o desenvolvimento de processos educativos permanentes e continuados comprometidos com os princípios e concepções da EA em seus aspectos democráticos, críticos, emancipatórios, cooperativos, solidários e libertários.	Promoção de projetos em educação ambiental, articulados entre o currículo escolar e a educação para o ambiente não formal de ensino.
<i>Dimensão da Intervenção Socioambiental:</i>	Trata da inclusão das práticas como exercícios de cidadania e materialização dos valores, princípios e diretrizes da EA contextualizados na realidade local. É preciso demonstrar num processo da práxis, de ação-reflexão-ação, o comprometimento com a transformação.	Agregar os projetos oferecidos pela FJZB que focam a Educação Socioambiental, oferecendo espaços educativos para a troca de informações, reflexão, e acrítica para a construção de coletivos de educadores, promovendo assim, maior arrecadação suplementar às finanças do parque.

<p><i>Dimensão Indivíduo/ Subjetividade:</i></p>	<p>Aborda o reconhecimento e valorização das especificidades humanas, explora as subjetividades próprias do ser humano e a complexidade da sociedade que se constrói do micro ao macro, das singularidades a pluralidade. Trata da atenção aos sujeitos num fomento à potência de agir nos indivíduos levando ao movimento coletivo de transformação das realidades indesejadas.</p>	<p>O projeto político pedagógico para a FJZB aqui proposto conta com temas estratégicos para a abordagem transversal da Educação Ambiental de forma ainda a considerar a subjetividade de cada educando e sua contribuição enquanto multiplicador das aprendizagens ali vivenciadas.</p>
<p><i>Dimensão da Complexidade:</i></p>	<p>Diz respeito a articulação e integração a outras políticas, a conexão entre o local e global, teoria e prática, indivíduo e coletividade, entre os inúmeros temas, públicos, instituições, territórios, demandas, problemas e expectativas. É a integração das partes num todo dentro da teia existente na vida.</p>	<p>O projeto Sala Verde promove a capacitação de coletivos educadores, além de oferecer subsídios materiais para contribuir com a didática nas atividades do Zoo de Brasília. Além disso, a Educação Ambiental da FJZB integrará, em seu novo projeto, ações de contexto multidisciplinar que abrangerá contextualização global de temas voltados para a sustentabilidade.</p>
<p><i>Dimensão da Comunicação:</i></p>	<p>Ressalta a necessidade da democratização da informação, trazendo aspectos da comunicação institucional, mas, também a educomunicação na intencionalidade educadora que requer o protagonismo dos sujeitos como produtores críticos e criativos da informação.</p>	<p>Estrutura de equipe de Educadores ambientais para a ação intencional de Educação Ambiental.</p>
<p><i>Dimensão Institucional:</i></p>	<p>Envolve a capacidade institucional, destacando-se a infraestrutura, orçamento, equipe, dispositivos jurídicos de fortalecimento da EA e programas institucionais estabelecidos, além do monitoramento e avaliação como necessidade de controle social, revisão e aprimoramento permanente e continuado.</p>	<p>Junção de forças institucionais entre FJZB, SEEDF e MMA para fortalecimento da Sala Verde no Zoo com a utilização de projetos para as escolas do DF.</p>

Fonte: Dados compilados a partir de dados de RAYMUNDO (2017)

No próximo capítulo será apresentado o Projeto Político Pedagógico para a Fundação Jardim Zoológico de Brasília que considerará a Sala Verde como espaço de Educação Ambiental enquanto suplemento de ações em ambiente não formal de aprendizagem para as escolas do Distrito Federal.

Foi considerado o levantamento histórico da instituição por meio de documentos públicos e pesquisas acadêmicas e ainda dos entraves para a Sala Verde implantar o projeto nas diversas regiões brasileiras.

O projeto político pedagógico para a FJZB aqui proposto conta com temas estratégicos para a abordagem transversal da Educação Ambiental de forma ainda a considerar a subjetividade de cada educando e sua contribuição enquanto multiplicador das aprendizagens ali vivenciadas

A construção do projeto político para a Educação Ambiental da FJZB promove a participação no planejamento participativo para a sensibilização e ação coletiva, que levará o documento à possuir o caráter democrático e flexível para futuras adequações pertinentes ao currículo escolar.

CAPÍTULO IV – O PRODUTO: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA.

4.1 Apresentação

O Projeto Político Pedagógico da Educação Ambiental da Fundação Jardim Zoológico de Brasília nasceu da inquietude para o fazer pedagógico, a partir da observação participante da pesquisadora, enquanto pedagoga da instituição no período de fevereiro de 2017 e junho de 2018.

Ao observar que os projetos da Diretoria de Educação Ambiental eram realizados por uma equipe de profissionais chamados de Recreatores, partiu a ideia de formatar as ações recreativas em atividades contextualizadas para o aprendizado intencional e metodológico em um espaço não formal de ensino.

Nesse período em que atuou na instituição elaborando os planejamentos didáticos para as atividades na diretoria de museologia do Zoo, foi possível analisar e constatar que a instituição necessitaria de equipe capacitada para que as aprendizagens tivessem maior significado e melhor proveito ao receber instituições de ensino que visitavam o parque. Mas como capacitar profissionais sem um documento que designasse os parâmetros da educação ambiental e ainda norteasse as ações da equipe?

Por meio do projeto Sala Verde – parceria com o Ministério do Meio Ambiente – o Zoo de Brasília designaria espaço próprio para desenvolver a educação ambiental, aproveitando ainda todo espaço da área de preservação na qual dispõe para receber escolas, visando, portanto, a ecopedagogia e também a capacitação de docentes para a educação ambiental em ambiente não formal.

4.2 O Projeto Político pedagógico

Identificação do projeto:

A gestão do projeto Sala Verde na FJZB será de competência da Diretoria de Educação Ambiental da unidade de conservação, que será supervisionada pela Superintendência de Educação e uso público, conforme fluxo orgânico da instituição.

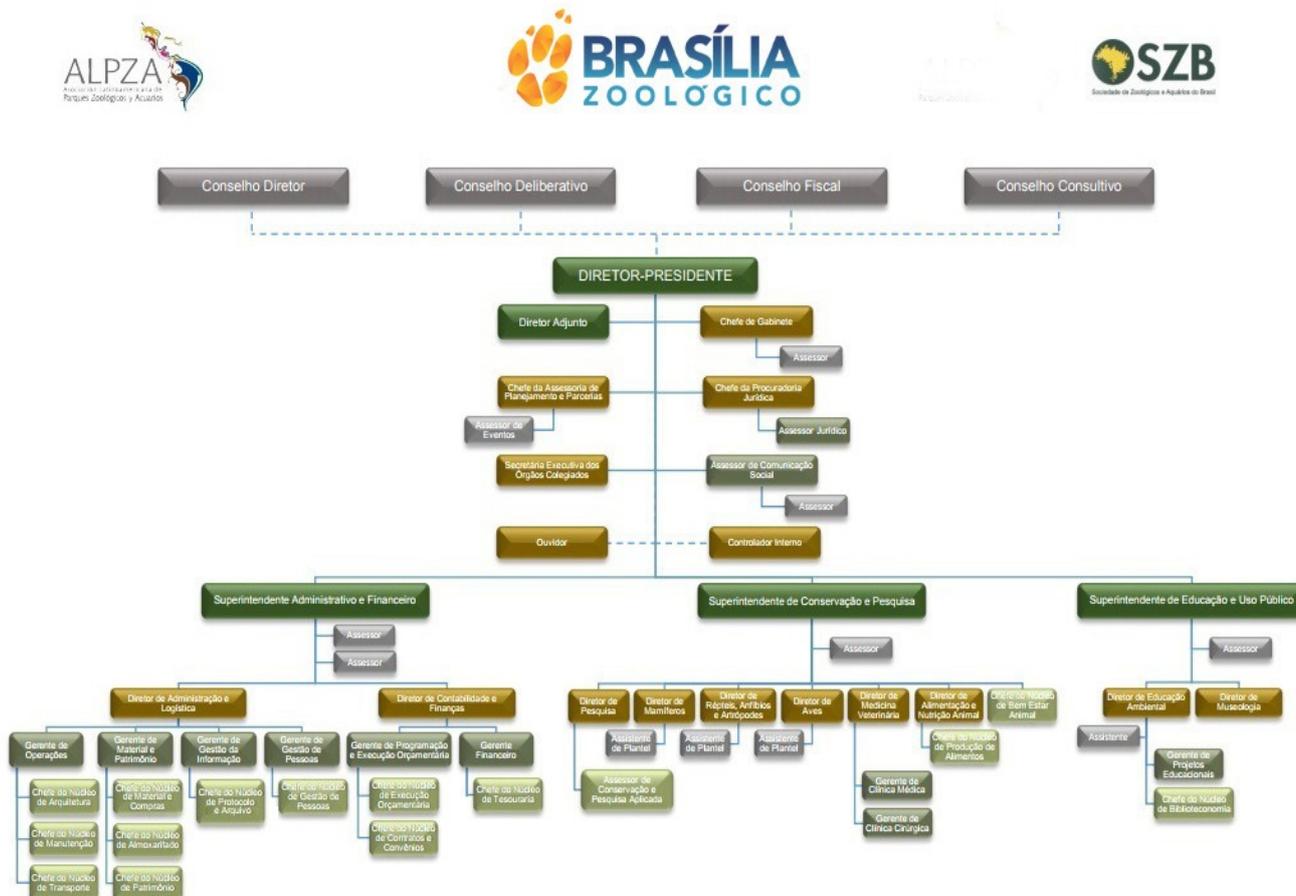
A FJZB se reconhece como uma instituição socioambiental que tem foco no desenvolvimento de projetos voltados para a preservação e conservação da fauna brasileira, bem como ações em Educação Ambiental. Na esfera burocrática, é vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA

Na Fundação Jardim Zoológico de Brasília, o projeto de Educação Ambiental seguirá seus normativos institucionais e agregará a Sala Verde, designada enquanto espaço físico, para as ações previstas em projeto político pedagógico para se tornar um espaço socioambiental referência em formação e informação ambiental.

O projeto da verde do Ministério do Meio Ambiente – MMA – é conceituado como

[...] um espaço definido, vinculado a uma instituição pública ou privada, que poderá se dedicar a projetos, ações e programas educacionais voltados à questão ambiental. Deve cumprir um papel dinamizador, numa perspectiva articuladora e integradora, viabilizando iniciativas que propiciem uma efetiva participação dos diversos segmentos da sociedade na gestão ambiental, seguindo uma pauta de atuação permeada por ações educacionais, que caminhem em direção à sustentabilidade. (BRASIL/MMA 2019)

Figura 10: Organograma Zoológico de Brasília



Fonte: Site FJZB 2019

4.3 Histórico e justificativa

No Estatuto da Fundação Jardim Zoológico de Brasília consta que esta foi instituída nos termos da Lei n.º 1.813, de 30 de dezembro de 1997 como entidade da Administração Indireta vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA, com regime jurídico de direito público, dotada de patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira. (BRASIL, Art.3º

INSTRUÇÃO Nº 57, 13/12/2016)¹⁵. No documento do Zoo de Brasília contém ainda a Missão de transformação das áreas referidas no art. 2º deste Estatuto em um centro de excelência voltado para a conservação, a pesquisa, a educação e o lazer. (Ibidem, Art.6º, 2016).

Por sua vez, o Projeto Sala Verde do Ministério do Meio Ambiente dinamiza as ações para a educação ambiental no ambiente não formal de ensino de forma que colabora para a efetivação de projetos na FJZB.

O Projeto Sala Verde, coordenado pelo Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA), consiste no incentivo à implantação de espaços socioambientais para atuarem como potenciais Centros de informação e Formação ambiental. A dimensão básica de qualquer Sala Verde é a disponibilização e democratização da informação ambiental e a busca por maximizar as possibilidades dos materiais distribuídos, colaborando para a construção de um espaço, que além do acesso à informação, ofereça a possibilidade de reflexão e construção do pensamento/ação ambiental. Sala Verde é um espaço definido, vinculado a uma instituição pública ou privada, que poderá se dedicar a projetos, ações e programas educacionais voltados à questão ambiental. Deve cumprir um papel dinamizador, numa perspectiva articuladora e integradora, viabilizando iniciativas que propiciem uma efetiva participação dos diversos segmentos da sociedade na gestão ambiental, seguindo uma pauta de atuação permeada por ações educacionais, que caminhem em direção à sustentabilidade. A Fundação Jardim Zoológico de Brasília atende demandas de instituições subsidiando com ações de educação ambiental e aumentando a visibilidade aos espaços de ensino não formais. (GDF/FJZB, 2018)

Para a Educação Ambiental, promover o aprendizado em ambiente não formal de ensino, a legislação brasileira é clara quanto aos objetivos do eixo transversal de ensino no ambiente não formal. A ideia de complementaridade nos conteúdos não se esgota nos conteúdos do ensino formal, para, além disso:

O trabalho de Educação Ambiental deve ser desenvolvido a fim de ajudar os alunos a construir uma consciência global das questões relativas ao meio para que possam assumir posições afinadas com os valores referentes à sua proteção e melhoria. Para isso é importante que

possam atribuir significado àquilo que aprendem sobre a questão ambiental. E esse significado é resultado da ligação que o aluno estabelece entre o que aprende e a sua realidade cotidiana, da possibilidade de estabelecer ligações entre o que aprende e o que já conhece, e também da possibilidade de utilizar o conhecimento em outras situações. (BRASIL, PCN, 1997. p.35)

Dessa forma, o currículo do ensino formal encontra espaço e dinamismo na parceria entre o Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Educação do DF e a FJZB, que atenderia às demandas educacionais cumprindo assim uma de suas missões previstas em estatuto na busca de subsistência e, inclusive, de recursos financeiros úteis às adequações de atendimento ao público.

[...] a maior parte dos PPP locais, regionais, municipais – e mesmo os de porte nacionais (tais como LDB e PNE) que envolveram segmentos da sociedade brasileira – teve curta duração, foram excluídos, diluídos ou assimilados e descaracterizados pelo Estado. Diferente das propostas do Banco Mundial e da atual LDB, os PPP mais duradouros foram financiados pelos poderes públicos municipais ou estaduais, mantiveram certa autonomia pedagógica, mas não foram fragmentados por escola e sim entrelaçados aos movimentos sociais, sindicais e acadêmicos. (ROSSI, 2005. pg. 948)

Com isso, o uso do jardim zoológico na Educação, pode ser considerado um local de aprendizagem e que pode contribuir para complementação dos currículos escolares (WAZA, 2015). Ainda segundo essa Associação, o ideal seria que a Educação permeasse todos os aspectos das atividades nos jardins zoológicos, pois se tratam de ambientes que atraem um número muito elevado de visitantes em todo o mundo, e com isso,

[...] descobriu que um número significativo de pessoas encerra a sua visita com maior compreensão da biodiversidade e um maior conhecimento das ações que ajudam a proteger a biodiversidade. Estes resultados são a evidência mais convincente até agora de que as visitas aos jardins zoológicos e aquários contribuem para aumentar o número de pessoas que entendem a biodiversidade e sabem das ações que podem tomar para ajudá-la [...] (WAZA, 2015, p. 48).

Com a ecopedagogia, a educação ambiental pode ser incorporada aos programas dos zoológicos, enquanto ambientes não formais de aprendizagem,

como um processo permanente, dinâmico e integral que viabiliza a relação do indivíduo com seu entorno, proporcionando, portanto, a construção de uma cultura ambiental por meio da educação para o desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável tem um *componente educativo* formidável: a preservação do meio ambiente depende de uma consciência ecológica e a formação da consciência depende da educação. É aqui que entra em cena a ecopedagogia. Ela é uma pedagogia para a *promoção da aprendizagem do sentido das coisas a partir da vida cotidiana*. Encontramos o sentido ao caminhar, vivenciando o contexto e o processo de abrir novos caminhos; não apenas observando o caminho. É, por isso, uma pedagogia democrática e solidária. (GADOTTI, p 89. 2001)

4.4 Missão

Promover a Educação Ambiental na Fundação Jardim Zoológico de Brasília – FJZB – visando à sustentabilidade como reflexo nas ações sociais do público participante.

São os objetivos específicos:

- Tornar a Sala Verde do Zoo referência no Distrito Federal para o trabalho com educação ambiental estimulando o sentimento de pertença e responsabilidade diante das questões socioambientais;
- Promoção da Educação Ambiental e ensino de ciências no espaço não formal de forma complementar ao currículo escolar e parceria com a SEEDF;
- Uso da Sala Verde para possíveis capacitações, cursos e intervenções educativas e que possam contribuir como multiplicadores para a sustentabilidade, ou seja, capacitar professores para a ação em educação ambiental em ambiente não formal, disponibilizando a Sala Verde e utilizando dos recursos disponíveis nas plataformas EAD do site do MMA;
- Agregar os projetos oferecidos pela FJZB que focam a Educação Socioambiental, oferecendo espaços educativos para a troca de informações, reflexão, e a crítica para a construção de coletivos de educadores;

4.5 Programação de ações e metas e espaço físico:

Na FJZB há um espaço, composto por uma edificação denominada “Espaço Água” o qual faz parte do edital da sala verde do Ministério do Meio Ambiente. Esse espaço se encontra atualmente ocupado por animais recém-nascidos em situação de tratamento específico para voltarem ao convívio em habitat.

Há ainda uma biblioteca composta com acervo diversificado que comporta visitantes em atividades programadas e que faz parte das visitas voltadas para a educação ambiental do parque.

A FJZB promoverá a capacitação de professores mediadores por meio dos recursos disponíveis pelo Ministério do Meio Ambiente do Projeto sala verde, conforme consta no site no endereço: com o Programa Nacional de Formação e Capacitação de Gestores Ambientais – PNC - ou ainda em ead.mma.gov.br.

A FJZB fornecerá espaço em estrutura mínima prevista no edital nº 1/2017 do Ministério do meio Ambiente para a Sala Verde, como também o próprio acervo de materiais que contém obras dentre, apostilas, manuais, cartilhas, revistas, gibis, CD e DVD voltados para o meio ambiente e a EA, além de equipamentos eletrônicos – como rádio televisão, computadores, impressora, Data show, tela para projetor e câmeras digitais para registros, materiais de escritório para o desenvolvimento artístico e de outras atividades (papel sulfite, canetas esferográficas, cartolinas, caneta hidrocor, giz de cera, lápis e borracha. A FJZB terá ainda espaços em área aberta para atividades artísticas e culturais.

A FJZB promoverá os projetos de educação ambiental com equipe contendo quadro de profissionais habilitados para o ensino como pedagogos e biólogos licenciados, os quais ficarão incumbidos de planejar e promover as ações pedagógicas.

Conforme atividades sugeridas em Apêndice 4 – Projeto Trilha dos Sentidos – a diretoria de Educação Ambiental do Zoo realizará levantamento de recursos, reformas ou construção de espaços para designar os projetos.

4.6 Do planejamento das ações:

As atividades serão planejadas considerando o agendamento prévio das escolas bem como as especificidades da turma de educandos. Os temas, competências e valores a serem contemplados da seguinte forma:

1- Temas:

- a. Ética e cidadania para a sustentabilidade e preservação;
- b. Alterações climáticas;
- c. Biodiversidade e conservação ambiental;
- d. Água.

2- Competências:

- a. Pensamento reflexivo para ser crítico e criativo;
- b. Saber lógico e prático para a ciência e tecnologia;
- c. Bem-estar, saúde e ambiente;

3- Valores:

- a. Curiosidade, reflexão e inovação;
- b. Cidadania e participação.

4.7 Das ações extras

O projeto Sala Verde no Zoo de Brasília também promoverá capacitação de professores da rede de ensino pública e privada para a Ecopedagogia, por meio de consultoria que o Ministério do Meio Ambiente proporciona.

1. Consultoria técnica para a produção de conteúdos e proposta pedagógica para contribuir com processo de formação em educação ambiental para integrantes de salas verdes, estruturas e espaços que atuam com processos educativos, envolvendo atividades presenciais e à distância, no âmbito das ações de formação e capacitação desenvolvidas pelo Departamento de Educação Ambiental da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

do Ministério do Meio Ambiente – DEA/SAIC/MMA.
- Documento técnico contendo proposta pedagógica de processo formativo semipresencial para integrantes de salas verdes, coletivos educadores, coletivos jovens e outros espaços e estruturas educadoras, bem como estrutura de tópicos do roteiro, metodologia de formulação e definição dos conteúdos a serem desenvolvidos. (BRASIL, MMA 2019).

META 1: Organização da Biblioteca para atender às atividades

Atividade 1.1: Primeiramente a biblioteca e a sala verde serão adaptadas e organizadas para a implantação do espaço oficial da Sala Verde, a qual envolverá toda a equipe durante essa preparação.

Atividade 1.2: Organizar o acervo, cadastrando-os em nossos programas e arquivos digitais.

META 2: Solicitação de recursos materiais para o Ministério do Meio Ambiente.

Atividade 2.1: O projeto sala verde disponibiliza Banners para identificação da nova sala verde.

META 3: Divulgação da Sala Verde e agendamentos.

Atividade 3.1: As divulgações serão feitas no site institucional do Zoológico e ainda em parceria com Secretaria de Educação e Secretaria de Meio Ambiente em seus ambientes virtuais.

Atividade 3.2: Após a divulgação da Sala Verde, será possível começar a visitação pelo público geral e os agendamentos pelas escolas públicas para a participação das mesmas em oficinas de EA no espaço.

META 4: Elaboração de um Banco de Dados

Atividade 4.1: A partir dos primeiros contatos e agendamentos para as atividades da Sala Verde, será feito a sistematização de um banco de dados, contendo todos esses contatos.

META 5: Oficinas de EA

Atividade 5.1: As oficinas serão planejadas e executadas de acordo com a demanda dos agendamentos e as necessidades do público alvo, podendo abordar os diversos temas socioambientais por meio de vídeos, palestras, cursos, oficinas de arte e educação, roda de leitura e dinâmicas. Tais atividades serão realizadas pelo menos 1 vez por semana.

META 6: Monitoramento e Relatórios das atividades

Atividade 6.1: O monitoramento será constante durante todas as atividades, sendo que o da equipe ocorrerá de dois em dois meses.

Atividade 6.2: Os relatórios serão escritos também a cada dois meses para poder desenvolver o Relatório Anual posteriormente para a Diretoria de Educação Ambiental do Zoo – DEAM.

4.8 Mapeamento e Identificação dos Recursos:

Para que o projeto Sala Verde do Zoo de Brasília se mantenha ativo, se faz necessário o levantamento de recursos disponíveis e previstos para a realização das atividades planejadas.

Esse levantamento requer periodicidade e acompanhamento por parte da Diretoria de Educação Ambiental do Zoo sob forma de relatórios bimestrais, acompanhando os ciclos de atendimentos às escolas.

4.9 Atividades Sugeridas

Projeto Trilhas dos Sentidos
Fundação Jardim Zoológico de
Brasília

Atividade sensorial

Figura 1: Atividade Sensorial com criança cega.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Para promover a educação ambiental com imersão nos sentidos humanos para então perceber o mundo à sua volta e refletir como nos sentimos na interação sem utilizar um dos sentidos, como o da visão, antes falemos de uma médica e educadora que nasceu na Itália, em 1870 e morreu em 1952, na Holanda, Maria Montessori.

Dedicou-se às crianças que a sociedade excluía, devido às variadas deficiências que apresentavam. Montessori foi a primeira

mulher à se formar em medicina pela Universidade de Roma e isso a ajudou à utilizar seus métodos e, com isso, obtinha resultados expressivos no desenvolvimento educacional nas crianças

A proposição de Maria Montessori foi que o ambiente fornecido às crianças normais não poderia ser o de uma escola comum, pois esta não possui um ambiente planejado e prendem-se a características psicológicas que não são da criança e sim dos adultos. A atitude mais justa seria criar um ambiente adequado, cercado de objetos que auxiliassem a criança, eliminando os elementos que lhe fossem prejudiciais, no qual pudesse realmente se preparar para a vida. Segundo MONTESSORI, "O método de observação há de fundamentar-se sobre uma só base: a liberdade de expressão que permite às crianças revelar-nos suas qualidades e necessidades, que permaneceriam ocultas ou recalçadas num ambiente infenso à atividade espontânea" (MONTESSORI, p. 42, 1965)

MONTESSORI, Maria. Pedagogia Científica. SP, Flamboyant, 1965. p. 42.

O Método Montessori teve como principal objetivo, as atividades motoras e sensoriais e, por meio de atividades sensoriais em ambiente não formal de ensino, instigaria a criança a descobrir por si, novas sensações e, com isso, despertará consciência de seu corpo ao interagir com o meio.

Educação estereognóstica:

Estereognosia é a habilidade de reconhecer ou identificar a forma e os contornos dos objetos através do tato. Categoria: Sistema nervoso, ou seja, o reconhecimento de objetos pelos sentidos musculares e táteis, através de exercícios feitos com os olhos fechados.

A sensibilidade tátil contribui para o adequado desenvolvimento neuropsicomotor, possibilita a compreensão do sujeito sobre seu próprio corpo e também de suas ações e explorações sobre os objetos, as pessoas e o meio ambiente. (SHISHIDO E TOYODA, 2013)

Por fim, existem outros métodos e conhecimentos aplicados às teorias Montessorianas, mas, por hora, nos atentaremos apenas aos conceitos supracitados por ser foco de atividades a serem desenvolvidas na Fundação Jardim Zoológico de Brasília no âmbito do espaço não formal de aprendizagem.

A TRILHA DOS SENTIDOS

Trata-se de experiência de interação com o meio pelos sentidos táteis, considerando a acessibilidade das pessoas com necessidades especiais e idosos como público ativo na atividade.

Baseada numa experimentação de privação dos sentidos e de mobilidade, a Trilha Sensorial consiste em percursos onde são explorados diversos tipos de interações, sensações, aromas e experiências.

A Trilha dos Sentidos, possibilita um passeio entre objetos recolhidos da natureza como folhas, sementes, galhos, além de penas do acervo do Museu para ser percorrido a pé e com os olhos vendados.

Neste percurso a pessoa poderá explorar elementos que fazem parte do seu cotidiano como texturas, aromas, temperaturas, ruídos e cores que provocam diversas experiências sensoriais.

Utilizando diversos materiais como plástico bolha, cascalho, areia, papel, madeira, grama, junto com sons e ruídos, estímulos visuais, aromas e temperaturas variadas, iremos provocar reações e estimular os sentidos e a orientação espacial.

Proposta de construção de jardim dos sentidos para realização desta atividade.

CAIXA SENSORIAL

Trata-se de dinâmica elaborada à partir da investigação pelo tato. Caixas de madeira são disponibilizadas paralelamente e, dentro de cada caixa existe um objeto à ser explorado. A caixa possui uma fenda na parte de cima e um tecido reveste a borda da fenda, de forma que o participante não visualiza o conteúdo no interior da caixa.

TRILHA DE ACESSIBILIDADE

Compondo o primeiro percurso está a Trilha de Acessibilidade, onde uma pessoa, em uma cadeira de rodas, percorre um trajeto por diversos tipos de objetos recolhidos da natureza, sendo conscientizada pelas dificuldades de acessibilidade, vivenciadas no seu dia a dia do deficiente.

A principal dificuldade colocada pelos deficientes é a acessibilidade.

A pessoa irá percorrer com uma cadeira de rodas, uma trilha num espaço pequeno, pois o importante é elaborar o trajeto de maneira que a qualidade da atividade esteja em primeiro lugar, uma vez que o tempo é relativo para cada pessoa em sua especificidade da deficiência. Ao final da trilha, a pessoa poderá dar sugestões do que poderia ter sido feito para facilitar o percurso ou mesmo qual opinião tem à respeito do que vivenciou.

SAFARI SENSORIAL

O terceiro percurso, o Safári Sensorial, conta com o apoio do Acervo do Museu de Ciências Naturais do Zoo de Brasília, e explora a interação das pessoas com diversas espécimes da fauna mundial taxidermizados. Dentro de um espaço que recria a natureza, com água, plantas, flores naturais e seus sons e aromas a pessoa entrará em um mundo imaginário.

OFICINAS PEDAGÓGICAS

No final do Safari Sensorial, estão as oficinas pedagógicas, onde as pessoas poderão trabalhar em diversas atividades direcionadas a sua experiência sensorial.

A primeira atividade será de aromas. A cada degustação e manipulação do produto, a pessoa terá que identificá-lo. Essa etapa ocorrerá com folhas e ervas naturais e que não provocam urticárias. Previamente será realizada investigação de algum integrante apresentar alergias ou restrições.

A segunda atividade, será a descrição dos objetos a serem manipulados, textura e a abordagem da memória visual.

E por último a pessoa terá que descrever relatos, sobre as dificuldades do percurso e das experiências em geral.

RECURSOS DIDÁTICOS

Local: Sala da Reserva técnica do Museu de Ciências Naturais do Zoo BsB;

- 1 Aparelho de som com MP3 para som dos animais;
- 2 Fichas de atividades para colorir;
- 3 Fichas para descrição dos relatos;
- 4 Giz de cera;
- 5 Lápis de Cor;
- 6 Tinta guache;
- 7 Pincel;
- 8 Cartolina branca A3 (trabalho em grupo) ;
- 9 Folha A4 branca (para impressão de fichas para descrição dos relatos e impressão de atividades para colorir).

4.10 Estratégias de monitoramento e avaliação

A avaliação e o monitoramento serão contínuos de acordo com o desenvolvimento das atividades de EA, sendo que todo esse processo será registrado por meio de relatórios qualitativos e quantitativos e registros fotográficos, onde todas as informações coletadas serão analisadas e interpretadas, gerando um banco de dados para o relatório final.

A observação também faz parte da avaliação, pois cada pessoa assimila e interpreta as informações em velocidades e formas distintas, conforme a sua cultura, as suas experiências vivenciais, o seu estado emocional e as suas necessidades atuais. Dessa forma é possível compreender melhor o indivíduo, valorizá-lo e estimular o seu processo de aprendizagem, respeitando o seu desempenho e podendo planejar os próximos passos das atividades. Outra forma de avaliação será a da própria equipe, mapeando e acompanhando o desenvolvimento desta para o crescimento da qualidade educativa da instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pesquisar a estrutura organizacional do Zoo de Brasília, foi visualizada a possibilidade de dinamizar e organizar a Diretoria de Educação Ambiental, já que está previsto em estatuto próprio, no âmbito das competências.¹⁶ Associado a isso, de acordo com o Art. 9º (BRASIL,1997. PCN, p.15), a escola pode procurar estratégias para adaptar os conteúdos curriculares às especificidades de aprendizagem de cada educando. Além disso, o professor possui a liberdade de dinamizar seu plano de ensino para atender ao currículo formal, agregando espaços não formais de aprendizagem. Aliado ao interesse das escolas, as instituições de preservação ambiental também possuem previsão de promoção de espaços para a Educação Ambiental.

Essa integração entre instituições já ocorre, a exemplo do Projeto Parque Educador que possui parceria entre Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA e o Instituto Brasília Ambiental – IBRAM. A SEEDF sede professores para realizarem a Educação Ambiental em parques ecológicos, exclusivamente para crianças das escolas públicas do DF.

Esta pesquisa conclui que a estrutura de Educação Ambiental da FJZB passou por um período sem funcionários para as ações em educação ambiental e, a solução encontrada por eles foi agregar seus profissionais tratadores de animais à equipe dos projetos de educação ambiental que era composta, até então, por uma gestora e duas supervisoras. O portal do voluntariado do GDF também forneceu alguns voluntários que contribuíram para as atividades em EA no parque. No entanto, essa solução temporária

16 - A Superintendência de Educação e Uso Público (Sueup) da Fundação Jardim Zoológico de Brasília, subordinada ao Gabinete, é responsável pela criação, planejamento, organização, coordenação e execução de projetos educacionais desenvolvidos pela fundação que promovem o acesso da população ao conhecimento voltado para as questões ambientais, atendendo aos interesses e as necessidades do público visitante. Para divulgar este trabalho, cabe a Sueup promover o intercâmbio para as relações institucionais com outros órgãos, instituições e entidades. (GDF, FJZB. 2019) Disponível em: <http://www.zoo.df.gov.br/competencias/> Acesso em: 29/07/2019

ainda não atendia às necessidades de atendimento ao público escolar e público diverso no Zoo.

Esta pesquisa não encontrou nenhum documento próprio da diretoria de EA, que organiza seus projetos, dessa forma, realizar um Projeto Político Pedagógico para a FJZB, que utiliza a Sala Verde como espaço não formal de aprendizagem, tem o objetivo de fornecer diretrizes metodológicas para o Zoo atender às escolas do Distrito Federal, tanto com atividades lúdicas e interativas com os estudantes, como também se tornar referência na capacitação de educadores ambientais.

Para a realização de um projeto exitoso em educação ambiental na FJZB, é relevante que:

- O órgão reformule a estrutura quanto aos profissionais designados para as atividades nos projetos realizando parceria com a SEEDF;
- É imediata também a reforma da estrutura que receberá a Sala Verde para que as ações ocorram com o aporte do Ministério do Meio Ambiente;
- Diálogo mais estreito e ação conjunta entre a FJZB e o MMA quanto à implantação da Sala Verde;
- Planejamento participativo entre os gestores da Educação Ambiental do Zoo para a implementação do Projeto Político Pedagógico aqui sugerido.

Um novo projeto se faz imediato, pois no Estatuto da FJZB – Instrução No 57, de 13 de setembro de 2016 – a Educação Ambiental está dentre suas metas no art. 7º:

II. Promover a conscientização ecológica dos visitantes por meio da manutenção de programas interativos de educação ambiental que permitam o envolvimento e a participação do usuário nas atividades, programas e projetos da entidade

Além disso, o Zoo tem seu art. 8º, do mesmo estatuto, a finalidade de levantar recursos para autossuficiência econômica:

II. Alcançar a autossuficiência econômica por eficiente administração dos recursos materiais do seu patrimônio e

pela captação e arrecadação de recursos financeiros a serem utilizados no cumprimento de suas finalidades e objetivos. (GDF, 2016).

IX. Pesquisar, desenvolver e difundir novas metodologias voltadas à educação ambiental em seus diversos aspectos

Se pensar em uma estrutura de projeto para EA que arrecada recursos financeiros para o Zoo, teria então que tornar os projetos chamativos e eficientes para que o público, provindo de escolas particulares, pudesse utilizar essa estrutura educacional. Assim, o Zoo deverá dispor de equipe profissional capacitada para atender aos projetos e reorganizar sua estrutura institucional fortalecendo vínculos com a SEEDF e MMA.

Ao sugerir que a FJZB realize a Educação Ambiental com o aporte de educadores provindos da SEEDF, infere-se que essa educação se apoiará em estruturas metodológicas para a aprendizagem significativa do ensino formal em espaço não formal de aprendizagem.

Visto, portanto, que este trabalho visa a implementação de um projeto de EA para o Zoológico em parceria institucional entre a Fundação Jardim Zoológico de Brasília, Ministério do Meio Ambiente e Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, faz-se necessário, primeiramente, formalização de uma estrutura de gestão para que não se altere a cada mudança de governo ou contrato licitatório, de forma a atender permanentemente às escolas do DF.

REFERÊNCIAS

- AGENDA 21. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21> Acesso em 05/04/2019.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 1998.
- ANGELIM, Maria Luiza Pereira, REIS, Renato Hilário dos, BRUZZI, Rita Carolina Vereza, A Pesquisa-Ação no PROEJA-Transiarte. In: Proeja-transiarte: construindo novos sentidos para a educação de jovens e adultos trabalhadores. / Renato Hilário, Remi Castioni, Lúcio Teles, organizadores. Brasília: Verbena, 2012. 228p.
- AUSUBEL, D.P. A Aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel. São Paulo: Moraes, 1982.
- AUSUBEL, D. P. *Psicologia Educacional*. Rio de Janeiro: Editora Interamericana. 1980.
- AZAB – Associação de Zoológicos e Aquários no Brasil, Quem somos. 2018. Disponível em: <https://www.azab.org.br/more/1> Acesso em 20/04/2019.
- BARBIER, R. A pesquisa-ação. Trad. Lucie Didio. Brasília: Liber Livro, 2002.
- BEZERRA, Ada Augusta Celestino; TANAJURA, Laudelino Luiz Castro; Rev. Eletrônica Pesquiseduca, Santos, v. 07, n. 13, p.10-23, jan. - jun. 2015
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 05/04/2019;
- BRASIL. Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária – EMBRAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Embrapa e Jardim Zoológico de Brasília firmam parceria em prol da conservação de animais silvestres do cerrado 2019. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/18145899/embrapa-e-jardim-zoologico-de-brasilia-firmam-parceria-em-prol-da-conservacao-de-animais-silvestres-do-cerrado> Acesso em: 19/05/2019.
- BRASIL. Lei N° 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm Acesso em: 02/04/2019;
- BRASIL. Lei N° 9795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental.
- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais – Meio Ambiente. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. MEC – Ministério da Educação, CAPES – 2019 *Encyclopedia Britannica, Inc.* Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=75091> Acesso em 20/04/2019.
- BRASIL. MMA – Ministério do Meio Ambiente. Projeto Salas Verdes – 2019. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/educocomunicacao/salas-verdes#projeto>. Acesso em 26/05/2019.
- BRASIL. MMA – Ministério do Meio Ambiente. SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E CIDADANIA AMBIENTAL DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PROJETO SALAS VERDES CHAMADA N° 01/2017 – CRIAÇÃO DE NOVAS SALAS VERDES.
- BRASIL. MMA – Ministério do Meio Ambiente. A carta da Terra. 2000. Disponível em: . Acesso em: 23/06/2019.

- BRASIL. GDF – Governo do Distrito Federal, SEI/GDF – 16123439 – Termo de Referência, 2018. Disponível em: http://www.zoo.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/SEI_GDF-16123439-Termo-de-Refer%C3%Aancia.pdf Acesso em: 18/07/19.
- BRASIL. GDF – Governo do Distrito Federal, Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, Fundação Jardim Zoológico de Brasília – FJZB. INSTRUÇÃO Nº 57, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016. Disponível em: <http://www.zoo.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Instru%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-57-de-13-de-setembro-de-2016-Estatuto-da-Funda%C3%A7%C3%A3o-Jardim-Zool%C3%B3gico-de-Bras%C3%ADlia.pdf> . Acesso em: 14/05/2019.
- BRASIL. GDF – Governo do Distrito Federal, Agência Brasília. Sítio do GDF – 2018. Disponível em: <http://www.df.gov.br/?s=zoo> . Acesso em: 19/05/2019.
- BRASIL. GDF – Governo do Distrito Federal, Agência Brasília. Dicionário de Dados – Projetos/Serviços da FJZB Sítio do GDF/Zoológico de Brasília – 2018. Disponível em: <http://www.zoo.df.gov.br/atendimentos-realizados-por-projetos-servicos-de-educacao-ambiental-da-fjzb/dicionario-de-dados-projetos-servicos-fjzb/> Acesso em: 24/06/2019.
- BRASIL. GDF – Governo do Distrito Federal, Sistema Eletrônico de Informação – SEI. Termo de referência número 16123439 /2018. Disponível em: <http://www.zoo.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/Contrato06-2019.pdf> Acesso em 20/06/2019.
- BRASIL. GDF – Governo do Distrito Federal, Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – IBRAM Gerência de Programas de Educação Ambiental – GEPEA. 2016. Disponível em: <http://www.ibram.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Carta-de-Servi%C3%A7os-IBRAM-completa-revis%C3%A3o-jan-2018.pdf> Acesso em: 17/07/2019.
- BRITO, A.G., ELIANE, A.L.J., GUIMARÃES, M., O Veneno do Saber. Construindo conhecimento no serpentário do Jardim Zoológico de Brasília. Dissertação PPG/UnB, Volume 7, 2012.
- BROAD, S., WEILER, B. *Captive animals and interpretation – A tale of two tiger exhibits*. The Journal of Tourism Studies 9(1):14-27. 1998.
- CAPRA, Fritjof. O ponto de mutação. 26. ed. São Paulo: Cultrix, 2006, p.447.
- CARSON, Rachel. Primavera Silenciosa. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1964.
- CARNEIRO, JD., ROCHA, MSPML. *Educação não formal e avaliação: possibilidades, limites e desafios*. Educação Unisinos, Volume 17(2):102-113, maio/agosto 2013.
- CRBio. Conselho Regional de Biologia 4ª Região – MG, GO, TO, DF – *Entrevista: Gerson Norberto, presidente do 42º congresso SZB*. 2018. Disponível em: http://crbio04.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2359%3Aentrevista-gerson-norberto-presidente-do-42o-congresso-da-szb&catid=1%3Alatest-news&Itemid=165 Acesso em: 20/04/2019.
- CRUTZEN, P.J. “Geology of Mankind”, in nature, 415, 23, 2002.
- EL ANDALOUSSI, K. Pesquisas-ações: ciências, desenvolvimento, democracia. São Carlos: Edufscar, 2004.
- FALS BORDA, O. Conocimiento y poder popular: lecciones con campesinos de Nicaragua, México y Colombia. Bogotá: Siglo XXI, 1986.
- FREIRE, P. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia – Saberes necessária à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).
- GADOTTI, M. Pedagogia da terra: Ecopedagogia e educação sustentável. Em: Paulo Freire y la agenda de la educación latinoamericana en el siglo XXI.

- CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2001. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101010031842/4gadotti.pdf> Acesso em: 23/06/2019.
- GADOTTI, M. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- GADOTTI, Moacir. *Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008
- GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social-5. ed.-São Paulo: Atlas, 1999.
- GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal e cultura política*. São Paulo: Cortez, 1999. (Questões da nossa época, n. 71).
- GOHN, Maria da Glória. Educação não formal na pedagogia social. In: *I congresso internacional de pedagogia social*, 1. 2006.FE/USP, Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100034&script=sci_arttext Acesso em: 13 de abril de 2019.
- GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal e o educador social. Atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. São Paulo: Cortez, 2010. 104p.
- GUIMARAES, Mauro; VASCONCELLOS, Maria das Mercês N. Relações entre educação ambiental e educação em ciências na complementaridade dos espaços formais e não formais de educação. *Educ. rev.*, Curitiba, n. 27, p. 147-162, junho 2006. Acesso em: 07 de maio de 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-40602006000100010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt Acesso em: 26/06/2019.
- GUTIÉRREZ, Francisco e Cruz Prado R. *Ecopedagogía y ciudadanía planetaria*. Heredia, Costa Rica, Editorialpec, 1997.
- Instituto Paulo Freire, A CARTA DA TERRA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO Primeiro Encontro Internacional – São Paulo, 23 a 26 de agosto de 1999.
- LAYRARGUES; P.P. Crise ambiental e suas implicações na educação, 2002.
- LEWIN, K. Action research and minority problems. *Journal of Social Issues*, Malden v. 2,n. 2,p. 34-36, 1946.
- LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos. *Educar*, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001. Editora da UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n17/n17a12.pdf> Acesso em: 20/06/2019.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, E. D. A. *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1986.
- MENCH, J. A.; KREGER, M. D. *Ethical and Welfare Issues Associated with Keeping Wild Mammals in Captivity*. In KLEIMAN, Devra G. *Wild Mammals in Captivity – Principles and Techniques*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 5-13, 1996.
- MONTESSORI, Maria. *Pedagogia Científica*. SP, Flamboyant, 1965. p. 42.
- MOREIRA, M. A. “Ensino e aprendizagem: enfoques teóricos”, São Paulo, Editora Moraes, p. 61-73_ Revisada em 1995.
- NAÇÕES UNIDAS, Agenda 2030 Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 41 p. 2015.
- NOGUEIRA-NETO, Paulo. A erradicação da miséria: um problema ambiental central. *Estud. av.*, São Paulo, v. 6, n. 15, p. 111-114, Aug. 1992. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141992000200008&lng=en&nrm=iso> . access on 19 July 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141992000200008>.
- PÁDUA, S. M; TABANEZ, M. F.(org.). *Educação Ambiental: Caminhos trilhados no Brasil*. Brasília: FNMA/IPE, 1997.
- RAYMUNDO, M.H.A.; BRANCO, E.A.; BIASOLI, S.; SORRENTINO, M.; MARANHÃO, R. Indicadores de Monitoramento e Avaliação de Projetos e

- Políticas Públicas de Educação Ambiental no Brasil. In: ambientalmente sustentável, 2017. janeiro-dezembro 2017, ano XII, vol. I, núm. 23-24, páginas 25-39
- RAMOS, E. C. Educação ambiental: origem e perspectivas. *Educar*, Curitiba, n.18, p.201-218. 2001. Editora da UFPR.
- REIGOTA, M. Meio ambiente e representação social. São Paulo: Cortez, 1995.
- REIGOTA, M. Meio ambiente e representação social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- ROSSI, V.L.S. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 935-957, Especial – Out. 2005. p 948.
- TELLES, M. Q.; ROCHA, M. B.; PEDRO, M. L.; MACHADO, S. M C. *Vivências Integradas com o Meio Ambiente: Práticas de Educação Ambiental para Escolas, Parques, Praças e Zoológicos*. São Paulo: Sá Editora, 2002.
- SHISHIDO, N. S.; TOYODA, C. Y. *Cad. Ter. Ocup. UFSCar*, São Carlos, v. 21, n. 1, p. 51-57, 2013.
- SILVA, Fábio Deboni da. Projeto Político Pedagógico aplicado a Centros de Educação Ambiental e a Salas Verdes. Ministério do Meio Ambiente, Brasil. 2005.
- TOLEDO, Renata Ferraz de; JACOBI, Pedro Roberto. Pesquisa-ação e educação: compartilhando princípios na construção de conhecimentos e no fortalecimento comunitário para o enfrentamento de problemas. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 34, n. 122, p. 155-173, Mar. 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302013000100009&lng=en&nrm=iso> access on 29 July 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302013000100009>
- VEIGA, Ilma Passos A. Projeto político pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: Papyrus, 1998. p.11-35.
- VEIGA, Ilma. Passos A. Projeto Político Pedagógico da Escola de Ensino Médio e suas Articulações com as Ações da Secretaria de Educação. Anais do I Seminário Nacional: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – Perspectivas Atuais Belo Horizonte, novembro de 2010.
- WAZA. *Construindo um Futuro para a Vida Selvagem: Estratégia Mundial dos Zoológicos e Aquários para a Conservação*. Peter J. S. Olney (Ed.). Tradução: Jardim Zoológico e de Aclimação em Portugal S.A, Lisboa, Portugal, 2015.

ANEXOS

ANEXO 1: Estatuto da Fundação Jardim Zoológico de Brasília

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA

INSTRUÇÃO Nº 57, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016

Promove alterações na Instrução nº 88 de 2008 (Estatuto da Fundação Jardim Zoológico de Brasília).

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº 1.813, de 30 de dezembro de 1997, e após aprovação das alterações da Instrução nº 88 de 18 de junho de 2008, através da Resolução nº 68 de 26 de julho de 2016, do Conselho Deliberativo, conforme processo nº 196.000.104/2016, resolve determinar sua publicação para produzir os efeitos legais.

FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA

ESTATUTO

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º – A Fundação Jardim Zoológico de Brasília, instituída nos termos da Lei n.º 1.813, de 30 de dezembro de 1997, entidade da Administração Indireta, de que trata o Art. 7º, Inciso I, Alínea "f", do Decreto nº 36.236, de 1º de janeiro de 2015, alterada sua estrutura administrativa através do Decreto nº 37.359, de 24 de maio de 2016, rege-se pelo presente Estatuto e pelas disposições legais pertinentes.

Parágrafo único – No texto deste Estatuto e nos demais documentos e publicações da Fundação Jardim Zoológico de Brasília, as expressões FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA, FJZB, ZOOLOGICO DE BRASÍLIA, ZOO DE BRASÍLIA e ZOO BRASÍLIA equivalem-se como denominação da entidade.

Art. 2º – A FJZB será responsável pela gestão do complexo ecológico composto pelas seguintes áreas e unidades de conservação, conforme memoriais e plantas inscritas no Cartório de 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Capital, sob as matrículas 27.611 e 99.037:

I. A área anteriormente ocupada pelo Jardim Zoológico de Brasília – JZB, inclusive a área objeto da concessão do direito real de uso para a instalação do Parque Temático de Brasília;

II. A área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE do Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo;

III. A área do Parque das Aves.

Parágrafo Único – É de responsabilidade da FJZB o acerto de contrapartidas, a supervisão durante o processo de implementação e a interveniência durante todo o período de duração do contrato de concessão de direito real de uso de parte da área da FJZB para o empreendimento registrado como Parque Temático de Brasília.

CAPÍTULO II

Do Regime Jurídico, Sede e Duração

Art. 3º – A FJZB é entidade da Administração Indireta, vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA, com regime jurídico de direito público, dotada de patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, nos termos da Lei e deste Estatuto.

Art. 4º – A FJZB tem por sede e foro a cidade de Brasília, Distrito Federal.

Art. 5º – A FJZB tem duração por tempo indeterminado e será extinta nos casos e na forma previstos em lei.

Parágrafo Primeiro – Em caso de extinção, os servidores da FJZB serão automaticamente lotados em sua sucedânea ou não havendo continuidade do projeto através da criação de nova entidade, na Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA.

Parágrafo Segundo – Em caso de extinção, todos os bens da FJZB serão revertidos a sua sucedânea ou em não havendo sucedânea, para o Governo do Distrito Federal.

CAPÍTULO III

Da missão

Art. 6º – A FJZB tem por missão a transformação das áreas referidas no art. 2º deste Estatuto em um centro de excelência voltado para a conservação, a pesquisa, a educação e o lazer.

CAPÍTULO IV

Das Metas e Finalidades

Art. 7º – Constituem metas da FJZB:

- I. Contribuir para a conservação do patrimônio de Biodiversidade do Distrito Federal, por meio da manutenção de programas de conservação e pesquisa in situ e ex situ, em especial nas áreas de cerrado do Distrito Federal e entorno;
- II. produzir, sistematizar e disseminar informações, pesquisas, análises, estudos e projetos de preservação do meio ambiente, em particular sobre a fauna e a flora, para a melhoria do complexo ecológico sob sua guarda;
- III. promover a conscientização ecológica dos visitantes por meio da manutenção de programas interativos de educação ambiental que permitam o envolvimento e a participação do usuário nas atividades, programas e projetos da entidade;
- IV. investir na criação e na manutenção de calendário de atividades de lazer destinadas à valorização da cultura e à preservação da natureza, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para a geração de emprego e renda no Distrito Federal.

Art. 8º – A FJZB tem por finalidades:

- I. Contribuir, pela excelência de seus programas e projetos de conservação, pesquisa, educação e lazer, para o credenciamento de Brasília como um dos maiores e mais promissores centros de desenvolvimento do País;
- II. Alcançar a autossuficiência econômica por eficiente administração dos recursos materiais do seu patrimônio e pela captação e arrecadação de recursos financeiros a serem utilizados no cumprimento de suas finalidades e objetivos;
- III. Criar condições objetivas para a sustentabilidade das áreas sob sua gestão, mediante a implementação de política de gestão ambiental moderna, compartilhada e participativa, ancorada no respeito aos princípios éticos e morais que regem a convivência harmoniosa entre o ser humano e a natureza;
- IV. Contribuir e participar de programas de conservação e pesquisa nacionais e internacionais, estabelecendo convênios e parcerias com prestigiosas instituições

científicas e ambientais do Brasil e do exterior;

V. Manter intercâmbio com órgãos governamentais incumbidos institucionalmente das questões ambientais, promovendo, sempre que necessário, atos de mútua cooperação;

VI. Assegurar o bem-estar dos animais mantidos em cativeiro, bem como da fauna visitante, proporcionando-lhes conforto e cuidado adequado;

VII. Incentivar a visitação pública com a oferta de atrações e espaços de qualidade a preços acessíveis a todos os segmentos sociais;

VIII. Pesquisar, desenvolver e difundir novas tecnologias e metodologias de manejo, nutrição e reprodução de animais silvestres em cativeiro e de proteção de seus habitats;

IX. Pesquisar, desenvolver e difundir novas metodologias voltadas à educação ambiental em seus diversos aspectos;

X. Realizar outras atividades compatíveis com a sua missão.

Art. 9º- Para atingir as suas metas e finalidades, a FJZB poderá firmar convênios, contratos e outros ajustes com:

I. Os órgãos e entidades da Administração direta e indireta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, municípios, estados e União;

II. Instituições não governamentais com missões e objetivos afins;

III. Pessoas físicas e jurídicas nacionais ou estrangeiras com interesses afins;

IV. A iniciativa privada, observadas as normas para licitações e contratos administrativos previstos na legislação.

Parágrafo Primeiro – Os contratos administrativos regulares, destinados à manutenção da FJZB, serão preparados, propostos e avaliados pelo Superintendente Administrativo e Financeiro, para a aprovação do Diretor-Presidente, observada a legislação pertinente.

Parágrafo Segundo – Em caso de divergência quanto ao encaminhamento de contratos e convênios acima mencionados, a decisão recairá sobre o Conselho Diretor em próxima sessão regular, ou em sessão extraordinária convocada pelo Diretor-Presidente.

Parágrafo Terceiro – Os convênios e contratos administrativos não sujeitos às regras de licitação pública serão aprovados pelo Diretor-Presidente e homologados pelo Conselho Deliberativo.

CAPÍTULO V

Do Patrimônio, Receita, Constituição e Utilização

Art. 10 – Constituem o patrimônio da Fundação Jardim Zoológico de Brasília:

I. Os bens móveis, imóveis e semoventes do patrimônio do Jardim Zoológico de Brasília e da ARIE do Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo e do Parque das Aves;

II. Os bens móveis, imóveis e semoventes, bem como os direitos a ela transferidos, a qualquer título, por pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

III. As benfeitorias e instalações, veículos, aparelhos, equipamentos, material técnico, material didático, espécimes de fauna, flora e recursos naturais integrantes ou à disposição do acervo da FJZB;

IV. As doações, legados e heranças que lhe foram ou venham a ser destinadas.

Art. 11 – Constituem recursos da Fundação Jardim Zoológico de Brasília:

I. Doações e contribuições de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais e internacionais;

II. Recursos provenientes de ajustes, convênios ou acordos de cooperação técnico-financeira celebrados com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais;

- III. Rendas resultantes da exploração de seus bens;
 - IV. As dotações orçamentárias e créditos adicionais consignados no orçamento do Distrito Federal;
 - V. Receitas de qualquer natureza proveniente do exercício de suas atividades;
 - VI. Transferência de outros órgãos da administração pública;
 - VII. Os resultados de aplicações financeiras, na forma da legislação vigente;
 - VIII. As taxas e Emolumentos;
 - IX. As rendas decorrentes de usufrutos a ela conferidos;
 - X. Os produtos das operações de crédito que venha a realizar;
 - XI. As rendas provenientes de títulos, ações ou papéis financeiros de sua propriedade;
 - XII. Outras rendas que lhe competirem por sua natureza ou disposição legal.
- Art. 12 – O produto de subvenções, doações e legados em dinheiro, juros, frutos e rendimentos dos bens patrimoniais, ingressos de portaria e rendas outras serão depositados para movimentação em conta corrente da FJZB em instituições de crédito oficiais.
- Art. 13 – O arrendamento, empréstimo ou permuta de bens móveis, imóveis e semoventes, direitos e registros incorporados ao Patrimônio da FJZB só poderá ser efetivado mediante a aprovação do Conselho Deliberativo.
- Art. 14 – A alienação de bens móveis, imóveis e semoventes, direitos e registros incorporados ao patrimônio da FJZB, só poderá ser efetivada mediante a aprovação do Conselho Deliberativo.
- Art. 15 – Os bens e direitos da FJZB deverão ser utilizados na realização de sua missão, finalidades e metas, sendo vedada qualquer outra utilização.

CAPÍTULO VI

Da Estrutura Orgânica

Seção I

Art. 16 – Constituem Órgãos de Deliberação, Administração, Fiscalização e Apoio da Fundação Jardim Zoológico de Brasília:

- I. O Conselho Deliberativo
- II. O Conselho Diretor
- III. O Conselho Fiscal
- IV. O Conselho Consultivo

Art. 17 – O mandato dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal será considerado extinto antes do término, em caso de:

- I – Morte;
 - II – Renúncia;
 - III – falta, não justificada, a 2 (duas) sessões consecutivas, ou 3 (três) alternadas, por ano fiscal;
 - IV – Procedimento incompatível com a dignidade das funções;
 - V – Condenação por crime comum ou de responsabilidade.
- Parágrafo Único – Nestes casos, o suplente assumirá o cargo vago.

Seção II

Conselho Deliberativo

Art. 18 – O Conselho Deliberativo, Órgão de Administração Superior, com poder de deliberação, responsável pela orientação e controle da execução das atividades da FJZB, será composto por:

- I. O Secretário de Estado do Meio Ambiente do Governo do Distrito Federal, na condição de Presidente;
- II. O Diretor-Presidente da Fundação Jardim Zoológico de Brasília;
- III. O Superintendente Administrativo e Financeiro da FJZB;
- IV. O Superintendente de Conservação e Pesquisa da FJZB;
- V. O Superintendente de Educação e Uso Público da FJZB;
- VI. Sete Conselheiros, com os respectivos suplentes, indicados de acordo com os seguintes critérios:
 - a) Um membro da comunidade, escolhido pelo Governador do Distrito Federal por seu notório conhecimento e comprometimento com a missão da FJZB;
 - b) Um representante da Sociedade de Amigos do Jardim Zoológico de Brasília – AMEZOO, ou sua sucedânea;
 - c) Um representante da Associação dos Servidores da Fundação Jardim Zoológico de Brasília;
 - d) Um representante da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA;
 - e) Um representante do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal – CONAM;
 - f) Um representante do Parque Temático de Brasília;
 - g) Um representante das instituições de pesquisa ou Universidades públicas e particulares do Distrito Federal com atuação na área ambiental, segundo indicação do Governador do Distrito Federal.

Parágrafo Primeiro – O mandato dos conselheiros indicados nos incisos “a” a “g”, bem como os respectivos suplentes, será de quatro anos.

Parágrafo Segundo – Os conselheiros indicados nos incisos “a” a “g”, bem como os respectivos suplentes, serão nomeados pelo Governador do Distrito Federal, mediante indicação da entidade que representam.

Parágrafo Terceiro – Em caso de substituição dos Conselheiros referidos nos incisos “a” a “g”, o novo Conselheiro terá mandato apenas para completar o do Conselheiro substituído.

Parágrafo Quarto – Nos casos de falta ou impedimento do Presidente do Conselho Deliberativo, o mesmo será substituído pelo Diretor-Presidente da FJZB, e na ausência deste, por um dos conselheiros observando os seguintes critérios:

- a) pelo mais antigo no Conselho;
- b) pelo mais idoso.

Parágrafo Quinto- A ausência injustificada em 2 (duas) sessões consecutivas, ou 3 (três) alternadas, por ano fiscal implicará na perda do mandato do membro faltoso.

Parágrafo sexto – O prazo para justificação de ausência será de 10 (dez) dias, a contar da data da reunião em que a mesma ocorreu.

Parágrafo Sétimo- Em caso de licença ou afastamento temporário de qualquer um dos conselheiros indicados nos incisos “a” a “g”, o mesmo será automaticamente substituído por seu respectivo suplente pelo tempo de duração da licença ou do afastamento.

Parágrafo Oitavo – O Presidente do Conselho Deliberativo terá direito ao voto ordinário e, em caso de empate, ao voto de qualidade.

Parágrafo nono – O Diretor-Presidente da FJZB, quando julgar necessário, poderá convidar técnico ou especialista interno ou externo para, sem direito a voto, fazer exposição no Conselho Deliberativo sobre matéria julgada importante para facilitar as decisões do conselho.

Art. 19 – O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente 01 (uma) vez por mês, e, extraordinariamente quando convocado por seu Presidente, ou por 05 (cinco) de seus membros, mediante requerimento ao Presidente do Conselho, observada, para fins de gratificação, a legislação em vigor.

Parágrafo Primeiro – O Conselho deliberativo será assistido por um secretário-executivo nomeado pelo Governador do Distrito Federal e assessorado pela chefia da Procuradoria Jurídica da FJZB.

Parágrafo Segundo – Das reuniões do Conselho lavrar-se-ão atas que serão assinadas pelos membros presentes.

Art. 20 – Para funcionamento do Conselho Deliberativo é exigido um “quórum” mínimo de 06 (seis) membros, incluindo seu Presidente ou seu substituto.

Parágrafo Primeiro – As decisões serão tomadas pela maioria simples de votos dos membros presentes, cabendo ao Presidente da reunião voto de qualidade, em caso de empate.

Parágrafo Segundo – As Resoluções do Conselho Deliberativo, após assinadas pelos Conselheiros presentes, serão numeradas em ordem cronológica ininterrupta e publicadas no Diário Oficial do Distrito Federal.

Art. 21 – Compete ao Conselho Deliberativo:

I. Aprovar a proposta orçamentária e o plano de trabalho da FJZB preparado pelo Conselho Diretor e apresentado pelo Diretor-Presidente para cada exercício financeiro assim como suas alterações;

II. Aprovar o Estatuto da FJZB, a fim de submetê-lo a homologação do Governador do Distrito Federal;

III. Deliberar sobre a administração dos bens da FJZB, promover-lhes o incremento e aprovar a aplicação de recursos e a realização de operações de crédito;

IV. Homologar os atos do Diretor-Presidente da FJZB referentes à assinatura de convênios, contratos, acordos ou ajuste de qualquer natureza com entidades públicas e privadas que importem em compromisso para a FJZB, excetuados os decorrentes do regime de licitação Pública;

V. Definir e aprovar critérios, diretrizes e áreas prioritárias de atuação da FJZB;

VI. Examinar e julgar, no primeiro trimestre de cada ano, o relatório anual de atividades da FJZB, com suas respectivas prestações de contas, referentes ao exercício anterior;

VII. Elaborar normas internas de seu funcionamento, especialmente que disponham sobre número de reuniões ordinárias, extraordinárias e modo de convocação dos membros do Conselho;

VIII. Aprovar o Regimento Interno e suas alterações;

IX. Outorgar a distinção de Benemérito nos termos previstos neste Estatuto;

X. Ratificar atos de permuta, doação e empréstimo dos bens semoventes da FJZB; XI. Aprovar reformas estatutárias;

XI. Aprovar os balanços, balancetes, relatórios e respectivos demonstrativos que a ele devam ser submetidos pelo Diretor – Presidente da FJZB, com o parecer do Conselho Fiscal;

XII. Aprovar as tabelas de preços dos produtos e serviços prestados pela FJZB;

XIII. Ratificar atos de dispensa e inexigibilidade de licitação;

XIV. Resolver os casos omissos neste Estatuto.

Art. 22 – Nos casos de urgência, poderá o Diretor-Presidente da FJZB, baixar resoluções “ad referendum” deste órgão.

Parágrafo único – Os atos baixados na forma deste artigo serão obrigatoriamente, submetidos à apreciação do Conselho Deliberativo no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da sua assinatura.

Art. 23 – Compete ao Presidente do Conselho Deliberativo da FJZB:

I. Convocar e presidir as reuniões do Conselho Deliberativo;

II. Zelar pela observância das disposições legais e estatutárias.

Seção III

Conselho Diretor

Art. 24 – O Conselho Diretor é o órgão administrativo e executivo da FJZB.

Art. 25 – São membros do Conselho Diretor:

I. O Diretor-Presidente;

II. O Superintendente Administrativo-Financeiro;

III. O Superintendente de Conservação e Pesquisa;

IV. O Superintendente de Educação e Uso Público.

Art. 26 – Compete ao Conselho Diretor:

- I. Opinar, contribuir e prestar apoio ao Diretor-Presidente na execução do plano de trabalho da FJZB;
- II. Coordenar a elaboração da proposta orçamentária anual e implementação do orçamento da FJZB;
- III. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos programas e projetos sob responsabilidade da FJZB;
- IV. Elaborar relatório de atividade anual da FJZB e promover a sua divulgação, após a aprovação do Conselho Deliberativo.
- V. Coordenar a elaboração do Plano Diretor da FJZB a fim de ser submetido a aprovação do Conselho Deliberativo.

Parágrafo Primeiro – As decisões do Conselho Diretor serão tomadas por maioria simples de votos dos conselheiros presentes.

Parágrafo Segundo – O Conselho Diretor reunir-se-á quinzenalmente, ou quando necessário, desde que convocado pelo Diretor-Presidente ou por 03 (três) de seus membros;

Parágrafo Terceiro – Nas reuniões do Conselho Diretor o Diretor-Presidente terá, além do voto pessoal, o voto de qualidade em caso de empate.

Parágrafo quarto – O Diretor-Presidente da FJZB, quando julgar necessário, poderá convidar técnico ou especialista interno ou externo para, sem direito a voto, fazer exposição no Conselho Diretor sobre matéria julgada importante para facilitar as decisões do conselho

Parágrafo quinto – O Conselho Diretor será assistido por um secretário-executivo nomeado pelo Governador do Distrito Federal

Parágrafo sexto – o quórum mínimo para a realização das reuniões do conselho diretor será de 3 (três) membros.

Parágrafo sétimo – qualquer membro do conselho poderá propor a realização de reunião ao diretor-presidente.

Parágrafo Oitavo – em caso de impedimentos legais, o membro do conselho poderá ser substituído pelo seu substituto legal.

Seção IV

Do Diretor-Presidente

Art. 27 – Compete ao Diretor-Presidente:

- I. Representar a FJZB, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele;
- II. Administrar a FJZB, com observância das resoluções do Conselho Deliberativo, praticando os atos necessários à supervisão da execução das atividades específicas e de administração geral da FJZB;
- III. Orientar e supervisionar as atividades operacionais, bem como gerir o patrimônio da FJZB, interpretando e fazendo cumprir os objetivos estabelecidos;
- IV. Assinar acordos, ajustes, contratos, termos de compromisso e transferências de recursos;
- V. Autorizar despesas dentro das verbas aprovadas e assinar, juntamente com o Superintendente Administrativo-Financeiro, cheques e outros títulos de crédito;
- VI. Analisar com os demais membros do Conselho Diretor os relatórios das áreas respectivas, determinando oportunas medidas para corrigir distorções aos planos traçados;
- VII. Assinar certificados, pareceres, laudos e outros documentos de natureza técnica, podendo delegar tais atribuições aos membros qualificados do Conselho Diretor;
- VIII. Firmar contratos de permuta, e empréstimos de bens semoventes da FJZB;
- IX. Elogiar, e aplicar penalidades;
- X. Assinar atos de dispensa e inexigibilidade de licitação;
- XI. Submeter à apreciação do Conselho Deliberativo:

- a) Até o dia 05 de dezembro de cada ano, o Plano de Trabalho para o ano seguinte;
- b) Até 30 de Março de cada ano, a prestação de contas relativa ao exercício anterior;
- c) Outros assuntos votados e/ou encaminhados pelo Conselho Diretor;
- d) Convocar o Conselho Diretor para a realização de sessão extraordinária do órgão.

Seção V

Dos Superintendentes

Art. 28 – Compete ao Superintendente Administrativo e Financeiro:

- I – Coordenar a execução das atividades específicas da Superintendência Administrativa e Financeira;
- I – Subsidiar o Diretor-Presidente com as informações técnicas para o bom andamento administrativo e financeiro da FJZB;
- III – Elaborar os relatórios administrativos e financeiros requeridos pelo Diretor-Presidente;
- IV – Estabelecer e manter relações profissionais com todos os órgãos e entidades afins do Distrito Federal;
- V – Assinar, juntamente, com o Diretor-Presidente cheques e outros títulos de crédito;
- VI – Zelar pela observância das disposições legais e estatutárias em vigor;
- VII – Elaborar proposta orçamentária anual;
- VIII – Preparar, propor e avaliar os contratos administrativos regulares, destinados à manutenção da FJZB, referidos no parágrafo primeiro do Artigo 10, bem como encaminhá-los para aprovação do Diretor-Presidente;
- IX – Elaborar e propor o programa de trabalho de sua área de atuação;
- X – Propor contratos e convênios de cooperação técnica e intercâmbio e outros quaisquer ajustes para execução e implementação de programas/projetos de Administração e Finanças;
- XI – Exercer outras atribuições que lhe forem fixadas ou delegadas pelo Diretor-Presidente.

Art. 29 – Compete ao Superintendente de Conservação e Pesquisa:

- I – Coordenar a execução das atividades específicas da Superintendência de Conservação e Pesquisa;
- II – Subsidiar o Diretor-Presidente com as informações técnicas da área de Conservação e Pesquisa para o bom andamento dos trabalhos da FJZB;
- III – Elaborar os relatórios da área de Conservação e Pesquisa requeridos pelo Diretor-Presidente;
- IV – Estabelecer e manter relações profissionais com todos os órgãos e entidades afins da União, do Distrito Federal, Estados, Municípios e instituições de Conservação e Pesquisa em nível nacional e internacional;
- V – Propor contratos e convênios de cooperação técnica e intercâmbio e outros quaisquer ajustes para execução e implementação de programas/projetos de Conservação e Pesquisa;
- VI – Elaborar e propor o programa de trabalho de sua área de atuação;
- VII – Zelar pela observância das disposições legais e estatutárias em vigor;
- VIII – Exercer outras atribuições que lhe forem fixadas ou delegadas pelo Diretor-Presidente.

Art. 30 – Compete ao Superintendente de Educação e Uso Público:

- I – Coordenar a execução das atividades da Superintendência de Educação e Uso Público;
- II – Subsidiar o Diretor-Presidente com as informações técnicas da área de Educação e Uso público para o bom andamento dos trabalhos da FJZB;
- III – Elaborar os relatórios da área de Educação e Uso Público requeridos pelo Diretor-Presidente;

- IV – Estabelecer e manter relações profissionais com todos os órgãos e entidades afins da União, do Distrito Federal, Estados, Municípios e instituições das áreas de Educação e Uso Público em nível nacional e internacional;
- V – Elaborar e propor o programa de trabalho de sua área de atuação;
- VI – Propor, elaborar e coordenar eventos de qualquer porte das áreas de Educação e Uso Público;
- VII – Propor contratos e convênios de cooperação técnica e intercâmbio e outros quaisquer ajustes para execução e implementação de programas/projetos Educacionais e Culturais;
- VIII – Exercer outras atribuições que lhe forem fixadas ou delegadas pelo Diretor-Presidente.

Seção VI

Conselho Fiscal

Art. 31 – O Conselho Fiscal será constituído por 03 (três) membros efetivos e 02 (dois) suplentes, nomeados pelo Governador do Distrito Federal.

Art. 32 – Compete ao Conselho Fiscal:

- I. Acompanhar a execução do orçamento;
- II. Apreciar e emitir parecer sobre as contas trimestrais e anuais;
- III. Exercer o controle interno, sem prejuízo do órgão próprio, podendo, para isso proceder ao exame de livros, papéis, escrituração contábil e administrativa, estado do caixa e valores em depósito e às demais providências julgadas necessárias;
- IV. Examinar a qualquer tempo, por iniciativa própria, livros e documentos relacionados com escrituração financeira e patrimonial da FJZB, lavrando parecer em livro próprio;
- V. Requisitar, ao Diretor-Presidente da FJZB as informações que se fizerem necessárias ao desempenho de suas atribuições;
- VI. Solicitar a contratação, se necessário ou conveniente, de pessoa física ou jurídica, de reconhecida idoneidade e capacidade técnica, para assessorá-lo no exercício da função fiscalizadora que lhe é inerente;
- VII. Lavrar no livro próprio as atas das reuniões.

Parágrafo Primeiro – O mandato do Conselho Fiscal será de 02 (dois) anos, permitida a recondução, por 01 (uma) única vez.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal mensalmente reunir-se-á em caráter ordinário e, quando necessário, extraordinariamente mediante convocação do Diretor-Presidente ou de um de seus membros titulares.

Parágrafo Terceiro – Em caso de vacância de membro titular do Conselho Fiscal, assumirá o primeiro suplente, pela ordem decrescente de apresentação no Decreto de nomeação do mesmo.

Parágrafo Quarto – Pelo menos um dos membros do Conselho Fiscal deverá ter formação na área contábil, com inscrição no referido conselho de classe. Os demais deverão ser profissionais com notório conhecimento e formação compatível com as atribuições que o cargo requer.

Parágrafo Quinto – O conselho deliberará pela maioria simples de seus membros titulares.

Seção VII

Conselho Consultivo

Art. 33 – O Conselho Consultivo será constituído por até 21 (vinte e um) membros, nomeados pelo Governador do Distrito Federal, por notório conhecimento e comprometimento com as finalidades da Fundação Jardim Zoológico de Brasília, devendo ser:

- I. 11 (onze) membros escolhidos pelo Conselho Deliberativo;
- II. 10 (dez) membros escolhidos pelo Governador do Distrito Federal.

Parágrafo Primeiro – O conselho Consultivo terá mandato de 04 (quatro) anos coincidente com o mandato do Conselho Deliberativo, sendo permitida a recondução de seus membros por gestões consecutivas.

Parágrafo Segundo – Em caso de vacância, os membros do Conselho Consultivo serão substituídos de acordo com critérios e parâmetros estabelecidos em Lei e referendados neste Estatuto, observada a origem e procedência da respectiva nomeação.

Parágrafo Terceiro – O Conselho Consultivo será presidido pelo Diretor-Presidente da FJZB, e na ausência deste, por um dos conselheiros observando os seguintes critérios:

- a) pelo mais antigo no Conselho;
- b) pelo mais idoso.

Parágrafo quarto – O Conselho Consultivo reunir-se-á quando necessário, desde que convocado pelo Diretor-Presidente ou por 1/3 (um terço) de seus membros nomeados;

Art. 34 – Compete aos membros do Conselho Consultivo:

- I – Assessorar os membros dos Conselhos Deliberativo e Diretor quando solicitados;
- II – Sugerir e/ou preparar contratos e minutas de convênios de interesse da FJZB para a apreciação e aprovação de seus Conselhos;
- III – Sugerir eventos para a FJZB e, se aprovados pelo Conselho Deliberativo, organizar os mesmos;
- IV – Elaborar plano de premiação e/ou reconhecimento para os beneméritos da FJZB.

Art. 35 – É vedado o pagamento de qualquer retribuição aos membros do Conselho Consultivo da FJZB.

CAPÍTULO VII

Do Regimento

Art. 36 – O Regimento Interno da Fundação Jardim Zoológico de Brasília regulará os regimes administrativos e de gestão financeira interna, além dos casos previstos neste Estatuto.

CAPÍTULO VIII

Do Regime Financeiro e sua Fiscalização

Art. 37 – O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Art. 38 – A prestação de contas anual será feita pelo Diretor-Presidente até o dia 30 (trinta) de março de cada ano e contará com os elementos previstos no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Art. 39 – O Conselho Fiscal examinará as contas até o último dia do mês de abril de cada ano e, aprovadas, emitirá parecer a ser encaminhado ao Conselho Deliberativo.

Art. 40 – A FJZB submeterá as suas contas ao Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Art. 41 – A FJZB deverá, sempre que necessário, submeter ao Ministério Público contrato de auditoria externa.

CAPÍTULO IX

Dos Servidores

Art. 42 – Os direitos e deveres dos servidores da FJZB serão regulados pela legislação aplicada aos servidores públicos do Distrito Federal.

Art. 43 – A FJZB poderá requisitar servidores de outros Órgãos e Entidades do Complexo Administrativo do Governo do Distrito Federal, dos municípios, dos estados e da União para auxiliar no desenvolvimento de suas atividades.

CAPÍTULO X

Das Disposições Gerais

Art. 44 – Para cumprir com sua missão e executar suas metas e finalidades, a FJZB poderá contratar profissionais ou firmar convênios com instituições públicas ou privadas, nacionais e internacionais.

Art. 45 – Receberá o diploma de Benemérito da FJZB a pessoa física ou jurídica que, por seus altos serviços ou ato de benemerência, for sugerida por qualquer um dos membros do Conselho Consultivo e Deliberativo e assim for julgada e aprovada merecedora pelo Conselho Deliberativo.

Art. 46 – O princípio da delegação poderá ser utilizado pelo Diretor-Presidente da FJZB como instrumento de descentralização administrativa, com o fim de assegurar maior rapidez e objetividade às decisões e ações.

Art. 47 – O presente Estatuto poderá ser reformado pelo Conselho Deliberativo, desde que aprovado por no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros nomeados, mediante proposta de qualquer de seus membros.

Art. 48 – Os casos omissos do presente Estatuto serão analisados e solucionados pelo Conselho Deliberativo, observando-se a legislação em vigor.

Art. 49 – O presente Estatuto entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal. ANEXO 2- de Visitas Guiadas em Educação Ambiental da FJZB

ANEXO 2: Roteiro de Visitas Guiadas em Educação Ambiental da FJZB



GOVERNO DE BRASÍLIA
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO E USO PÚBLICO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL



ROTEIROS – Zoo Experiência

IMPORTANTE: Os roteiros abaixo possuem limitação de no máximo 30 pessoas por visita.

Roteiro I - História e trabalho dos zoológicos

Turno: matutino;

Conteúdo programático:

- História e concepção dos zoológicos;
- Noções básicas de bem-estar animal;
- Dieta dos animais;
- Enriquecimento ambiental; -Programas de conservação do Zoo Brasília.

Itinerário: a visita começa com um breve histórico dos zoológicos, principalmente do Zoo Brasília, e a mudança no conceito dessas instituições ao longo do tempo por meio da exposição fotográfica no Espaço Ecológico-Cultural. Em sequência, os visitantes serão levados para acompanhar o trabalho de condicionamento animal e o manejo de algumas espécies. Este manejo inclui conhecer a dieta dos animais, testemunhar a alimentação destes pelos cuidadores e confeccionar materiais de enriquecimento ambiental que serão usados pelos animais.

Faixa etária recomendada: a partir da 7ª série do Ensino Fundamental.

IMPORTANTE: devido a este roteiro envolver atividades de manejo diário dos animais que ocorrem em horários pré-estabelecidos, informamos que seu início se dará pontualmente às **9h00**.

Roteiro II - Evolução dos vertebrados

Turno: matutino e vespertino;

Conteúdo programático:

- Classificação dos vertebrados (taxonomia e sistemática);
- Diferenças entre as classes dos animais vertebrados; -História evolutiva e adaptações dos répteis, aves e mamíferos.

Itinerário: a visita começa no museu de ciências naturais, onde são apresentadas as classes dos animais vertebrados e suas diferenças. Logo depois, os visitantes são levados para aprender sobre a história evolutiva e adaptações de diversas espécies de répteis, aves e mamíferos por observação dos animais no recinto e demonstrações de manejo feitas pela equipe do Zoológico de Brasília.

IMPORTANTE: devido a este roteiro envolver atividades de manejo diário dos animais que ocorrem em horários pré-estabelecidos, é estritamente seguido um cronograma informado pela equipe.

Roteiro III - Animais ameaçados de extinção

Turno: matutino e vespertino;

Conteúdo programático:

- Ameaças à biodiversidade;
- Categorias de espécies ameaçadas;
- Espécies ameaçadas no Zoo Brasília; -Programas de conservação do Zoo Brasília.

Itinerário: a visita começa com uma apresentação das diferentes categorias de ameaça para as espécies nas Listas Vermelhas Nacional e Internacional. Em sequência, os visitantes são conduzidos para o berçário do Zoológico, onde conhecem como é feito o atendimento aos animais órfãos resgatados e as razões deles serem encaminhados ao Zoo pelos órgãos ambientais. Logo depois, são apresentadas as espécies ameaçadas sob cuidados do Zoológico, com foco naquelas que habitam o bioma Cerrado, e o trabalho da instituição para ajudar na sua conservação.

Roteiro IV - Desmistificando os répteis

Turno: matutino e vespertino;

Conteúdo programático:

- Classificação dos répteis (taxonomia e sistemática);
- Noções básicas de manejo de serpentes;
- Prevenção de acidentes ofídicos; -Relações evolutivas entre répteis, aves e mamíferos.

Itinerário: a visita começa com uma demonstração de manejo dos jacarés, sendo apresentadas, logo em seguida, algumas espécies de quelônios semiaquáticos do Brasil. Em sequência, os visitantes são conduzidos para conhecerem as duas espécies de jabuti nativas e os lagartos. A visita é concluída no serpentário, as pessoas podem aprender sobre as espécies de serpente nativas e exóticas, como são manejadas no zoológico e o que devem fazer para evitar acidentes com esses animais.

Roteiro V - Bem-estar dos animais

Turno: matutino e vespertino;

Conteúdo programático:

- Noções básicas de bem-estar animal;
- Enriquecimento ambiental.

Itinerário: a visita começa com uma breve história do Zoo Brasília, focando nas mudanças nos recintos, com a exposição fotográfica no Espaço Ecológico-Cultural. Em sequência, os visitantes serão levados para confeccionar materiais de enriquecimento ambiental de acordo com as exigências de cada espécie, e posteriormente, acompanharão como os animais irão interagir com esses materiais nos recintos.

Roteiro VI - Noções básicas de Zoologia

Turno: vespertino;

Conteúdo programático:

- Classificação dos animais (taxonomia e sistemática); -Características dos insetos, escorpiões e aranhas; -Diferenças entre as classes de vertebrados.

Itinerário: a visita começa no museu de ciências naturais, onde são apresentadas as diferenças entre os reinos Animal e Vegetal. Logo depois, os visitantes conhecem a diversidade dos artrópodes por meio de uma visita ao borboletário e, em sequência, são levados para aprender sobre as diferenças entre répteis, aves e mamíferos conhecendo os animais nos recintos e o material depositado no acervo do museu.

ANEXO 3: Instrução Nº 110, de 02 de outubro de 2017. GDF/FJZB**GOVERNO DE BRASÍLIA
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA****INSTRUÇÃO Nº 110, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017.**

Estabelece as normas e valores de acesso do público visitante à Fundação Jardim Zoológico de Brasília, conforme autos do processo nº 196.000.111/2017.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº 1.813, de 30 de dezembro de 1997, e nos termos da Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes,
RESOLVE:

Art. 1º Ficam instituídas as normas e valores de acesso ao público visitante à Fundação Jardim Zoológico de Brasília, doravante denominada Zoo Brasília, e as condições para conduzir atividades de cunho comercial conforme o disposto nesta instrução e em seus anexos.

Art. 2º As visitas de creches, escolas, faculdades, universidades e instituições cadastradas no Zoo Brasília deverão ser agendadas preferencialmente para o período de terças às sextas-feiras, exceto feriados, presencialmente na Diretoria de Educação Ambiental – Deam, da Superintendência de Educação e Uso Público – Sueup, mediante envio de documento timbrado da instituição e assinado pelo representante legal da instituição, via correio eletrônico para o endereço deam@zoo.df.gov.br ou através do telefone +55 (61) 3445-7007. Em todos os casos, o agendamento deve ocorrer com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis do dia da visita.

Art. 3º No dia da visita ao Zoo Brasília, após a autorização do agendamento, as Instituições mencionadas no artigo anterior deverão:

I - Apresentar na bilheteria do Zoo Brasília o comprovante original de recolhimento da respectiva taxa junto ao Zoo Brasília, documento de isenção de taxa ou autorização emitida pelo Zoo Brasília; II - Apresentar relação, em papel timbrado, com o nome e idade dos alunos, crianças, adolescentes ou pessoas com deficiência; III - Apresentar relação, em papel timbrado, dos acompanhantes (professor, monitor ou outros) que serão os responsáveis pelos mencionados no inciso anterior; e IV - Apresentar o Termo de Responsabilidade que será fornecido pela Superintendência de Educação e Uso Público - Sueup, devidamente preenchido e assinado pelo responsável da instituição.

§ 1º. O desembarque dos visitantes dos ônibus ocorrerá em local previamente autorizado pela Sueup. Após o desembarque, os veículos deverão permanecer no estacionamento situado ao lado do Teatro de Arena, exceto em atividades noturnas ou quando do transporte de pessoas com deficiência e/ou com dificuldade de locomoção.

§ 2º. A confirmação do quantitativo total de alunos e/ou visitantes, assim como dos seus respectivos acompanhantes na relação apresentada no Art. 4º desta Instrução Normativa será realizada pela equipe da bilheteria do Zoo Brasília.

§ 3º. A confirmação nominal dos responsáveis pelos alunos e/ou visitantes será feita pela equipe da Sueup responsável em atender o grupo, antes e depois de iniciar as atividades, registrando, caso necessário, qualquer ocorrência em relatório próprio do Zoo Brasília.

Art. 4º É obrigatória a presença de 01 (um) acompanhante maior de 18 (dezoito) anos para cada 10 (dez) crianças/adolescentes no caso das Instituições mencionadas no Art. 2º.

Parágrafo Único. Caso o número de acompanhantes seja superior à proporção mencionada no *caput*, o excedente pagará ingresso normalmente, seguindo as normas vigentes.

Art. 5º As Instituições sem fins lucrativos que prestam serviços de assistência social poderão pleitear isenção ao pagamento do ingresso e taxas desde que atendam as seguintes exigências:

I - Solicitar o cadastro na Sueup;

II- Apresentar cópias do Estatuto da Instituição e da ata de designação dos representantes legais, quando couber;

III - Apresentar justificativa e comprovação que motive a solicitação de isenção de taxas para grupos de crianças de até 12 (doze) anos de idade, idosos ou casos excepcionais, que serão avaliadas pela Conselho Deliberativo da Fundação Jardim Zoológico de Brasília.

§ 1º. A requisição de cadastramento não garante a isenção de ingressos ou taxas à Instituição solicitante.

§ 2º. O cadastro de isenção deverá ser feito com pelo menos 60 (sessenta) dias de antecedência, pois a validação do pleito será feita mediante análise do Conselho Deliberativo da Fundação Jardim Zoológico de Brasília, que se reúne mensalmente.

Art. 6º As visitas monitoradas e guiadas por terceiros e de cunho comercial no Zoo Brasília serão ministradas por pessoas capacitadas, credenciadas e autorizadas pela Sueup.

§ 1º. A Sueup se encarregará de fornecer um curso de capacitação para monitoria guiada em educação ambiental em zoológicos duas vezes ao ano, onde serão abordados temas referentes à educação ambiental, a importância do zoológico nos processos de preservação *in situ* e conservação *in situ* e *ex situ*, a relevância do patrimônio genético brasileiro, o papel da sociedade na conservação e procedimentos de conduta e segurança individual e coletiva no Zoo Brasília.

§ 2º. O curso, cada vez que for ofertado, irá oferecer até 60 (sessenta) vagas que poderão ser preenchidas pelo público em geral. As inscrições poderão ser cobradas, tendo o seu valor especificado em edital conforme § 4º deste artigo.

§ 3º. O curso terá duração de 40 (quarenta) horas e deverá conter uma avaliação final para validação do aprendizado pelos participantes.

§ 4º. Um edital deverá ser disponibilizado no site do Zoo Brasília com, pelo menos, um mês de antecedência, notificando os interessados sobre o período de inscrições, valores, cronograma, condições dos métodos avaliativos e atividades planejadas.

§ 5º. O participante aprovado no curso será credenciado no sistema do Zoo Brasília e poderá, mediante autorização e cumprimento dos Art. 2º e 3º dessa Instrução Normativa, além do item 4.3 do Anexo II, conduzir atividades de monitoria com cunho comercial dentro do Zoológico.

§ 6º. O participante aprovado receberá certificado que comprovará sua participação no evento e o mesmo poderá ser solicitado pelo Zoo Brasília quando necessário.

§ 7º. Será autorizada a atividade do *caput* aos professores titulares de instituições de ensino desde que caracterizada como parte complementar de ensino extraclasse.

Art. 7º As informações referentes à "Colônia de Feras" serão divulgadas no site da Fundação - <http://www.zoo.df.gov.br> – com, no mínimo, mês de antecedência do evento.

Art. 8º As pessoas e instituições interessadas em participar dos programas ofertados pelo Zoo Brasília deverão obter informações e/ou realizar o agendamento presencialmente na Sueup ou pelo telefone +55 (61) 3445-7007, podendo ser solicitado o envio de documento timbrado da instituição e assinado pelo seu representante legal.

§ 1º. O agendamento só será garantido mediante a disponibilidade de vagas e a confirmação do pagamento das respectivas taxas com até 01 (um) dia útil para pessoas físicas e até 05 (cinco) dias úteis para pessoas jurídicas, a contar da data da realização do agendamento.

§ 2º. Somente serão permitidos pagamentos fora do prazo estipulado no parágrafo anterior para as pessoas e grupos constantes em listas de espera.

Art. 9º Para participar dos serviços dispostos neste regulamento as crianças e adolescentes de até 16 anos deverão estar obrigatoriamente acompanhadas por um responsável adulto.

Art. 10. Os pagamentos deverão ser efetuados em dinheiro (moeda corrente).

Art. 11. O funcionamento normal para visitação do Zoo Brasília será de terça-feira a domingo, das 08:30h às 17:00h.

§ 1º. O Zoo Brasília abrirá a visitação às segundas-feiras somente em feriados e durante o período de férias escolares.

Art. 12. A concessão das isenções previstas no Anexo II é de competência do Conselho Deliberativo da Fundação Jardim Zoológico de Brasília.

Art. 13. Os casos omissos ou excepcionais serão resolvidos pelo Conselho Diretor da Fundação Jardim Zoológico de Brasília.

Art. 14. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação. Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

GERSON DE OLIVEIRA NORBERTO

Diretor-Presidente

ANEXO I – VISITAÇÃO NORMAL

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
1. Público em geral (adultos e crianças a partir de 12 anos completos*).	10,00
2. Crianças entre 06 e 11 anos completos, pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, professores (mediante a apresentação de identidade funcional ou documento comprobatório previsto em lei) e outras situações em que o benefício da meia-entrada é garantido por lei.	5,00
3. Beneficiários de programas sociais de governo (mediante a apresentação do cartão que comprove o benefício acompanhado de documento oficial com foto).	5,00
4. Crianças de até 05 anos completos	Isenção de 100%
5. Pessoas com deficiência e seu acompanhante.	Isenção de 100%

*Compreende-se 01 ano completo as idades com os 11 meses e 04 semanas subsequentes ao seu início.

ANEXO II – PROGRAMAS ESPECIAIS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
1.ZOO NOTURNO	
1.1. Crianças de 08 a 12 anos completos*, pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, professores (mediante a apresentação de identidade funcional ou documento comprobatório previsto em lei) e outras situações em que o benefício da meia-entrada é garantido por lei.	15,00
1.2. Pessoas com deficiência e seu acompanhante.	Isenção de 100%
1.3. Público em geral.	30,00
1.4. Até 10 (dez) grupos de alunos de instituições públicas de ensino por ano e fica estabelecido que a idade mínima para participação no projeto é de 08 anos completos.	Isenção de 100%
2.ZOO NOTURNO KIDS	
2.1. Crianças até 07 (sete) anos completos (valor de meia-entrada), pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, professores (mediante a apresentação de identidade funcional ou documento comprobatório previsto em lei) e outras situações em que o benefício da meia-entrada é garantido por lei.	15,00
2.2. Pessoa com deficiência e 01 (um) acompanhante	Isenção de 100%
2.3. Valor da inteira A idade máxima das crianças para participação no projeto é de 07 (sete) anos completos. Para participação no projeto é obrigatório que a criança esteja acompanhada de 01 (um) responsável maior de 18 (dezoito) anos	30,00
3.VISITA NÃO MONITORADA DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO (SOMENTE AUTORIZADAS)	
3.1. Instituições de Ensino Públicas	
3.1.1. Alunos.	Isenção de 100%
3.1.2. 01 (um) acompanhante maior de 18 anos completos, para cada 10 (dez) alunos.	Isenção de 100%
3.2. Instituições de Ensino Particulares	
3.2.1. Alunos.	Valor praticado pela bilheteria no dia do agendamento em relação ao dia da visita.
3.2.2. 01 (um) acompanhante maior de 18 anos completos, para cada 10 (dez) alunos.	Isenção de 100%

4.VISITAÇÕES MONITORADAS (SOMENTE AGENDADAS E AUTORIZADAS)	
4.1. Visitações monitoradas pela FJZB para instituições públicas ou que prestam serviços de assistência social.	
4.1.1. Crianças e adolescentes até 14 anos completos.	Isenção de 100%
4.1.2. 01 (um) acompanhante maior de 18 anos completos, para cada 10 (dez) alunos.	Isenção de 100%
4.2. Visitações monitoradas pela FJZB para demais grupos.	
4.2.1. Grupo mínimo de 20 (vinte) pessoas.	15,00 (por pessoa)
4.2.2. 01 (um) acompanhante maior de 18 anos completos, para cada 10 (dez) alunos.	Isenção de 100%
4.3. Visitações monitoradas por terceiros de cunho comercial.	10,00 + valor normal da bilheteria do dia (por pessoa).
4.4. Visitações monitoradas por terceiros de cunho social.	Isenção de 100%
5.ZOO EM AÇÃO	
5.1. Instituições de Ensino Públicas.	Isenção de 100%
5.2. Demais instituições.	350,00/visita
6.COLÔNIA DE FERAS	
6.1. Crianças de 05 (cinco) a 12 (doze) anos completos.	150,00/colônia
7.VISITAÇÃO DE CRECHES E INSTITUIÇÕES CADASTRADAS QUE PRESTAM SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SOMENTE AGENDADAS E AUTORIZADAS).	
7.1. Pessoa com deficiência.	Isenção de 100%
7.2. 01 (um) acompanhante maior de 18 anos completos, para cada pessoa com deficiência, se necessário.	Isenção de 100%
7.3. Crianças de até 12 anos completos.	Isenção de 100%
7.4. 01 (um) acompanhante maior de 18 anos, para cada 10 (dez) crianças.	Isenção de 100%
7.5. Idosos a partir de 60 anos completos.	Isenção de 100%
8.ZOO CAMPING	

8.1. Crianças de até 12 anos completos, pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, professores (mediante a apresentação de identidade funcional e/ou documento comprobatório previsto em lei), pessoas com deficiência, e outras situações em que o benefício da meia-entrada é garantido por lei.	35,00
8.2. Público em geral.	70,00

*Compreende-se 01 ano completo as idades com os 11 meses e 04 semanas subsequentes ao seu início.

ANEXO 4: Dicionário de dados Projetos/Serviços do Zoológico de Brasília

Dicionário de dados Projetos/Serviços do Zoológico de Brasília

Zoo com Vivências

Atendimento a grupos da terceira idade, pessoas com deficiência, grupos em tratamento de dependência química, centros de referência e assistência social, grupos em tratamento médico, entre outros, com roteiros e atividades diferenciadas de acordo com os interesses, limitações e necessidades destes públicos.

Zoo Ressocialização

O Projeto de Ressocialização no Zoo é uma parceria entre a Secretaria de Estado da Criança do Governo do Distrito Federal (SECriança) e a Fundação Jardim Zoológico de Brasília (FJZB). Consiste em uma medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) em meio aberto, na qual o jovem em conflito com a lei realiza tarefas não remuneradas no Zoo, a fim de cumprir a determinação judicial.

Zoo Camping

Serviço disponibilizado a grupos de escoteiros, instituições de ensino e comunidade, com um pernoite no Zoológico, palestras, visitas guiadas diurna e noturna, trilha ecológica e atividade lúdica.

Zoo com Ciência

Atividade que envolve experimentos com foco na preservação de espécies de fauna, flora e recursos hídricos. Uma vez por semana, o projeto atende a comunidade e as escolas mediante agendamento prévio. As instituições públicas têm isenção da taxa de participação.

Visitas livres

Passeio sem monitoria pelo Zoo de Brasília para todos os públicos.

Visitas guiadas

Visita técnico-pedagógica com roteiro predefinido e abordagem diferenciada atendendo à faixa etária, escolaridade e objetivos do solicitante. O passeio pode incluir jogos de tabuleiro, memória, pintura, quebra-cabeças, confecção de máscaras, teatro de fantoches, palestras e condicionamento dos animais do plantel.

Borboletário

O Borboletário abre de quarta-feira a domingo, das 9h às 12h45 e das 14h às 16h. A entrada é gratuita e cada visita é acompanhada por um monitor, que atende até 15 pessoas por vez, para tirar dúvidas e falar sobre curiosidades dos insetos.

Toda parte paisagística do interior do Borboletário foi idealizada com intuito de reproduzir as características naturais que as espécies encontram em seus ambientes específicos, e que garantem o seu ciclo de desenvolvimento. São reproduzidos 3 tipos de microclimas: um de mata fechada, outro de área brejosa e um terceiro de área seca. As espécies vegetais de cada uma dessas áreas estão associadas aos ciclos reprodutivos e alimentares das espécies mantidas neste espaço.

Museu de Ciências Naturais

O Museu de Ciências Naturais está localizado próximo à administração do Zoológico de Brasília, a sua entrada é gratuita e o funcionamento é de terça-feira à domingo e feriados, das 8h30 às 17h.

O Museu é responsável por cerca de 25% da visitação do Zoológico de Brasília, e seu foco é apresentar de forma didática a importância da preservação e conservação de espécies da fauna nativa do Cerrado e exótica.

Zoo Noturno

Caminhada orientada para o público, em roteiro predeterminado, durante a qual o visitante conhece animais de hábitos noturnos da Fundação Jardim Zoológico

de Brasília (FJZB) em uma abordagem didático-pedagógica que contempla a problemática ambiental. São oferecidas 40 vagas por edição.

Zoo em Ação

Atividades itinerantes desenvolvidas pela Superintendência de Educação e Uso Público, quando a equipe de educação ambiental da Fundação Jardim Zoológico de Brasília (FJZB) visita instituições de ensino públicas e privadas, repartições públicas, secretarias, administrações públicas, eventos do Governo do Distrito Federal (GDF), entre outros, desenvolvendo ações lúdicas (teatro de fantoches, oficinas), palestras e exposições. Todas as apresentações são vinculadas aos temas disponibilizados pelo Zoo e escolhido pelo solicitante.

Colônia de Feras

Atividades lúdico-didáticas com crianças de 5 a 11 anos, que promovem a interação e o aprendizado em um ambiente de imersão no meio natural.

Sala Verde

O Projeto Sala Verde, coordenado pelo Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA), consiste no incentivo à implantação de espaços socioambientais para atuarem como potenciais Centros de informação e Formação ambiental. A dimensão básica de qualquer Sala Verde é a disponibilização e democratização da informação ambiental e a busca por maximizar as possibilidades dos materiais distribuídos, colaborando para a construção de um espaço, que além do acesso à informação, ofereça a possibilidade de reflexão e construção do pensamento/ação ambiental.

Sala Verde é um espaço definido, vinculado a uma instituição pública ou privada, que poderá se dedicar a projetos, ações e programas educacionais voltados à questão ambiental. Deve cumprir um papel dinamizador, numa perspectiva articuladora e integradora, viabilizando iniciativas que propiciem uma efetiva participação dos diversos segmentos da sociedade na gestão ambiental, seguindo uma pauta de atuação permeada por ações educacionais, que caminhem em direção à sustentabilidade.

A Fundação Jardim Zoológico de Brasília atende demandas de instituições subsidiando com ações de educação ambiental e aumentando a visibilidade aos espaços de ensino não formais.

Exposição 60 anos

Exposição fotográfica que mostra aos visitantes como foi a evolução do Zoológico durante as seis décadas de existência. Foram selecionadas fotos de animais e momentos marcantes da instituição que serão distribuídas em ordem cronológica para mostrar desde a inauguração até o trabalho atual que é desenvolvido.

Eventos

A Fundação Jardim Zoológico de Brasília promove eventos e atividades em datas comemorativas como no dia das crianças e no aniversário da instituição.

APÊNDICES

Apêndice 1: Autorização para entrevistas.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MODALIDADE PROFISSIONAL

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO ZOOLOGICO DE BRASÍLIA: EDUCAÇÃO
AMBIENTAL EM AMBIENTE NÃO FORMAL
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa —**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO ZOOLOGICO DE BRASÍLIA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM AMBIENTE NÃO FORMAL**, de responsabilidade de Juliana Queiroz Ferreira, mestranda do Programa de pós-graduação em educação – modalidade profissional (PPGE), da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – UnB, sob a supervisão do Prof. Dr. Remi Castioni. O objetivo desta pesquisa é desenvolver o Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental para a Fundação Jardim Zoológico de Brasília – FJZB – visando à sustentabilidade como reflexo nas ações sociais do público participante. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa. Os procedimentos para análise de informações serão obtidos por meio de entrevista semi-estruturadas em observação às perspectivas e objetivos da atual gestão nas ações já realizadas, bem como ações atuais e futuras para a educação ambiental no espaço da Fundação Jardim Zoológico de Brasília. O convite aqui estendido é para sua participação na entrevista, se assim você permitir. A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão descritas na dissertação as informações referentes ao cargo ocupado pela natureza da função do servidor ser pública. As informações provenientes de sua participação na pesquisa, tais como observações, entrevistas, filmagem, gravação de áudio, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa. Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você contribuirá para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico. Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a

finalização da pesquisa. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco. É voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Sua recusa não acarretará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você poderá contatar-me através do telefone (61) 993042772 ou pelo e-mail . Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato. A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo podem ser publicados posteriormente na comunidade científica. Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com o senhor (a).

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Assinatura: _____

Apêndice 2: Questionário para entrevistas na FJZB – Gestores



Modalidade Profissional



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MODALIDADE PROFISSIONAL

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO ZOOLOGICO DE BRASÍLIA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM AMBIENTE NÃO FORMAL

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

**Gestão da Instituição Fundação Jardim Zoológico de Brasília – FJZB.
Servidores e Gestores envolvidos em projetos de Educação Ambiental.**

Identificação

Nome: _____

Sexo: _____

Idade: _____

Função: _____

Escolaridade (Formação): _____

1. Como compreende educação?
2. O que compreende por Educação Ambiental?
3. Quando iniciaram os projetos de Educação Ambiental no Zoo e quais características possuíam?
4. Como percebe a Educação Ambiental do Zoo de Brasília nos dias atuais?
5. Quais documentos norteiam as ações da Educação Ambiental no Zoo nos dias atuais?
6. Qual seria a Educação Ambiental ideal para o Zoo de Brasília?
7. Há alguma parceria institucional para as realizações na Educação Ambiental do Zoo? Quais? Como se dá essa parceria?
8. É possível integrar outras instituições na realização da Educação Ambiental no Zoo de Brasília? Há, como objetivo, alguma parceria ainda a ser firmada?
9. Dos projetos apresentados pela diretoria de Educação Ambiental do Zoo, quais, e como estão sendo realizados? Quais profissionais estão realizando cada projeto?
10. Como compreende o conceito de projeto político pedagógico?
11. Há alguma ação para a Sala Verde do Ministério do Meio Ambiente – MMA – ocorrendo na FJZB? Qual? Como ocorre?
12. Já solicitou capacitação, materiais, recursos para o MMA pelo projeto Sala Verde? Quais? Foram atendidos satisfatoriamente?
13. Consta em publicação no MMA que a FJZB possui autorização para a sala verde. Há algum lugar já destinado a esse projeto? Como se encontra esse espaço?

Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras, e assumo a inteira responsabilidade pelas mesmas.

Assinatura

Apêndice 3: Questionário para entrevistas MMA – Gestor



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MODALIDADE PROFISSIONAL

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO ZOOLOGICO DE BRASÍLIA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM AMBIENTE NÃO FORMAL

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Funcionário (a) do Ministério do Meio Ambiente – MMA – responsável pelo projeto Sala Verde.

Identificação

Nome: _____

Sexo: _____

Idade: _____

Função: _____

Escolaridade (Formação): _____

1. Quais os maiores desafios / entraves encontrados por uma instituição para a implantação do projeto Sala Verde?
2. Quais são as dificuldades técnicas/pedagógicas/organizacionais que o projeto Sala Verde enfrenta atualmente?
3. Como percebe a Educação Ambiental na Fundação Jardim Zoológico de Brasília – FJZB – nos dias atuais?
4. Há algum relatório de atividade do projeto Sala Verde apresentado pela FJZB? Quais são e em qual período ocorreram?
5. A FJZB já solicitou ao MMA algum recurso material para a Sala Verde?
6. Qual o gráfico mais atual das salas verdes no Brasil e em Brasília? Poderia compartilhar para conhecimento e publicação nesta pesquisa?

Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras, e assumo a inteira responsabilidade pelas mesmas.

Assinatura